

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DOUTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
SETOR DE SERVIÇOS
LINHA DE PESQUISA: INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL**

**DIRETRIZES PARA ADEQUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR VOLTADAS À PREPARAÇÃO DE PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS AO MERCADO DE TRABALHO**

FLORIANÓPOLIS

2009

WANDER JOSÉ THEÓPHILO DE SOUZA

**DIRETRIZES PARA ADEQUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR VOLTADAS À PREPARAÇÃO DE PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS AO MERCADO DE TRABALHO**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Engenharia de
Produção, Setor de Serviços, na Linha
de Pesquisa: Inteligência
Organizacional da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Olga Regina
Cardoso

FLORIANÓPOLIS

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

WANDER JOSÉ THEÓPHILO DE SOUZA

DIRETRIZES PARA ADEQUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR VOLTADAS À PREPARAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS AO MERCADO DE TRABALHO

Esta Tese foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Linha de Pesquisa: Inteligência Organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis, 16 de novembro de 2009.

Prof. Antonio Cezar Bornia, Dr.
Coordenador do Programa

Profa. Olga Regina Cardoso, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

BANCA EXAMINADORA

Alvaro Guillermo Rojas Lezana, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Carlos Eduardo Freitas da Cunha, Dr.
UFSC

Gerson Rizzatti, Dr.
UFSC

Gerson Rizzatti Júnior, Dr.
UFSC

Robson Seleme, Dr.
UFSC

DEDICATORIA

Dedico este trabalho:

À minha esposa Eunice, companheira de todas as horas.

Aos meus filhos, exemplo e orgulho de qualquer pai.

A todos os netos que integram minha vida e a tornam motivo de ser vivida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de todas as coisas e pessoas, por ter me dado forças, saúde e inteligência para conquistar o conhecimento.

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Olga Regina Cardoso, pela sua paciência, esforço e dedicação.

Agradeço de coração aos meus pais, pelo incentivo e apoio.

Agradeço, ainda, a todos os que, direta ou indiretamente, participaram desta conquista.

RESUMO

SOUZA, Wander José Theóphilo de. **Diretrizes para adequação de instituições de ensino superior voltadas à preparação de pessoas com necessidades especiais ao mercado de trabalho.** 2009. 227f. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção) – Setor de Serviços. Linha de Pesquisa Inteligência Organizacional. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC.

As Instituições de Ensino Superior tem o compromisso fundamental de oferecer e transmitir aos alunos o conhecimento e o diferencial que os habilite a ter contato com o mundo dos negócios, pela atuação dos profissionais qualificados, dispondo de conhecimento acumulado, que se atualiza em função das demandas do mundo da atualidade. Compete ao sistema educacional estar atento e implantar uma filosofia que lhe permita formar cidadãos aptos e preparados. Para tanto, precisam preparar alunos e professores que atendam as disposições sobre a educação especial, as quais, com as políticas de inclusão requerem preparação específica da comunidade acadêmica, tanto para receber estes alunos como para ministrar sobre os mesmos. É um tema que desperta interesse científico e se justifica diante da urgência na tomada de posições dos meios universitários, empresas e sociedade. Sua interligação com a engenharia de produção é direta, considerando que esta é uma disciplina relativamente nova e envolve um campo onde as ciências sociais e da administração se relacionam na conquista das técnicas do conhecimento, inovação e produtividade. Seus objetivos são: elaborar um diagnóstico sobre a situação de estudantes de instituições de ensino superior privadas, com necessidades especiais, e a sua inclusão no mercado de trabalho, além de oferecer sugestões de diretrizes a serem implementadas para a melhoria do sistema educacional voltado a este segmento. A investigação será desenvolvida sob o método qualitativo-quantitativo, com a finalidade averiguar o que vem sendo feito em prol da população escolhida e envolve a pesquisa em referencial bibliográfico, a legislação brasileira e também pesquisa de campo, realizada por meio de questionários elaborados com questões fechadas e abertas, e como roteiro para entrevistas, em uma abordagem qualitativa. Dos achados da pesquisa, conclui-se que é imprescindível que as entidades de ensino estejam adequadamente preparadas para receberem os alunos com necessidades especiais e em igualdade de condições de acessibilidade, aprendizagem e aquisição de conhecimento. Cabe às instituições de ensino superior a tarefa de preparar os professores que proporcionarão esta aprendizagem desde as séries iniciais, preparando-se elas mesmas, para oferecer aos futuros profissionais, também, as melhores oportunidades para adquirirem seu conhecimento.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; pessoas com necessidades especiais; mercado de trabalho.

ABSTRACT

SOUZA, José Wander Theóphilo de. **Directives for adaptation of universities focused on the preparation the people with disabilities to the market work.** 2009. 197f. Thesis. (PhD in Production Engineering) - Services Sector. Line of Inquiry: Organizational Intelligence. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC.

The basic engagement of higher education establishments is committed to providing basic and give students the knowledge gap and enable them to have contact with the business world, the performance of qualified professionals, offering accumulated knowledge that is actualized according to the demands of world of today. It is the educational system to be aware and implement a philosophy that enables it to form citizens capable and prepared. To do so, need to prepare students and teachers who meet the provisions on special education, which, with inclusion policies require specific preparation of the academic community, both to receive these students how to teach about them. It is a subject of scientific interest and is justified on the urgency of taking positions in academia, business and society. His liaison with production engineering is straightforward, considering that this is a relatively new discipline and involves a field where the social sciences and administration relate to conquer the technical knowledge, innovation and productivity. Its objectives are to establish a diagnosis on the situation of students of institutions of private higher education, with special needs, and their inclusion in the labor market, and offers suggestions for actions to be implemented to improve the educational system back to this thread . The research will be conducted under the qualitative-quantitative method, in order to ascertain what is being done about the population chosen and involves research in bibliographic references, the Brazilian legislation as well as field research, conducted through questionnaires prepared with questions closed and open, and a script for interviews in a qualitative approach. Research findings, concludes that it is imperative that education authorities are adequately prepared to receive students with special needs and equal conditions of access, learning and knowledge acquisition. It is for higher education institutions the task of preparing teachers who will provide such learning from the early grades, preparing themselves to offer future professionals, too, the best opportunities to acquire knowledge.

Keywords: Institutions of Higher Education; people with special needs; the labor market.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE APÊNDICES	15
LISTA DE SIGLAS	16
1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Tema	19
1.2 Justificativas	25
1.3 Problema	29
1.4 Objetivos.....	30
1.4.1 Objetivo geral.....	30
1.4.2 Objetivos específicos.....	30
1.5 Procedimentos metodológicos.....	31
1.6 Delimitações.....	32
1.7 Estrutura da tese	34
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	36
2.1 Diretrizes - propostas de ação.....	36
2.2 O mercado de trabalho e as instituições de ensino.....	38
2.3 Responsabilidade social.....	43
2.4 Ações afirmativas.....	48

2.5 As pessoas e as necessidades especiais.....	56
2.5.1 Desvantagens (<i>Handicap</i>).....	61
2.5.2 Deficiências.....	61
2.5.3 Incapacidade.....	62
2.6 As ações afirmativas e as pessoas com necessidades especiais.....	68
2.7 Relações sociais – as Instituições de Ensino Superior e as pessoas com necessidades especiais.....	73
2.7.1 As Instituições de Ensino Superior.....	73
2.7.2 Sistema de quotas e realidade no mercado de trabalho.....	78
2.8 Inclusão social e educação no Brasil.....	85
2.8.1 Exemplo de atividades de inclusão universitária.....	89
2.9 A preparação docente e as pessoas com necessidades especiais.....	91
3 METODOLOGIA.....	105
3.1 População e amostra da pesquisa.....	107
3.2 Coleta de dados.....	110
3.3 Tratamento dos dados.....	112
4 RESULTADOS.....	115
4.1 Resultados dos dados colhidos na pesquisa junto aos estudantes	115
4.2 Resultados dos dados colhidos na pesquisa junto aos representantes das empresas.....	149

4.3	Análise dos dados obtidos.....	155
4.4	Diretrizes para instituições de ensino superior.....	167
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	174
5.1	Atingimento dos objetivos.....	175
5.2	Mérito dos resultados.....	177
5.3	A questão da qualidade.....	179
5.4	Recomendações.....	181
5.5	Considerações finais.....	182
	REFERÊNCIAS.....	185
	APÊNDICES.....	198
	ANEXO	221

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SEXO	116
QUADRO 2 – IDADE.....	117
QUADRO 3 – ESCOLARIDADE.....	118
QUADRO 4 - GRADUAÇÃO	119
QUADRO 5 - RELAÇÃO DE EMPREGO.....	120
QUADRO 6 - CONSIDERA-SE PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	121
QUADRO 7 - TIPO DE DEFICIÊNCIA	123
QUADRO 8 - CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA.....	123
QUADRO 9 - QUAIS AS AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO VOLTADAS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADE SOCIAIS PARA OS DEFICIENTES?.....	125
QUADRO 10 - A EDUCAÇÃO INTERFERE NO APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DA PESSOA DEFICIENTE.....	127
QUADRO 11 - O QUE É PRECISO MELHORAR NA EDUCAÇÃO PARA OS DEFICIENTES?.....	128
QUADRO 12 - VOCÊ ACHA QUE A SUA CIDADANIA É RESPEITADA?.....	129

QUADRO 13 - NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS?.....	130
QUADRO 14 - PARA VOCÊ, O QUE SIGNIFICA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?.....	131
QUADRO 15 - VOCÊ ACHA QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA TEM ALCANÇADO O OBJETIVO PROPOSTO PELA LEI AOS QUE TEM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?.....	132
QUADRO 16 - QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS VALORES DA EDUCAÇÃO?.....	133
QUADRO 17 - QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS PARA DIMINUIR O PRECONCEITO SOCIAL COM OS DEFICIENTES?.....	134
QUADRO 18 - O QUE VOCÊ MUDARIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ESTUDOU?.....	136
QUADRO 19 - VOCÊ ACHA QUE A MOBILIZAÇÃO POPULAR TEM OBTIDO RESULTADOS FAVORÁVEIS NAS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS?.....	138
QUADRO 20 - VOCÊ APOIA A AÇÃO DO MEC NA SELEÇÃO DE VAGAS POR QUOTAS COMO ATUALMENTE ESTÁ SENDO APRESENTADA?.....	139

QUADRO 21 - VOCÊ ACHA QUE OS PROFESSORES ESTÃO PREPARADOS PARA EDUCAR PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?.....	140
QUADRO 22 - VOCÊ ACHA QUE A FAMÍLIA ESTÁ PREPARADA PARA DAR APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?.....	141
QUADRO 23 - VOCÊ ACHA NECESSÁRIA MELHOR PREPARAÇÃO DO CORPO DOCENTE PARA ATENDER COM EFICIÊNCIA OS ALUNOS NA INCLUSÃO SOCIAL?.....	142
QUADRO 24 - NA SUA OPINIÃO, EM QUE NÍVEL OS PROFESSORES PODERIAM SER MELHOR PREPARADOS PARA TRABALHAR A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE?.....	143
QUADRO 25 - NA SUA OPINIÃO, QUEM MAIS TEM APOIADO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DEFICIENTE E NO MERCADO DE TRABALHO?	144
QUADRO 26 - QUAL A ÁREA DE CONVIVÊNCIA QUE PODERIA MELHOR SER PREPARADA PARA ATENDER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO DEFICIENTE?	146

QUADRO 27 - SUGESTÕES QUE MAIS APRESENTARAM PONTUAÇÕES POR PARTE DOS ENTREVISTADOS.....	148
QUADRO 28 - IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VISITADAS.....	153
QUADRO 29 - TIPOS DE DEFICIÊNCIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	154

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO

JUNTO AOS ESTUDANTES 199

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

COM REPRESENTANTES DE EMPRESAS 207

APÊNDICE 3 - TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS

OBTIDAS DOS REPRESENTANTES DAS

EMPRESAS 210

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para o Desenvolvimento e a Reconstrução
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDA	Conselho Nacional de Defesa Ambiental
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DAS	Grupo Direção e Assessoramento Superiores
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
GT-AUNE	Grupo de Trabalho e Apoio aos Universitários com Necessidades Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
ME	Ministério da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
UEBA	Universidade do Estado da Bahia
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

A instituição de ensino superior como uma entidade empreendedora e disseminadora do conhecimento e da responsabilidade social, foi escolhida como base para o tema em estudo, considerando o seu infinito universo de influência, que é o conhecimento, e a sua estrutura capacitadora, que oferece ao ser humano a possibilidade de adquirir esse conhecimento ofertado, dentro do contexto atualizado e adequado ao desenvolvimento da cultura e sua aplicação no mercado de trabalho.

Organizações e países na atualidade estão preocupados com o futuro da sociedade global e por isso estão se integrando, investem no empreendedorismo, procuram gerar reflexos sociais positivos, como agentes de mudanças, agindo arrojadamente para a melhoria das condições de vida de suas comunidades e de seus colaboradores, além de valorizar e cuidar da preservação do ser humano sob todos os seus aspectos.

Dentro destes parâmetros, questiona-se a presença de diretrizes educativas, que se dedicam a oferecer normas e meios para o desenvolvimento educacional como um todo, mas também e em especial, as que estão inseridas nas instituição de ensino superior, voltadas para a formação do ser humano, na estruturação de sua personalidade, de sua cultura, de sua profissão, de sua cidadania. Considera-se condição primordial oferecer aos jovens uma educação que lhes permita um viver

digno, com conhecimento, com ética, em um mercado de trabalho marcado pela competitividade (ASHLEY, 2002).

1.1 Tema

Este trabalho trata de perfis de ações e agentes educacionais e empreendedores sob o tema **“Diretrizes para adequação de instituições de ensino superior voltadas à preparação de pessoas com necessidades especiais, ao mercado de trabalho”**

Nos últimos anos, tem havido uma grande conscientização das empresas, das organizações governamentais e não governamentais, das entidades educacionais e dos mais diversos segmentos sociais, no que diz respeito ao dever que cada um tem, coletiva e individualmente, junto à sociedade que o cerca, de contribuir para o desenvolvimento da mesma, diminuindo o impacto dos variados problemas que atingem a coletividade de forma globalizada.

A responsabilidade social é um assunto que tem muita repercussão nas organizações e na sociedade, uma vez que as entidades manifestam grande preocupação em acompanhar e atender às inovações tecnológicas, à melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida dos seus colaboradores, além de cuidar do meio ambiente, preservar florestas e espécies animais, realizar a reciclagem dos produtos, proteger as águas, entre outras providências voltadas para atender e beneficiar a própria sobrevivência humana.

Esta visão concreta traz em seu contexto a própria estrutura e formação da sociedade, desde o nascimento do indivíduo até a velhice; desde a estrutura de dependência da criança, sua formação educacional e profissional, passando pela população economicamente ativa, e o direito ao envelhecimento com dignidade (DUARTE e DIAS, 1996).

Um dos papéis das empresas hoje é contribuir com a comunidade onde está inserida, por meio de programas de desenvolvimento, de projetos a serem aplicados nas áreas de cultura, esporte, ciência, obras assistenciais e similares, de tal forma que objetive alcançar a melhoria da qualidade de vida e do ambiente (FREIRE, 2003).

O trabalho como fator de produção, é um agente no qual são utilizadas, de forma ordenada, as energias humanas, psíquicas e físicas, direcionadas para um sentido econômico; é a atividade consciente, hábil e inteligente do homem, em busca de um valor (DRUCKER, 1998). Isto porque a característica fundamental do “trabalho” é ser uma atividade econômica, ordenada, regular, direcionada à transformação da matéria tornando-a útil ao homem.

Nos últimos tempos, o panorama da economia global mudou muito; e continua mudando cada vez mais e mais rápido. O desenvolvimento informacional, com a utilização de computadores, a internet, os sistemas de transmissão e comunicação via satélite, fazem com que os acontecimentos ocorridos em um ponto do mundo sejam imediatamente conhecidos e os seus efeitos se evidenciam de imediato em todo o planeta. Esse fato faz com que empresas, públicas e privadas, necessitem de profissionais qualificados, que entendam e antecipem estas mudanças,

planejem e orientem estrategicamente a tomada de decisões a curto, médio e longo prazos.

No campo educacional, constata-se que estas medidas foram alcançadas de tal forma que a partir de março de 2005 houve um acirramento no estudo e nos debates da Comissão Bicameral, do Conselho Nacional de Educação, visando oferecer maior contribuição e aprovação da comunidade educacional para um projeto de diretrizes curriculares, tendo como fontes de análise os: Pareceres (BRASIL, 2005;) do CNE; Resolução nº 1/2006 do CNE (BRASIL, 2006); documentos do MEC sobre formação docente (BRASIL, 1999), entre outros diplomas legais.

Neste âmbito, as instituições de ensino superior também sofreram influência. O ensino está diretamente ligado à preparação dos professores e mestres dentro das diretrizes propostas nos documentos referidos. Devem então visar o compromisso fundamental de oferecer e repassar aos seus alunos diferenciais que os habilitem a ter contato próximo e freqüente com o mundo dos negócios, por meio da atuação de profissionais qualificados, dispendo de conhecimentos acumulados que se atualizem constantemente em função das demandas do mundo empresarial.

Considera-se de importância o avanço do aprimoramento técnico, a transferência de conhecimento das instituições de ensino superior para o setor produtivo; a interface das instituições de ensino com o sistema empresarial e o mercado de trabalho, que é tido como o principal caminho do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Para Mezomo (1997, p. 11), compete ao sistema educacional estar atento e implantar as diretrizes adequadas dentro de “uma filosofia que lhe permita formar cidadãos e não apenas mão-de-obra”.

A globalização econômica, o desenvolvimento industrial, tecnológico e principalmente nas comunicações, tem levado as administrações universitárias a se transformarem e inovar em seus termos. Dentro dessa visão as entidades educacionais se inserem como pilares indispensáveis, principalmente as instituições de ensino superior. Cabe às mesmas a implementação do conhecimento, da experiência, além da atuação prática na realização de uma gestão que venha a exercer influência decisiva em todos os seus alunos, ao aplicá-la no gerenciamento de suas atividades profissionais e oferecer, também, esse conhecimento, sob bases diferenciadas sempre que necessário, para atender o universo de alunos com necessidades especiais.

Essa atitude vem sendo possibilitada face à nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases, Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996 (BRASIL, ME, 1996), que nas disposições específicas sobre a educação especial, em seu artigo 4º inc. III, define como dever do Estado o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino".

A mencionada Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, ME, 1996), além de definir, no artigo 22 a sua finalidade, estabelece as garantias da educação básica e o exercício da cidadania, fornecendo meios para sua ascensão profissional e a aquisição de conhecimento; propõe diferentes formas de organização da escola para atingir estas finalidades. Entre estas formas,

possibilita a flexibilização da escolaridade com subdivisões em séries, ciclos e semestres, possibilita a diversidade do calendário (art. 23), viabiliza a recuperação de alunos (art. 24) e propõe, no ensino fundamental, conforme estabelece seu art. 32, a progressão continuada do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento escolar sob uma avaliação diferenciada.

Averiguar acerca da adequação dos alunos (e futuros egressos das instituições de ensino superior), dos indivíduos que fazem parte de uma minoria de cidadãos com necessidades especiais, é um tema relevante, abrangente e atual, que exige diretrizes específicas para seu desenvolvimento, o qual, embora já sendo explorado sob múltiplas formas, detém a capacidade para despertar interesse científico que se justifica, diante da crescente conscientização e urgência na tomada de posições por parte dos meios universitários, das empresas e da sociedade em geral.

O mérito deste estudo encontra-se no fato que a implementação das políticas de inclusão sob os seus mais variados aspectos, requerem uma preparação melhor da comunidade acadêmica, não somente para receber estes alunos mas também para prepará-los.

A abordagem do tema é cabível sob a ótica da Engenharia de Produção, considerando que esta área procura, de forma sistemática, tratar de um campo de ação onde as ciências sociais se relacionam com técnicas do conhecimento, inovação e produtividade. Vale-se de disciplinas como administração, economia, sociologia, psicologia e também procura fornecer conhecimentos e desenvolver habilidades necessárias ao desempenho de atividades diferenciadas.

A Engenharia de Produção tem seus princípios e aplicações situados na fronteira entre a técnica e a sociedade, e apresenta um corpo de conceitos e métodos que interligam disciplinas técnicas fundamentais, além de disciplinas sociais interrelacionando-as.

Comumente associada à administração e à economia, a Engenharia de Produção por meio de disciplinas diferenciadas, fornece conhecimentos e desenvolveriam habilidades voltadas para o desempenho de atividades de gestão, estabelecendo uma reestruturação produtiva, centrada em mudanças tecnológicas e organizacionais que são exigências surgidas com a globalização, em busca de conhecimentos mais amplos do que os ofertados pela formação técnica usual.

Aplica-se, inclusive no setor da educação, em razão da sua estruturação, das mudanças tecnológicas e organizacionais que necessita de aplicação de técnicas diferenciadas.

Apesar de ser tema conhecido e bem regulamentado, a educação especial tem sua base na qualificação do profissional do ensino em todos os níveis, que ao longo de sua trajetória como docente poderá defrontar-se com um aluno que apresente alguma necessidade educacional especial, trazendo à tona a importância de ter em seu currículo, uma preparação específica. Deve-se promover a igualdade de oportunidades e de desenvolvimento, que vão além do conhecimento científico, envolvendo experiências com conflitos de valores, incertezas, vivências, para as quais o professor precisa ser orientado.

Tendo em vista os critérios expostos, pode-se afirmar que cabe às entidades educacionais, em especial as IES – Instituições de Ensino

Superior, estabelecerem diretrizes adequadas e coerentes com o seu público alvo, dentro do objetivo primordial, a preparação e o direcionamento dos jovens sob os seus cuidados, por meio da produção e divulgação do conhecimento técnico especializado, voltado ao crescimento com qualidade, envolvendo as pessoas que têm alguma deficiência como dificuldade aditiva à sua luta pelo aprendizado e profissionalização.

1.2 Justificativas

Analisar as diretrizes para a adequação das instituições de ensino superior voltadas à preparação de pessoas com necessidades especiais e sua inserção no mercado de trabalho, é uma opção que se justifica por ser um tema que faz parte das ações administrativas de uma organização educativa que procura estar consciente dos seus compromissos, não somente com resultados produtivos e financeiros, mas também com resultados qualitativos das ações que pratica junto à comunidade da qual faz parte.

Esta atenção se reproduz com maior profundidade, quando se trata de uma entidade educacional, a qual tem por objetivo formar e qualificar profissionais que se voltam para orientar os novos cidadãos para atuarem concretamente nesse contexto (FROES e MELO NETO, 2001).

As instituições de ensino superior têm buscado o aprimoramento e as inovações em sua área de atuação. No entanto, muitas vezes as atividades acadêmicas são desenvolvidas por professores de diferentes ramos do conhecimento para formar o seu público geral, mas faltam

diretrizes multidisciplinares para sua concretização, uma vez que nem sempre estão devidamente preparados para alcançar a população de estudantes que constituem parte do seu universo: os indivíduos com necessidades especiais (EVANGELISTA, 2006, p. 18).

Contemplando um referencial que envolve: ensino, inovação, introdução de novas tecnologias e ampliação do conhecimento ao longo do texto desenvolvido, justifica-se o estudo da avaliação dos serviços educacionais prestados por organizações de alto desempenho, as quais podem e devem estar cada vez melhor equipadas para oferecer aos seus integrantes a possibilidade de agregar informações, inovar, ampliar e viabilizar a inserção dos seus educandos no mercado de trabalho.

No entanto, constata-se que esse objetivo muitas vezes não é alcançado pelos alunos com necessidades especiais, considerando as dificuldades existentes no ambiente acadêmico, tais como: acessibilidade, uso de tecnologia apropriada, máquinas e equipamentos adequados (regulamentados por normas como a NBR 9050/1994 da ABNT), suporte instrucional como a transcrição dos livros para o *braille* (para os cegos), a transmissão das aulas e informações por meio da LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais (para os surdos), a estrutura física adequada para os cadeirantes, as pessoas com deficiências motoras e visuais, entre outros quesitos.

A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira em 2002, e neste sentido precisa ser respeitada e considerada no atendimento ao cidadão brasileiro, especialmente no âmbito educacional.

Em relação à formação do professor neste processo de inclusão, o deficiente auditivo tem direito à um interprete conforme o Decreto nº. 5626 de dezembro de 2005, art.17. “A formação do tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação com habilitação em LIBRAS – Língua Portuguesa”. (SILVA, 2009, p. 1).

Diante dessas dificuldades justifica-se a elaboração deste trabalho, pois nele busca-se, não somente apresentar alguns dos aspectos teóricos inovadores relacionados ao ensino universitário voltado para um segmento diferenciado que envolve as pessoas com necessidades especiais; mas também, procura propor alguns critérios no âmbito das instituições de ensino superior, no que diz respeito ao seu ambiente físico e educacional, voltados para a preparação dos estudantes para atuarem em competitivo mercado de trabalho.

Para alcançar essa meta, além da pesquisa em referencial teórico, busca-se utilizar informações obtidas em uma pesquisa feita junto a estudantes de segundo grau e universitários que apresentam necessidades especiais. Com isso, espera-se contribuir para a melhoria da atuação das instituições de ensino superior, após evidenciar suas possíveis condicionantes, oferecendo diretrizes que venham colaborar para a redução das dificuldades e evidências discriminativas encontradas pelos alunos em seu acesso à educação, e, posteriormente, ao mercado de trabalho.

Entende-se que a Engenharia de Produção é uma área de estudo que se dedica a estabelecer e reconhecer projetos de sistemas, inclusive

organizacionais, e as relações das pessoas, máquinas e processos, buscando identificar e aperfeiçoar a sua eficiência, eficácia e efetividade. Este estudo se volta para contribuir para a investigação de ações relacionadas à organização do sistema escolar, em especial o universitário, sob a ótica da inclusão.

A contribuição da Engenharia de Produção apresenta elementos voltados para a melhoria da organização, de tal forma que esta possa dispor os recursos para a viabilidade de sua contribuição, não somente no âmbito educacional mas também social e econômico.

A propósito, descreve Loch (2007), que:

A atividade dos engenheiros de produção envolve o gerenciamento de processos e, para isto, precisa compreender a natureza dos contextos que serão necessários para realizar esta função. Se este processo estiver centrado na ação de projetar, abrange diversos aspectos, como os ergonômicos e os de segurança, aqui tratados em função da acessibilidade espacial, tornando-se uma ação multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Com estes objetivos, busca-se o conhecimento das organização voltadas para a realização educacional, além de averiguar as possíveis demandas ambientais, tais como as equipes docente, discente e de apoio, os fatores de origens legal, técnica, política, econômica entre outras, que interferem no sistema educacional, que têm a propriedade de oferecer apoio para a viabilização do planejamento e as estratégias de ação necessárias para que a entidade educacional venha a criar um ambiente que seja visto como realmente inclusivo.

Este diferencial é relevante, considerando que a formação acadêmica de um engenheiro de produção permite que o mesmo

desempenhe algumas funções bastante completas, segundo a demanda do mercado da atualidade. Isto ocorre em virtude de sua preparação ampla e que possibilita o desempenho de um grande leque de atividades dentro da organização.

Sua visão encara os problemas de maneira global, considerando-se que “a função produção (de ‘operações’ ou ‘sistema de produção’) é importante para a organização porque afeta diretamente o nível pelo qual ela satisfaz a seus consumidores” (SLACK, et al. 2007, p. 52).

1.3 Problema

A aplicação do texto volta-se para ofertar diretrizes aos educadores, às organizações empresariais e às instituições de ensino superior, quanto ao adequado tratamento direcionado aos estudantes universitários que apresentam alguma necessidade especial, os quais estão sendo e que poderão ser inseridos e aproveitadas no mercado de trabalho.

De acordo com esta visão, surge a seguinte problematização:

O que as instituições de ensino superior devem considerar e providenciar para a necessária adequação e preparação do jovem com necessidades especiais, visando a aquisição do conhecimento para assumir o seu papel no mercado de trabalho?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Propor um conjunto de diretrizes que identifiquem e viabilizem as medidas necessárias para que as instituições de ensino superior possam atuar na preparação e integração das pessoas com necessidades especiais ao mercado de trabalho.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) Fazer um diagnóstico sobre a situação de estudantes de instituições de ensino superior privadas, com necessidades especiais e a sua inclusão no mercado de trabalho, em Curitiba – Paraná;
- b) Elencar fatores incluídos em diretrizes focalizadas na formação de professores com maior conhecimento acerca do aluno com necessidades especiais, averiguando tópicos como: qualidade de ensino, empregabilidade e infraestrutura possível.
- c) Elaborar diretrizes que possam nortear as instituições de ensino superior na condução de seus educandos, em especial aqueles que têm necessidades especiais.

1.5 Procedimentos metodológicos

Nesta tese inicialmente busca-se a fundamentação teórica encontrada em referencial bibliográfico coletado em livros, revistas e *sites* da internet, que tratam do tema, além de conhecer a legislação brasileira que refere às pessoas com necessidades especiais.

Foi desenvolvida uma investigação com base predominantemente estabelecida sob o método qualitativo-quantitativo, com a finalidade averiguar o que vem sendo feito em prol da população escolhida.

Para se elaborar um diagnóstico sobre a situação, considera-se o ensinamento de Demo (2000, p. 41), que sugere um “questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”, a fim de descobrir as respostas para os problemas mediante o emprego do procedimento científico.

Conforme expõe Santos (2002, p. 21), os grupos qualitativo-descritivos, exploratórios e experimentais, com suas respectivas subdivisões, são formas de pesquisa, que serão empregadas no decorrer do desenvolvimento deste texto. Como parte dele, são preparados dois questionários (um, com questões fechadas e abertas, e outro com questões a serem utilizadas como roteiro para as entrevistas), os quais servirão de base para a busca de uma abordagem qualitativa.

Com as entrevistas e diante a possibilidade de se expressar livremente, poder-se-á conhecer quais são as principais demandas dos

entrevistados e o perfil ideal do profissional solicitado pelo mercado de trabalho, dentro do segmento estudado, tendo como fundamento a legislação existente.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) o questionário de aplicação direta, é uma das técnicas mais utilizadas em investigação, pois oferece a possibilidade de inquirir diversos indivíduos, em um período curto, simultâneo, economizando tempo, garantindo o anonimato aos inquiridos, proporcionando maior liberdade de resposta e ainda, possibilitando maior facilidade no tratamento estatístico dos dados.

De posse dos resultados obtidos na pesquisa, foram definidas algumas diretrizes voltadas às instituições de ensino superior, passíveis de serem implementadas para a melhoria da formação dos alunos e egressos, com a aplicação e avaliação de seus resultados práticos, a fim de oferecer sugestões para o aprimoramento da ação de uma instituição de ensino superior, no exercício das suas atividades educacionais.

1.6 Delimitações/Limitações

Considerando-se a grande diversidade de necessidades especiais evidenciadas pelos alunos e a dificuldade das instituições de ensino superior em se adaptarem de forma plena para atendê-los, o desenvolvimento da tese fica limitado ao estudo e análise dos principais critérios descritos pela literatura e pelas normas legais, a orientação dada pelas respostas obtidas pela pesquisa, seguidos de sugestões e recomendações levantadas. É certo que muitas das condições encontradas

e mudanças necessárias demandam tempo, alterações significativas na visão institucional, aplicações financeiras de monta e remodelagem do espaço físico disponível.

A aquisição de máquinas e equipamentos diferenciados, os custos adicionais, também exigem grandes investimentos. Porém, entende-se *a priori* que o preparo adequado dos professores e mestres para ministrar o ensino a essa população é o elemento fundamental, cujos termos básicos são demonstrados ao final da pesquisa.

Conforme o Censo de 2000 (IBGE, 2006), no Brasil, existiam 24,6 milhões de pessoas com alguma deficiência (14,48% da população) o que representa cerca de 24,5 milhões de pessoas; e dentre estas, apenas 13% freqüentaram as escolas, em todos os seus níveis.

Ser uma pessoa com deficiência é um grande entrave mas não se constitui em impedimento total para se alcançar a evolução educacional, já que em todas as áreas de estudo, tem havido incentivo, apoio e progresso por meio de ações afirmativas direcionadas aos educandos. Vale registrar, contudo, que o rendimento e ascensão escolar, já é um fato reconhecido pela sociedade, embora não hajam ainda, disponíveis, dados estatísticos atualizados à respeito deste universo.

Portanto, a pesquisa abrange o universo de pessoas com necessidades especiais, que estão concluindo o ensino médio, ou estão cursando o ensino universitário, direcionados a ocupar o seu espaço no mercado de trabalho. Buscar-se-á conhecer os seus posicionamentos e as suas sugestões quanto à atuação das instituições de ensino superior na sua preparação, com ações de responsabilidade social, diante da

necessidade de melhorar e facilitar o acesso dos jovens aos cursos ofertados para indivíduos com necessidades especiais.

Entre as limitações encontradas, destaca-se que para o estudo proposto, o campo de trabalho a ser utilizado é a região de Curitiba. Portanto, suas conclusões não poderão ser generalizadas, mas ajustadas às particularidades de outras situações que utilizem o mesmo método de estudo.

Também têm-se como limitação para a realização da pesquisa o fato que, por ser um tema relativamente novo, não foram encontrados trabalhos semelhantes e relatos abrangentes realizados em outros países, que pudessem atuar com dados comparativos dentro do ambiente universitário e em conformidade com a proposta desenvolvida nesta pesquisa.

1.7 Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em 5 capítulos, conforme descreve-se a seguir:

No primeiro capítulo encontra-se a introdução ao projeto, onde são mencionados, baseados no tema proposto, a justificativa, o problema, os objetivos buscados, assim como a metodologia e limitações acerca do mesmo, descritos nesta estrutura, juntamente com as dificuldades encontradas.

No segundo capítulo, é feita uma revisão bibliográfica, relatando tópicos acerca do mercado de trabalho e a importância das instituições de ensino na preparação dos profissionais. Também são relatados temas tais

como: responsabilidade social, as necessidades especiais de parte da população e as possíveis ações afirmativas voltadas para treinar, viabilizar e facilitar a entrada no mercado de trabalho, de pessoas com necessidades especiais.

Sob este tema ainda são pesquisados e apresentados tópicos referentes às relações necessárias entre o meio educacional, as empresas e o governo, para possibilitar a inclusão social em relação à educação; ao final, são abordadas algumas das dificuldades quanto à preparação docente pelas entidades organizacionais, em especial as universidades.

No terceiro capítulo trata-se a metodologia aplicada ao estudo, considerando os dados da população e da amostra pesquisada.

O capítulo 4 faz-se a apresentação e análise dos resultados alcançados com a pesquisa efetuada junto a alguns indivíduos com necessidades especiais e algumas empresas que agregam os seus serviços, que praticam atividades e empregos voltados para este segmento.

No capítulo 5 são feitas as considerações finais à respeito do trabalho desenvolvido, com algumas sugestões e recomendações para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo trata dos temas fundamentais da tese, abrangendo o mercado de trabalho e sua relação com as instituições de ensino, a responsabilidade social, assim como as ações afirmativas que são direcionadas para sua atuação. São conceituadas e descritas as principais necessidades dos indivíduos com deficiências e as relações sociais dos mesmos com o ambiente laboral, assim como a sua adequação educacional e a preparação do corpo docente para atender a esta demanda.

2.1 Diretrizes - propostas de ação

Ao se analisar, compreender e identificar fatos passados, o pesquisador tem possibilidade de estabelecer marcos para o entendimento do presente, e, nesta visão, dentro desta pesquisa pode-se projetar possibilidades e oferecer com maior segurança algumas idéias futuras que poderão ser aplicadas nas instituições de ensino superior, como resultado deste estudo.

Isto porque, conforme sugere Bedone (1997), aqueles que não conhecem a história podem cair na repetição dos seus erros.

A questão da inclusão é bastante antiga e encontrada em documentos internacionais de direitos humanos. No Brasil é um tema que obteve relevância a partir da implantação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, que disciplina e

coloca em destaque a relevância do atendimento ao aluno deficiente desde as primeiras séries do ensino fundamental, na rede regular de ensino.

Os critérios estabelecidos como modelo de sociedade inclusiva, conforme a proposta da ONU na Declaração de Salamanca, em 1994, tem provocado efeitos diretos na área educacional, conduzindo os professores a repensarem acerca da sua postura diante da diversidade e da diferença encontrada em sala de aula.

As diretrizes que norteiam o processo de inclusão, dentro do sistema educacional, estão traçadas na Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º. 9394 de 1996, em especial no capítulo V, onde aborda a educação especial, estabelecendo o artigo 58 que: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”. O parágrafo 2.º do referido artigo, assim expressa: “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” E, ao final, define: “o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”.

Sob esta norma, em uma averiguação mesmo superficial, constata-se que ainda há muito a ser feito no âmbito da inclusão, em todos os níveis de ensino, e, no que diz respeito às universidades, este “muito a ser feito” alcança, não somente os seus alunos, os estudantes que as procuram para dar continuidade em seus estudos em nível superior, mas e principalmente, a própria preparação

dos professores, dos profissionais que se voltam para formar a equipe de apoio multidisciplinar das instituições de ensino, entendendo-se que, se os mesmos não forem devidamente preparados, a própria inclusão dos indivíduos com necessidades especiais no ambiente escolar, não ocorrerá. Esta é a tarefa específica das universidades em benefício do ensino, que exige adequação de seu ambiente, dos seus propósitos e do preparo ofertado.

Ao se propor a oferta de novas diretrizes para a preparação dos educandos com necessidades especiais, é importante resgatar o contexto histórico das ações realizadas pelas entidades educacionais e identificar o atual estágio em que se encontra o ensino superior voltado para este segmento, conforme se vê a seguir.

2.2 O mercado de trabalho e as instituições de ensino

As transformações universais da sociedade têm sido marcadas pelas inovações que surgem com grande velocidade, conduzindo a sociedade à mudanças reconhecidas e absorvidas por seus diversos segmentos. As pressões decorrentes do processo de globalização da economia impõem as mudanças vivenciadas pelo homem e pelas organizações, exigindo até mesmo a reorganização dos poderes econômicos, políticos e sociais. Faz com que surjam novos e competitivos mercados regionais, cujos fatores de crescimento se baseiam em alta tecnologia, criatividade, grandes inovações além de alta produtividade.

Para alcançar a sua inserção neste panorama, as organizações buscam novos mercados, novas demandas dos clientes, gerar novos

produtos e técnicas de produção, os quais, aliados aos novos processos de gerenciamento, exigem critérios de estrutura, infra estrutura, preparação e novas qualificações por parte dos trabalhadores.

A realidade multiforme da sociedade, com seus contextos culturais, econômicos, sociais e de saúde, vem compondo um cenário repleto de mudanças, onde as entidades de ensino superior são elos essenciais na ligação entre a cientificidade, o conhecimento e o desenvolvimento social, uma vez que fazem parte intrínseca dos processos de compreensão da realidade de desenvolvimento e de aprendizagem.

O ambiente em que se insere o ensino superior vem sendo caracterizado, também, por mudanças rápidas sob a atuação de fatores diversos que modificam a sociedade, propiciam o desenvolvimento e alteram o sistema universitário, atingindo instituições e pessoas.

Cabe, então, à educação organizar espaços e tempos para uma formação plena, calcada nos valores teórico-práticos e mediada pelas vozes reflexivas e coletivas do mundo da vida. Importa neste momento histórico se fazer ao fazer-se na formação e que o professor se comprometa com sua função social de viabilizar a transformação do real (CASTAMAN, 2009, s.p.).

As transformações, tanto nas formas como nos objetivos do ensino superior, dentro da esfera legal brasileira, se apresentam como uma autêntica reforma universitária, que já está em curso e tem, entre suas finalidades, conforme descreve a lei n.º. 11.096/2005, que institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, a tarefa de “impedir a mercantilização do ensino superior, buscando criar mecanismos para garantir a qualidade e democratizar o acesso com políticas de inclusão

social (...) e fortalecer o vínculo para a consolidação de um país democrático e inclusivo" (BRASIL, 2005, p. 1).

Neste sentido, Alperstedt (2000, p. 57), refere que, diante dessa nova realidade, a universidade, entendida como organismo vivo, também vem evoluindo, adaptando-se, buscando a renovação e o aperfeiçoamento de seu sistema, para melhor atender à sua natureza, missão e objetivos de forma concreta, atendendo as mudanças sociais dentro desse universo em constante ebulição.

A universidade que necessitamos é aquela que, pela sua reinvenção permanente, é capaz de dar sentido e propriedade ao seu trabalho e à sua própria organização e de viver sua missão. E para que isso ocorra, faz-se necessário que, dentre outras, ela tenha as seguintes características: seja instrumento de modernidade, esteja comprometida com a qualidade, se mantenha renovada em seus métodos de trabalho e esteja sintonizada com a sociedade e integrada com o sistema produtivo. A universidade só cumprirá sua missão se entender que necessita educar-se permanentemente. [...]. Ela precisa reinventar-se e reconstruir-se para poder ser e oferecer uma resposta adequada à nova realidade social. (MEZOMO, 1997, p. 189).

As IES - Instituições de Ensino Superior, precisam oferecer conhecimento e preparar os alunos para o mercado de trabalho, proporcionando condições para que ele possa enfrentar os desafios do universo empresarial, estar seguro em seu papel profissional e consciente de seu papel social.

Para tanto, precisa contar com uma especialização docente que se caracterize, segundo Perrenoud (2000), por "decidir na incerteza e agir na urgência." Isto porque a base da formação docente está na competência, sendo a mesma representada pela "capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações" (PERRENOUD,

2000, p.15), integrando e orquestrando os recursos do ensino, que acontece diante de cada situação.

O aluno tem as suas cobranças individuais, enfrenta vários desafios que afetam seu futuro profissional e, nessa pesquisa, busca-se conhecer estratégias que os ajudem na solução de situações-problema, procurando conhecer desenvolver um modelo de adequação que as instituições de ensino superior possam implementar para auxiliar o acadêmico a se inserir no mercado de trabalho, em especial aqueles que apresentam necessidades especiais.

Os estudantes, de maneira geral, sofrem muitas pressões ao longo da sua preparação; na fase estudantil voltada para a ação profissional, esta pressão ainda é maior, considerando-se que a formação profissional ocorre mediante a fundamentação de vários aspectos, não podendo ser embasada somente na instituição de ensino superior, ou na graduação profissional escolhida, e ainda, é uma escolha que se faz para a própria sobrevivência.

Também é preciso estar atento ao fato que as entidades educacionais, muitas vezes, não exploram de maneira devida, todo o potencial que o aluno detém, e esta complementação tem importância primordial em sua formação.

A formação do aluno é responsabilidade dele mesmo, juntamente com a instituição de ensino que o abriga e não ocorre isoladamente. Todos têm seu papel nessa caminhada. A entidade educacional deve disponibilizar subsídios para que o aluno alcance a sua formação e este não pode esperar encontrar tudo pronto; precisa vivenciar experiências

variadas, aprender com os próprios erros e conquistas, tendo em vista a sua própria preparação e profissionalização, voltada para a sua inserção no mercado de trabalho.

No ambiente escolar o aluno começa sua formação; no momento de sua escolha profissional, em geral não sabe muito sobre sua capacidade, e é movido por várias fontes. O aluno recebe influência sob diferentes aspectos: familiares, sociais, institucionais, pessoais, e, na finalização de seu aprendizado instrucional, chega a um momento reflexivo e de alta responsabilidade, onde, através do aprendizado durante a graduação optará por uma ou mais áreas, buscando conquistar o seu espaço no mercado de trabalho e realizar seus projetos.

A inserção do jovem com necessidades especiais na escola e no mundo do trabalho, envolve além do seu crescimento no conhecimento, o desenvolvimento de ações voltadas para a própria inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (LAFLAMME e BABY, 1993, p. 21).

Um ponto crucial para a sua formação é as condicionantes do próprio mercado de trabalho que se encontra em constante transformação, requerendo cada vez maior preparo e especialização, além de buscar profissionais que tenham uma visão globalizada e empreendedora, para agir com competência no universo organizacional.

A preparação profissional tem duas dimensões imprescindíveis, conforme descrevem Laflamme e Baby (1993, p. 47). Para os autores, a preparação profissional remete o jovem aos conhecimentos transmitidos pelos órgãos de formação, envolvendo, além do conhecimento instrucional,

o aperfeiçoamento de habilidades e competências com vistas a habilitá-los a conseguir um lugar no mercado de trabalho.

Em seguida, vem a fase da integração profissional propriamente dita, que pode ocorrer por meio da estabilidade, da marginalização ou da convivência com o trabalho precário, em especial no que diz respeito ao trabalhador com necessidades especiais.

Outro tema inerente à preparação profissional é o seu compromisso, a sua responsabilidade para com a sociedade da qual faz parte, onde a aplicação do seu conhecimento vai pautar a sua participação no universo profissional que escolher, tendo na responsabilidade social o alicerce de sua cidadania.

2.3 Responsabilidade social

Responsabilidade social é um termo utilizado para conceituar a forma de se conduzir os negócios de uma empresa, de maneira tal que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social da comunidade onde se insere, incorporando no seu planejamento e nas estratégias da organização, o bem comum.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidades, governo e meio ambiente), e conseguem incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (CIMBALISTA, 2001, p. 12).

Conceitualmente, segundo Grajew (2008), a responsabilidade social pode ser definida como a forma de conduzir negócios na empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Essa empresa deve, não só ouvir e incorporar em seu planejamento de atividades as propostas dos acionistas ou proprietários, mas também tentar atender às demandas de funcionários, consumidores, comunidade, governo e prestadores de serviço.

Para Votaw, citado por Duarte e Dias (1996, p. 66),

O termo responsabilidade social é um termo brilhante. Ele significa algo, mas nem sempre a mesma coisa, para todos. Para alguns, ele representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo causal.

Embora haja divergência na conceituação da responsabilidade social, os citados autores resumem a sua estrutura em três pontos de consenso: maior ação da responsabilidade da empresa, que alcança além do círculo dos acionistas; mudança na natureza das responsabilidades, que ultrapassam o âmbito da prescrição legal; o envolvimento de obrigações morais e éticas; a adequação às demandas sociais, no contexto sócio-econômico (DUARTE e DIAS, 1996, p. 56).

No dia-a-dia das empresas existem grandes desafios a serem vencidos, no entanto, após as inovações, as transformações dos negócios e das organizações, as mudanças de sistemas empregados e de estudos de mercado com a aplicação de tecnologias avançadas, constata-se o fato de que não é suficiente modificar as estruturas físicas, operacionais ou administrativas: há necessidade de preparar e modificar também as

normas convencionais em exercício nos relacionamentos e nas vidas das pessoas.

É preciso, para acompanhar a globalização econômica e as atividades à nível mundial, que a administração empresarial admita transformações dos conceitos, das atitudes, das estruturas sedimentadas em anos e anos de atividade cristalizada, até mesmo estática e talvez já fossilizada.

Segundo Farias Filho; et al. (2005, p. 83), as novas formas de organização que estão surgindo, também exigem o desenvolvimento de novos modelos de administração e de organização escolar.

Isso significa que a maior e mais importante mudança está para a ser feita: a mudança dos próprios recursos humanos, na motivação, no comportamento e nas experiências das pessoas que atuam dentro da empresa; e também, na visão que a empresa e seus integrantes têm do contexto social no qual vivem.

Para tanto, é importante conhecer e estudar as motivações e o comportamento do ser humano, tendo em vista estimular a criatividade, explorar a potencialidade e direcionar a satisfação das necessidades individuais para a participação nas necessidades internas da empresa mas ainda, conduzir os olhos de todos os participantes para além de suas fronteiras, focalizando a sua importância enquanto elemento social do ambiente onde se localiza.

Em apoio ao desenvolvimento empresarial e também educacional, é referência a intervenção do BIRD - Banco Internacional para o Desenvolvimento e a Reconstrução também conhecido como Banco

Mundial, criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, e vem estabelecendo relações com o governo brasileiro desde 1946, no financiamento de projeto diversos na área educacional, principalmente o ensino industrial (GONZALEZ, 1992; CORAGGIO e TORRES, 1997).

O desenvolvimento não é apenas mero crescimento econômico, ou aumento das exportações em detrimento das importações. Trata-se de processo que perpassa as melhorias e avanços econômicos, mas vai bem além deles. Constitui-se em um aprimoramento da sociedade, das instituições políticas e dos seus mecanismos de realização da democracia (CIMBALISTA, 2001, p. 16).

Segundo Duarte e Dias (1996, p. 91), as empresas hoje são questionadas, não somente nas suas ações econômicas, financeiras, administrativas, em seus temas empresariais referentes ao apoio dados aos seus funcionários (cesta básica, vale transporte, convênios de saúde, odontologia, participação nos lucros), mas também são “responsabilizadas por muitos males que afligem a sociedade, tais como a poluição, a degradação dos centros urbanos, o desemprego e a pobreza de imensos contingentes populacionais”.

Internamente, sabe-se que toda a ação humana é motivada, incentivada pela resolução de problemas que a mantenha ativa e produtiva, de forma adequada e a empresa nos dias de hoje volta suas vistas não somente para o empregado preparado segundo seus critérios hierárquicos, de acordo com a gestão de pessoal com treinamento, desenvolvimento, motivação, dispensação de benefícios, avaliação de desempenho, planejamento já feitos, mas sim, de acordo com a visão do futuro.

Essa visão exige que o trabalhador tenha maior preparo, maior diversidade de desempenho em funções cada vez mais abrangentes, saindo do esquema hierárquico, com estrutura determinada e claramente organizada, de aspecto fixo dentro da especialização funcional, para uma estrutura maleável, interativa, administrada por processos versáteis, que atendam aos novos desafios da empresa hoje: quadro de pessoal enxuto, número menor de níveis hierárquicos, nova estrutura organizacional, inclusive com o uso intenso da terceirização e desenho organizacional baseado nos processos que exigem profunda redistribuição de tarefas dentro da empresa.

Neste sentido, Porter e Kramer (2006), apresentam a construção de valor compartilhado entre a empresa e a sociedade, que avalia, não somente os atributos da cadeia de valor relacionados às suas atividades mas também incluem infra-estrutura, gestão de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico, sempre considerando o cliente.

A empresa atual enfatiza o cliente, o trabalho em equipe e a iniciativa dos seus auxiliares onde estruturas organizacionais buscam a divulgação e discussão de novas idéias com dinamismo e redistribuição de pessoal. O administrador de hoje avança também nas atividades gerenciais, com disposição empreendedora e gerenciando todas as tarefas que alcançam sua área de responsabilidade.

Sob esta ótica, as instituições de ensino superior não podem ficar alheias e nem isoladas do contexto social vivenciado, mas devem estar preparadas e também prepararem seus educandos para atender a demanda do mercado pelo técnico qualificado, ensinando-os a atuar como

cidadãos conscientes, éticos, transparentes, capazes de transformar a sociedade da qual participam (YUNI, 2000, p. 53).

Cabe a todos colaborarem para a construção e manutenção de uma sociedade livre, justa e solidária; com garantias de desenvolvimento, erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais buscando a promoção do bem de todos. Para tanto, instituições educacionais, profissionais, empresas e sociedade precisam conhecerem e praticarem ações afirmativas, inclusivas, exercendo a capacidade de agregar os segmentos sociais que se encontram muitas vezes à margem da sociedade, e em especial do ambiente de trabalho.

2.4 Ações afirmativas

Quando se reflete sobre alguns paradigmas sociais, o tema que vem à tona é a discriminação, sob as suas variadas formas; inicialmente a discriminação racial, vem há décadas sendo praticada de forma universal. O Brasil tem avançado nesta discussão, com medidas de inclusão definidas em legislação direcionada à sua proteção, mas que representa parte de sua responsabilidade e participação.

A busca de superação das desigualdades raciais nos países integrantes das ONU - Organização das Nações Unidas, desde a década de sessenta, alcançou a recente discussão de programas que instituem quotas para negros em concursos públicos, vagas universitárias, benefícios financeiros, que envolvem também os indivíduos com

necessidades especiais; programas estes que caminham perante a sociedade, sob a abrangente denominação de ações afirmativas.

Enquanto apenas cidadãos negros exigiam seus direitos constitucionais, a sociedade em geral permanecia passiva. Entretanto, quando o Estado passou a interferir na questão com a implantação de programas de ações afirmativas o tema passou a ter relevância, sendo discutido por sociólogos, juristas, pedagogos, filósofos, economistas, e os mais diversos integrantes de segmentos sociais. Neste enfoque ressalta Poletti (2007, s. p.), que:

As ações afirmativas estão na moda. Em todo o País se discute a discriminação positiva. Há uma lei estadual impondo quotas para os negros nas universidades. O novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Doutor Joaquim Barbosa Gomes, é autor de um livro intitulado "Ação Afirmativa, princípio constitucional da igualdade (O direito como instrumento de transformação social: A experiência nos Estados Unidos)" e de um artigo (A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro).

Segundo Santana (2005, p. 15), desde o século XX a sociedade brasileira trazia abordagens de tais questões com "um importante debate desencadeado pelo movimento negro contemporâneo referente à problematização da formal democracia racial brasileira." Dentro do sistema governamental são inúmeros os debates em torno do tema, considerando que fatos sociais presentes são merecedores de uma atenção especial, pois as desigualdades, sejam elas quais forem, promovem exclusões irracionais dentro da visão coletiva da sociedade.

Santana (2005, p. 16), justifica este fato ao analisar que os dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2000, que apresenta uma das mais completas pesquisas que se tem notícia em relação ao

segmento racial e constata a inalterada situação que separa negros e brancos na estrutura social brasileira.

Os dados do IPEA dão conta de que 64% da população pobre é negra contra 36% de brancos; 69% dos indigentes são negros; contra 31% de brancos. Traduzindo em números absolutos temos 33,7 milhões de brasileiros negros vivendo em condição de pobreza e 15,1 milhões vivendo em condição de indigência absoluta. Entre os brancos são 19 milhões de pobres e 6,8 milhões de brancos indigentes. Os negros representam 70% dos 10% da população mais pobre do país, enquanto que os brancos somam 85% dos 10% da população mais rica. São dados que configuram o que podemos chamar de retrato em branco e preto da exclusão social no Brasil (SANTANA, 2005, p. 16).

Estes dados trazem à tona a evidente a importância deste tema, que requer estudos mais profundos acerca da ação afirmativa, do princípio constitucional da igualdade e do exercício da cidadania, não somente dos negros e brancos, mas à condicionante discriminação em geral, à eficácia dos direitos de cidadania de todos os indivíduos, seja qual for a minoria na qual está inserido.

Entende-se que, de todos os direitos fundamentais estabelecidos para a sociedade, a igualdade é aquele que mais tem sido discutido e avaliado, pois a igualdade é um direito-chave, representativo do Estado social. Em tais condições, a Constituição da República de 1988, também reconhecida como Constituição Cidadã, instituiu o princípio da igualdade como um de seus alicerces na estrutura do Estado Democrático.

Diante de tantas diferenças encontradas no Estado brasileiro, a grande dificuldade reside, em se estabelecer quem são os iguais, quem são os desiguais e qual a medida dessa desigualdade, a fim de se implementar medidas, critérios para que as ações afirmativas voltadas para

estes segmentos sejam reais, concretas e viáveis, sendo utilizadas para transpor as barreiras e facilitar a vida dos cidadãos.

Merece menção o fato que, mesmo as dotações governamentais não estão isentas de desigualdades. Em se tratando de dotações para a educação superior, por exemplo, referem Ferrari e Sekkel (2007, p. 9).

Ainda é escassa a produção de pesquisas bem como a implantação de políticas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 2006, a Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, recebeu 17 milhões em investimentos voltados à inclusão de índios, negros e pessoas com necessidades educacionais especiais. É interessante notar, todavia que, desse total, apenas 1,5 milhão - menos de 10% dos investimentos - foram destinados a programas de acesso e permanência no ensino superior das pessoas com tais necessidades (BRASIL, 2004, p. 32).

As ações afirmativas são sem dúvida, instrumentos políticos do Estado que têm por fim estabelecer a igualdade entre situações reconhecidamente diversas.

Ao se considerar que o tratamento isonômico deve ser visto como forma de tratar igualmente pessoas que estejam nas mesmas condições e considerando que é real a desigualdade existente entre pessoas que estejam em situações diferentes, pode-se contemplar a plausibilidade da aplicação do sistema de quotas no ensino universitário, dentro deste contexto. Por isso a promoção da igualdade introduzida por meio das ações afirmativas, inclusive no sistema de quotas para garantir acesso das minorias, traz em seu bojo a conquista de uma isonomia real.

Martins (2002), observando a necessidade da promoção das ações afirmativas é categórico em reconhecer que:

Pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proíbe a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos 'construir', 'garantir', 'erradicar' e 'promover' implicam, em si, mudança de ótica, ao denotar 'ação'. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontrar, na Carta da República, base para fazê-lo – as mesmas oportunidades. [...]. É preciso buscar-se a ação afirmativa. A neutralidade estatal mostrou-se nesses anos um grande fracasso; é necessário fomentar-se o acesso à educação. Deve-se reafirmar: toda e qualquer lei que tenha por objetivo a concretude da Constituição Federal não pode ser acusada de inconstitucionalidade (MARTINS, 2002, p. 40).

Esta discussão sociológica alcança de forma especial a área do conhecimento e da igualdade, trazendo à tona contribuições jurídicas que alicerçam a eficácia dos direitos de cidadania do homem negro, do índio, das pessoas com necessidades especiais, e de outras minorias que precisam do respaldo jurídico para serem inseridas na sociedade de forma igualitária, constitucionalmente embasadas, abrigadas pelo contexto das ações afirmativas. Poletti (2008, s.p.) define:

As ações afirmativas são estratégias político-sociais, cuja adoção pelo Presidente Kennedy provocou uma série de acontecimentos, que tiveram lá repercussão constitucional, por força de um direito sociológico e de uma Constituição sintética com normas em branco, em uma federação diferente da nossa, em um diverso sistema jurídico.

No Brasil, esta questão reside com maior propriedade na essência das ações políticas, fundamentadas em uma discussão que envolve a todos, que implicam nos direitos do ser humano por excelência e alcançam as instituições educacionais pois a elas cabe o ensino e defesa desse conhecimento. No entanto, é preciso estar atento ao fato que não se pode ultrapassar os limites do equilíbrio, nem que as discussões alcancem radicalismos.

Segundo Menezes (2003, p. 41),

Ação afirmativa é uma expressão que se refere às tentativas de trazer membros de grupos sub-representados, normalmente grupos discriminados a um grau mais alto de participação em algum programa de benefício.

É uma forma de oferecer apoio às minorias ou classes discriminadas, seja em decorrência de sua etnia, cor, religião, origem, entre outros quesitos, que estejam a sofrer desvantagens econômicas e sociais, auxiliando-os a alcançar possível igualdade de outros segmentos da população por meio de programas e ações afirmativas.

Inicialmente as ações afirmativas brasileiras enfocaram o direito à indiscriminação racial, e em seguida passou a dispensar cuidados quanto às necessidades dos indivíduos que têm necessidades físicas e das mulheres, que compõem as minorias mais discriminadas no país. Passaram a abrigar critérios disciplinadores que derivam de decisões políticas envolvendo os Três Poderes: o Executivo elabora as decisões, o Legislativo as sustenta e vigia pelas normas legais e o Judiciário estabelece a legitimidade dos programas elaborados, promovendo-as juntamente com a iniciativa privada.

Para atendimento às pessoas com necessidades especiais, a Constituição de 1988 rompeu com o modelo assistencialista, em vigor, procurando assegurar a igualdade de oportunidades baseada no princípio de tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, na medida de sua desigualdade, visando assegurar a igualdade real, em especial reconhecendo que a sociedade é caracterizada pela diversidade de sua população.

A preocupação constitucional foi a de elaborar um alicerce eficaz que permitisse ao indivíduo com necessidades especiais a sua inclusão, tendo como base a educação inclusiva, e alcançando seu direito de cidadão nas áreas da saúde, assistência social adequadas, trabalho, acessibilidade (logradouros públicos e privados, transportes adaptados), esporte, lazer e cultura.

Constata-se que com a regulamentação da Lei 7.853/89, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a reserva de vagas definidas no art. 93, da Lei nº 8.213/91, e o Decreto 3.298/99, dez anos depois, se concretizaram, no ordenamento jurídico, os princípios de não discriminação e igualdade de oportunidades, baseados em conceitos de inclusão social, os quais ainda não são plenamente vivenciados em sua prática de apoio e suporte àquele que têm necessidades especiais para a vida em comunidade.

Dentro das políticas governamentais, visando a fundamentação jurídica das ações afirmativas, menciona-se ainda algumas definições legais que procuram proteger as minorias dentre as populações afrodescendentes e indígenas, além da própria população feminina, no sentido de oferecer oportunidades facilitadoras para que estes grupos venham a ter melhores oportunidades de inclusão social, de realização profissional e educacional, em especial no sistema universitário.

A adoção das medidas de igualdade e inclusão, tem a gestão e fiscalização do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas especialmente criado para tal fim, pelo Decreto nº. 4.228 de 13 de maio de 2002, no intuito de proteger os direitos

humanos e eliminar as desigualdades de gênero e raça, além das que se vinculam às pessoas com necessidades especiais por meio de ações e parcerias realizadas.

O Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas é composto por diversas autoridades governamentais, dentre eles o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, um representante da Presidência da República e de Ministérios além de representantes de entidades como: do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE; do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD; e do Grupo de Trabalho Interministerial e Valorização da População Negra.

Mais recentemente, a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, criou o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências, tais como:

Art. 1º. Implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros

Além de: incentivar por meio de transferência de recursos da União a entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos, para desenvolverem projetos inovadores (Art. 2º.); autoriza a concessão de bolsas de estudo para os alunos que se qualificarem dentro dos critérios e também das condições pré-estabelecidas (Art. 4º.).

2.5 As pessoas e as necessidades especiais

Para Sant'Anna (2002, p. 11), há muitas maneiras de conceituar quem pode ser classificado como pessoa com necessidades especiais. Estes conceitos mudaram, ao longo da História, assim como as palavras utilizadas para exprimi-los. Hoje, termos tais como: retardado, aleijado, mongolóide, débil mental e outros, não são mais aceitos, pois carregam discriminação e preconceito.

Atualmente, os termos mais adequados e frequentemente utilizados são: pessoa com deficiência, ou ainda, pessoas com necessidades especiais. Estes termos sinalizam que, em primeiro lugar, faz-se referência a uma pessoa a qual, entre outros atributos e características, tem uma deficiência, mas ela não é a deficiência. O que importa, em primeiro lugar, é a pessoa.

Em uma conceituação generalizada, pode-se definir que uma pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos e/ou adquiridos, de caráter permanente, e que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social no qual se inserem.

No Brasil, o Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 considera pessoa com deficiência como sendo aquela que se enquadra em uma das categorias a seguir descritas.

A pessoa com deficiência física é conceituada como tendo:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Decreto n.º 3.298/99, art. 4.º, I).

A deficiência mental é legalmente considerada como sendo:

(...) o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade" (Decreto n.º 5.296, art. 5.º, § 1.º, d).

Deficiência auditiva - dificuldade que envolve: a "perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis" que vão de 25 decibéis (surdez leve) à anacusia (surdez profunda)" (Dec. 5.296, art. 5.º, § 1.º, b).

Segundo Nunes e Lomônaco (2008, p. 11),

A cegueira é uma deficiência visual caracterizada pela impossibilidade de apreensão de informações do mundo pela visão. Existem dois tipos de deficiência visual: cegueira e baixa visão. As duas formas mais comuns de avaliação da capacidade visual são pela acuidade (discriminação de formas) e pelo campo visual (capacidade de percepção da amplitude dos estímulos). Cego é o indivíduo com acuidade menor que 0,1 ou campo visual com menos de 20 graus. Já a baixa visão é definida por uma acuidade de 6/60 e 18/60 e/ou um campo visual entre 20 e 50 graus.

Ou seja, a deficiência visual caracteriza-se pela evidência de uma "acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor

correção, ou campo visual inferior a 20 (Tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações" (Dec. 5.296, art. 5º., § 1º., c).

São consideradas deficientes visuais as pessoas que possuem visão subnormal ou são totalmente cegas. Destaca-se que a visão subnormal é definida como a capacidade de visão situada entre 20/40 e 20/200; uma pessoa com visão de 20/200 é aquela que consegue ver algo a cerca de seis metros de distância da mesma maneira que uma pessoa com visão normal consegue ver a sessenta metros, considerando-se que uma pessoa é considerada como detentora de visão normal ao apresentar a capacidade de visão de 20/20, segundo a Tabela de Snellen.

Já a deficiência múltipla, que se evidencia como sendo:

(...) a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com um comprometimento que acarreta conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa (Dec. 3.298/99, art. 4º., V).

Segundo Glat (1998, p. 67), uma das possibilidades de ocorrência de deficiência múltipla é a surdocegueira, na qual a pessoa tem uma perda substancial de visão e audição, de tal forma que a combinação dos dois sentidos causa dificuldades no dia-a-dia, demandando o emprego de metodologias próprias para comunicação e aprendizagem.

No outro extremo da escala das habilidades intelectuais estão as pessoas que são consideradas superdotadas ou com altas habilidades. E em favor da integração e inclusão, Sabatella (2005, p. 82) refere que "é impossível pensar em integração se não houver um profundo respeito às diferenças e uma enorme vontade de estudar e aprender."

Descreve Alencar (1996, p. 77), que as habilidades dos superdotados se caracterizam por um notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados:

- a) Alta capacidade intelectual geral;
- b) Aptidão acadêmica específica;
- c) Pensamento criativo ou produtivo;
- d) Capacidade de liderança;
- e) Talento especial para artes;
- f) Capacidade psicomotora.

Para Novaes (1999, p. 47), além destes tipos de deficiência anteriormente citados, há um outro grupo de comportamentos e atitudes que se diferenciam do padrão considerado normal, e que recebe o nome de condutas típicas. Estas podem ser definidas como manifestações de comportamento típicas de pessoas com síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Vale mencionar ainda que brevemente, o autismo, que, conforme descreve Gauderer (1993, p. 49), é uma síndrome definida por alterações presentes, em geral, por volta do terceiro ano de vida, e que se caracteriza pela presença de desvios nas relações interpessoais, linguagem, comunicação, jogos e comportamentos.

Dentre os sinais mais característicos do autismo, podem ser destacados:

- a) Tendência ao isolamento;
- b) Movimentos repetitivos, aparentemente sem função e sem objetivo (esteriotipia);
- c) Dificuldade no relacionamento com outras pessoas (não mantém diálogo, mantém o olhar distante, rejeita contatos físicos);
- d) Faz uso de seu nome quando se refere a si próprio;
- e) Repete palavras ou frases constantemente (ecolalia);
- f) Ausência de noção de perigo;
- g) Permanência em situação de fantasia desvinculada da realidade;
- h) Hiperatividade intensa e permanente;
- i) Necessidade de manter rotinas obsessivas de comportamento, apresentando reação de pânico quando há alguma interferência (GAUDERER, 1993, p. 49 e ss).

A série “Espaços de Inclusão” (2006), em seus Boletins, trata da problemática referente aos indivíduos com deficiências física, mental, auditiva e visual, apresentando inclusive suas gradações. É fácil perceber que, qualquer que seja o tipo de deficiência, ela apresenta gradações: há pessoas com comprometimentos maiores, que exigem equipamentos como cadeira de rodas, e há outras cujas limitações são menores; algumas pessoas conseguem aprender a ler e escrever, mas outras não.

A OMS - Organização Mundial da Saúde, em 1980, estabeleceu a Classificação Internacional das Doenças, traduzidas para o português pelo

Centro Colaborador da OMS, em 1996, define estes graus usando as seguintes classificações:

2.5.1 Desvantagens (*Handicap*)

No domínio da saúde, a desvantagem representa um impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal para ele, levando em conta a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais (OMS, 1980, p. 37).

A situação de desvantagem só se determina em relação a outros, sendo por isso um fenômeno social. Caracteriza-se por uma discordância entre o nível de desempenho do indivíduo e as expectativas que o seu grupo social tem em relação a ele. A situação de desvantagem expressa, pois, o conjunto de atitudes e respostas dos que não sofrem de desvantagens.

2.5.2 Deficiências

Segundo Maia (2006, p. 7), "no domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". Dizer que um indivíduo tem uma deficiência não implica, portanto, que ele tenha uma doença nem que deva ser encarado como doente.

No mesmo sentido, ensina Romeu Kazumi Sassaki (2003b, p. 164), que o termo "deficiências" é um "nome genérico, sem especificar o tipo, mas referindo-se a todos os tipos". Muitas pessoas que ainda não estão

familiarizadas com as especificações aplicadas ao campo da reabilitação, acreditam deficientes físicos são todos aqueles que apresentam deficiência de qualquer tipo

2.5.3 Incapacidade

No campo da saúde, o termo incapacidade indica uma desvantagem individual, resultante da desvantagem ou da deficiência, que limita ou impede o cumprimento ou desempenho de um papel social, dependendo da idade, sexo e fatores sociais e culturais.

A incapacidade estabelece a conexão entre a deficiência e a desvantagem; representa um desvio da norma relativo ao comportamento ou atividade habitualmente esperados do indivíduo. A incapacidade não é um desvio do órgão ou do mecanismo, mas sim um "desvio" em termos de atuação global do indivíduo e pode ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, progressiva ou regressiva (OMS, 1980).

Estes conceitos da OMS são seguidos por praticamente todas as organizações internacionais que abordam a problemática da deficiência: UNESCO, International Rehabilitation, OIT, ONU e outras

Trazendo estes conceitos para o contexto da inclusão dos alunos com deficiências, pode-se perceber que os aspectos que adquirem maior relevância neste cenário são as desvantagens funcionais que as pessoas com deficiência apresentam.

Porém, observa-se que nem sempre a comunidade educacional está preparada para lidar com suas incapacidades e muitas vezes não sabe o

que fazer. Isso cria um desconforto na interação social, fazendo com que muitos colegas evitem os alunos com deficiência ou façam piadas de mau gosto. Estas atitudes mostram a existência de preconceitos e de estigmas que precisam ser combatidos através da educação.

Em se tratando de educação inclusiva, merece menção o evento promovido pelo Banco Mundial (2009), em parceria com a Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu no próprio Rio de Janeiro, entre 24 e 26 de março de 2003, com a oficina "Educação Inclusiva no Brasil - Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro", onde se reuniram,

(...) especialistas nas áreas de estatística aplicada, adaptação curricular, acessibilidade, desenvolvimento de material pedagógico, tecnologia de assistência, capacitação de recursos humanos, políticas públicas e relação com a família e a comunidade, entre profissionais, governo e representantes da sociedade civil. (SILVEIRA, 2009, p. 7).

Nesta ocasião foram apurados e analisados dados e experiências consideradas bem-sucedidas ou inovadoras na área da educação inclusiva. Foram identificados os principais problemas e apresentadas algumas soluções interdisciplinares, sob o patrocínio do Japão e de Portugal, através do Banco Mundial. No encontro compareceram 120 pessoas, além de uma lista eletrônica de discussão, aberta a participação para apreciação e consulta dos temas abordados.

A educação Inclusiva foi contemplada pelos participantes, sob os seguintes aspectos: adequação curricular; acessibilidade; relação com família e com a comunidade; material pedagógico e tecnologia assistiva;

incentivo à continuidade do ensino-aprendizagem, desenvolvimento de recursos humanos e também, as políticas públicas.

Com estudos complementares, o Banco Mundial também evidencia documentos disponibilizados pela internet, os quais analisam temas como: “Metodologia e Estatística sobre Deficiência no Brasil”; “Educação Inclusiva no Sistema Regular de Ensino: o Caso do Município do Rio de Janeiro”; “Educação Inclusiva e Acessibilidade no Brasil: o caso do Município do Rio de Janeiro”; “Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil”; “Mobiliário Escolar Acessível e Tecnologia Apropriada”; “Tecnologia Assistiva para Educação Inclusiva: Um levantamento de Produtos Nacionais e Internacionais Aplicáveis no Brasil”.

Embora seja um trabalho muito positivo, o projeto revela o aumento global da desigualdade social dos últimos anos, mesmo sob uma visão bastante localizada. Porém, em seu resultado final, o projeto propiciou ao Banco Mundial o conhecimento de diferentes modelos, experiências e opiniões colhidos de profissionais e usuários do sistema educativo em seus diversos níveis, em todo país. Esta informação certamente contribui para orientar a política do Banco na área, gerando possibilidades de cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas inclusivas no Brasil, em outros países da América Latina e até mesmo em outros continentes.

A internacionalização da educação popular é uma contribuição brasileira reconhecida pelo Ministério da Educação, e sua expansão é acompanhada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Na ampliação das ações educativas, em 2005, o Instituto Paulo Freire de São Paulo estabeleceu uma escola voltada para assistir refugiados palestinos em Israel e da África do Sul, compartilhando os conhecimentos já testados e também servindo de modelo para ações em países como Finlândia e Itália.

Na América Latina, o movimento de educação popular tem sido ampliado sob um contexto de lutas, pelo estabelecimento de longas ditaduras e redemocratizações, abaladas por depressões econômicas, que aumentaram grandemente as diferenças sociais. Menciona-se, dados tais como:

(...) na Colômbia, por exemplo, devido à guerrilha, a educação popular se firmou na questão da paz e da infância. Segundo o Ministério de Defesa do país, só as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2004, possuíam mais de 7 mil jovens recrutados, ou seja, cerca de 40% de seus guerrilheiros tinham 18 anos ou menos.

A infância também é o principal público da educação popular da Guatemala, por conta da guerra civil que durante 35 anos assolou o país. A guerra acabou somente em 1996 e deixou mais de 200 mil órfãos, a maioria de camponeses indígenas.

Na Bolívia, a maior preocupação é com a questão dos índios nativos. Dos mais de 8 milhões de habitantes no país, 70% são indígenas. No Brasil e no México, países com as maiores populações da América Latina, o principal foco é a inclusão política. Atualmente 58% dos mexicanos vivem em situação de miséria, segundo dados de 2002 do Banco Mundial. A situação do Brasil não é diferente: em maio deste ano, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) revelou que o Brasil possui 53,9 milhões de pobres (LIGABUE, 2005, p. 4).

Este quadro é ainda agravado pelas dificuldades específicas que atingem o indivíduo com necessidades especiais, considerando sua relevância, no Brasil, quando se toma conhecimento dos dados obtidos pelo IBGE no Censo 2000, constatando que cerca de 10% da população nacional é composta por deficientes visuais, e quase 1% dos brasileiros

são totalmente cegos, por exemplo, sem mencionar as outras deficiências que atinge uma grande faixa da população brasileira e cerca de 10% da população mundial

Sob a ótica da universalidade em relação à educação especial, segundo Resende e Cremonsei (2006, p. 2), constata-se que foram necessários aproximadamente, cinco anos de debate, para que a Organização das Nações Unidas concluísse a elaboração de seu primeiro tratado internacional em defesa dos direitos dos 650 milhões de pessoas com necessidades especiais, ou seja, 10% da população mundial (LIGABUE, 2005, p. 4). Sua execução

(...) obrigará os governos a garantirem que estas pessoas estejam livres da exploração e do abuso e proteger os direitos que já possuem, como o voto para deficientes visuais e a disponibilidade de rampas para cadeira de rodas em edifícios. O acordo exorta para a concretização progressiva da maioria das cláusulas do tratado, segundo os recursos de cada país. (RESENDE e CREMONSEI, 2006, p. 3).

Conforme os mencionados autores, somente 45 países dispunham de leis que específicas para a defesa dos direitos dos deficientes. Um estudo feito em 1998 pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, indica que a alfabetização, em seu contexto mundial, entre homens deficientes, é de, apenas a 3%, e entre as mulheres de 1%. Em alguns países, o desemprego entre essa camada da sociedade chega a 80%

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi homologada pela Assembléia das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, em homenagem ao 58º aniversário da DUDH - Declaração Universal

dos Direitos Humanos. Ela foi elaborada contando com a participação da sociedade civil organizada, com sugestões e mensagens oportunas, definindo cuidados quanto aos direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos com deficiência. Seu artigo 1º, assim expressa:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU. DUDH, art. 1º., 1948).

No Brasil, a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988, que deu origem à Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Ao par desses documentos nacionais, destacam-se as Leis nº 10.048 e 10.098, de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004, que é reconhecido como o decreto da acessibilidade, que estabelecem a igualdade entre as pessoas com deficiências, e estabelecem as normas segundo o ideal exposto pela Convenção da ONU.

A Convenção não cria novos direitos, mas proíbe especificamente a discriminação dos deficientes em todos os níveis. Cobre várias áreas-chave, como acessibilidade física, mobilidade pessoal, saúde, educação, emprego, participação política e igualdade (RESENDE e CREMONSEI, 2006, p. 3).

O Brasil também é signatário da Convenção e do seu Protocolo Facultativo desde 30 de março de 2007 os quais, após serem ratificados por no mínimo vinte países, entrou em vigência em 3 de maio de 2008.

2.6 As ações afirmativas e as pessoas com necessidades especiais

Segundo Becker (1997, p. 8 e ss.), a década de 1990 foi marcada pela abertura da economia brasileira, pelas inovações tecnológicas e alterações nas relações de trabalho que influenciaram a inserção e a mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho. Este período foi também marcado por crescentes preocupações com atitudes politicamente corretas dentro do nível internacional.

O movimento do mercado de trabalho brasileiro evidencia a redução das desigualdades salariais, entre os trabalhadores do setor formal, embora ainda não alcancem os trabalhadores vítimas de desigualdades raciais nem os indivíduos com necessidades especiais.

Neste sentido, como refere a mesma autora, acredita-se que o diferencial de salário observável, contra determinados grupos, não depende simplesmente de mecanismos discriminatórios por parte do empregador e das empresas, mas também de variáveis, como: o grau de competição, o nível educacional, a experiência de trabalho e a legislação de direitos civis vigentes (BECKER, 1997, p. 19).

Os dados coletados pelo IBGE no Censo de 2000, informam a existência um universo de 26.228.629 trabalhadores formais ativos, e destes, 537.430 são pessoas com alguma necessidade especial, representando apenas cerca de 2,05% do total de trabalhadores formais

no Brasil. E de acordo com os dados do mencionado Censo, para a população total brasileira, cerca de 14,48% da população é formada por pessoas com necessidades especiais.

Analisando os dados constata-se de imediato a necessidade da intervenção, não só da área política mas também do setor educacional, no direcionamento das pessoas com necessidades especiais, em termos profissionais, para prepará-los a serem participantes ativos do mercado de trabalho.

Inicialmente, observa-se que as políticas públicas existentes já estabeleceram normas legais que visam garantir um lugar no mercado de trabalho para as pessoas com necessidades especiais, mas, no mesmo Censo (IBGE, 2000), nota-se que a média nacional de empregabilidade desta população é muito baixa: 2,05%, um pouco acima da cota mínima exigida por lei.

Neste mesmo sentido, a CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências (1997, p. 8), também relata que apenas cinco estados brasileiros possuem uma proporção de pessoas com necessidades especiais empregados no mercado de trabalho com índice superior ao piso de dois por cento.

Estes resultados revelam que tem havido um alto grau de descumprimento da lei por parte das empresas; no entanto, há possibilidades de se ocupar este espaço por meio do efetivo cumprimento da lei, aumentando a eficácia de políticas e a eficiência das pessoas com necessidades especiais, com a sua real inclusão social.

Observando os anos de estudo da população em destaque, verifica-se que, no mercado de trabalho, os intervalos mais significativos de frequência escolar compreendem o período de 8 a 12 anos de estudo, onde os indivíduos com deficiência são detentores de 31,18%, enquanto que aqueles que têm de 0 e 4 anos de estudo, alcançam o índice de 31,20% (CORDE, 1997).

No que diz respeito ao período de 4 a 8 anos de estudo, a população de pessoas com necessidades especiais representa 17,15%. Já os analfabetos têm uma pequena participação: representam 3,25% dos trabalhadores com alguma necessidade especial.

Os dados estatísticos do Censo 2000 do IBGE, também demonstram a existência de uma profunda desigualdade no Brasil. Segundo o mencionado censo, dos quase 170 milhões de habitantes que existiam em 2000, aproximadamente 45% eram negros e pardos. No entanto, enquanto o rendimento médio mensal da população branca alcançava cerca de 4,5 salários mínimos, o rendimento dos negros e pardos era de 2,3 salários mínimos, aproximadamente a metade do valor dos brancos.

Entre as pessoas que alcançavam rendimento superior a três salários mínimos, a participação dos brancos era de 72%, enquanto os negros e pardos participavam com 27%. Na camada populacional com rendimento superior a 10 salários mínimos, a diferença era ainda maior: 83% de participação dos brancos contra 16 % dos negros e pardos.

Verifica-se nos dados analisados, que em 2000, a média de anos de estudo da população branca era de 7,5 anos, enquanto a média entre os negros era de 5,3 anos e entre os pardos, 5,6 anos (IBGE, 2000).

O índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 10 anos de idade era de 6,3% entre os brancos, enquanto entre os negros o índice atingia 17,2 % (quase o triplo) e entre os pardos, 13,3 % (mais que o dobro). No outro extremo, dentre as pessoas com curso superior completo, 82,7 % eram brancas e 14,6%, negras e pardas.

Segundo Farah (2005, p. 5), estes indicadores, tão diferenciados encontrados nos níveis educacionais e de renda, conduziram algumas instituições universitárias, tais como UERJ, UnB, UFPR, UFMT, UENF e UFBA, adotar, em seus exames vestibulares, a reserva de vagas para grupos étnicos e estudantes oriundos de escolas públicas, medida que ficou conhecida como "política de quotas", na tentativa de reduzir as desigualdades sociais e raciais, causadoras de discriminação, e que alcançam, não somente a população potencialmente ativa, mas também, os indivíduos com necessidades especiais.

Como afirma Farah (2005, p. 6),

A justificativa apresentada pelos defensores da medida é democratizar o acesso ao ensino público, particularmente em relação aos cursos mais procurados, como Medicina, Engenharia, Direito e Comunicação Social,

Os principais argumentos que defendiam estas medidas era que os exames vestibulares são injustos, considerando-se que a grande maioria dos universitários é constituída por membros da classe média alta, uma vez que esses estudantes tiveram a possibilidade de cursar o ensino médio em instituições particulares, recebendo um ensino de boa qualidade.

Por outro lado, os estudantes das escolas públicas não conseguem alto nível de aprovação nos vestibulares por terem recebido uma formação deficiente.

À medida em que se defendeu a reserva de vagas, inúmeros e violentos debates surgiram em todo o país. Os seus críticos argumentam que as quotas raciais violam o princípio da igualdade ao concederem privilégios a determinados grupos raciais ou sociais; por outro lado, ao se intervir no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior pelo critério do mérito do candidato, o sistema de quotas procura reduzir uma injustiça com a geração de outra, violando assim o que dispõe o artigo 208, inciso V, da Constituição Federal, que determina o critério de capacitação pelo mérito, para o ingresso no ensino superior.

Os defensores do sistema de quotas, por sua vez, argumentam que eles viabilizam com maior vantagem o acesso dos estudantes de famílias de baixa renda, e reafirmam a defesa do princípio da igualdade ao procurar estabelecer um sistema de quotas que facilitem o acesso dos menos favorecidos (SANTANA, 2007, p. 10).

Em uma apreciação superficial se constata a existência de pequena proporção de negros nas escolas públicas superiores, principalmente nos cursos de Medicina e de Direito, devido à sua impossibilidade de obter uma alta qualidade do sistema escolar público. A defesa do sistema de quotas considera ainda que o atual vestibular não mede o mérito do candidato, mas sim, o sistema social e educacional ao qual pertence, acentuando a desigualdade de oportunidades entre os mais e os menos favorecidos economicamente. Diante desta defasagem, entende-se que as populações

vulneráveis merecem proteção do Estado; que o conceito de raça humana é fixado muito mais por suas características sócio-culturais do que biológicas.

Afirma-se ainda que a reserva de vagas é válida e compatível com a Constituição Federal uma vez que esta já contém princípios e modalidades implícitas e explícitas de ações afirmativas e de não discriminação.

E o mais importante ainda, é que, segundo Tavares (2009, p. 11), “com o programa de reserva de quotas para negros demos um grande passo e isto não pode ser negado. A sociedade brasileira finalmente assumiu a inegável existência da exclusão racial em nosso país.” Esta discriminação, em todos os seus aspectos, precisa ser debelada.

2.7 Relações sociais: as Instituições de Ensino Superior e as pessoas com necessidades especiais

2.7.1 As Instituições de Ensino Superior

Com a abertura do mercado, o papel da tecnologia tornou-se ponto chave para as empresas, trazendo uma aproximação maior com as universidades. Essa aproximação gerou a necessidade de rever a formação profissional nos seus vários níveis e o alerta universitário para a própria inovação.

As instituições de ensino superior, por sua atuação, desempenham destacado papel no cenário econômico, tecnológico e social no mundo

moderno: forma profissionais para atuar em todas as áreas; promove pesquisas; produz descobertas e conhecimentos como resultado das investigações realizadas e os aplica na solução dos problemas sociais. Trata-se, na verdade, da única organização social vigente que agrupa tais funções.

Pode-se afirmar que o desafio atual das instituições de ensino superior brasileiras está relacionado diretamente a uma questão crucial: como preparar o jovem profissional para atender à sociedade, o mercado, os novos paradigmas de produção e avanço tecnológico, uma vez que a visão mundial do processo de apropriação do conhecimento está intimamente associada à universidade.

Para tanto o ideal é, em muitos casos, afastar radicalmente a tradição acadêmica e caminhar para a inovação tecnológica, não só pela pesquisa e descoberta científica, mas também na construção e diferenciação do seu produto - o conhecimento. Esta mudança visa a adequação com velocidade necessária, produzindo conhecimentos e oferecendo aos alunos a oportunidade de corresponder a um mercado cada vez mais globalizado, competitivo e exigente.

Porém, Schugurensky, mencionado por Rodriguez Gomes (2002, p. 109), identifica uma transição cada vez mais visível (no caso canadense e também em outros países), de um modelo universitário centrado na autonomia e voltado para um modelo centrado na heteronomia, ou seja, "no qual setores externos (principalmente o Estado e a indústria) têm cada vez mais poder na definição da missão, da agenda e dos produtos das universidades".

Com esta interferência, segundo o autor,

(...) a margem de autonomia institucional (em particular sua autonomia substantiva) foi se reduzindo paulatinamente, e que o mercado e o Estado têm aumentado sua capacidade para impor sua própria lógica e interesses (SCHUGURENSKY, in, RODRIGUEZ GOMES, 2002, p. 109).

Além dessa interferência, porém, diante do mundo globalizado, a necessidade de atualização dos currículos universitários é outro desafio. Ela ocorre em ritmo descompassado, diferenciado, em várias áreas do conhecimento (RONCA, 2000, p. 17). Verifica-se que o dinamismo da grade curricular precisa estar relacionado às exigências da transformação dos campos e mercado de trabalho, e com a necessidade de buscar a excelência e qualidade de ensino.

Na prática diária, observa-se que as organizações que prestam serviços apresentam dificuldade na apreciação e aplicação acerca da qualidade pois esta é uma característica de natureza intangível na prestação de serviços. Isto porque, serviços são ações e influências o cliente vivencia, "são de difícil padronização o que torna a gestão do processo mais complexa. Pela dificuldade de avaliar os resultados e pela impossibilidade de avaliação do serviço antes da compra." (GIANESI e CORRÊA, 2004, p.. 32).

No que diz respeito às instituições educacionais, observa-se que elas não podem ser tidas somente um simples negócio, uma empresa de serviços e, neste contexto, pode-se verificar que as mesmas não possuem controle total do acesso de seus alunos, não tem condições de dominar plenamente o processo de ensino-aprendizagem, em especial porque este processo depende da atuação e participação (maior ou menor) do próprio educando que a frequenta.

Por oferecer um produto totalmente diferenciado, as entidades educacionais têm por metas desenvolver as habilidades e competências dos estudantes, conduzindo-os a pensar, a aprender, a raciocinar, a buscar conhecimentos e resolver problemas.

A gestão da qualidade nos serviços exige atenção aos seguintes aspectos de acordo com Mezomo (1997, p. 39 e ss.):

- a) as pessoas são o recurso mais importante da Instituição, e por isso devem ser educadas e valorizadas;
- b) os clientes são o verdadeiro ativo das organizações e sua percepção da organização deve ser levada a sério;
- c) as pessoas devem incorporar a qualidade em suas atividades diárias;
- d) a cultura organizacional precisa se apresentar transformada pelo princípio da clientização da organização;
- e) a organização deve ter uma estrutura flexível para responder com rapidez às mudanças do mercado;
- f) a qualidade deve estar embutida na própria missão e na qualidade estabelecida pela organização.

As instituições de ensino superior, de acordo com os termos da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), em seu artigo 52, é assim definida:

As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e de cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto

do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; (Ver Resolução - CNE nº 2 de 7 de abril de 1998 que estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada).

- II um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Define-se educação universitária como sendo o ensino acadêmico cuja missão básica está voltada precipuamente para a pesquisa, o desenvolvimento do conhecimento; o ensino, visando a oferta de formação qualificada aos alunos; além da extensão e prestação de serviços para a sociedade. A mencionada lei dedica o Capítulo IV à Educação Superior. Ela explicita os objetivos do ensino voltado à preparação e acréscimo do capital intelectual, destaca aspectos que fazem da universidade um projeto institucional e pedagógico.

Suas metas são: estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar estudantes das diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e participarem no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando no seu desenvolvimento contínuo; incentivar a pesquisa e investigação científica, para o crescimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura.

Estas metas visam ainda promover a divulgação de conhecimentos que constituem o patrimônio da humanidade, transmitir o saber sob todas as formas de comunicação, suscitando o desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional.

É neste contexto que se discute hoje o critério de admissão nos campus universitários, de grupos minoritários, discriminados, cujos direitos

são defendidos pelo sistema de quotas, por meio de um percentual de bolsas dentro de cada Unidade da Federação, baseada em uma política que será descrita a seguir.

2.7.2 Sistema de Quotas e realidade no mercado de trabalho

A política de quotas é voltada especificamente para a inserção das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho formal a qual está relacionada com as normas de aplicação prática diretamente ligada ao mercado de trabalho.

Tem seus resultados registrados oficialmente por meio dos dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho. Os registros administrativos, a exemplo da RAIS têm importante papel no monitoramento e efetividade de cláusulas sociais das normas legais e consolida o cumprimento da política de quotas traçada para o trabalho formal, a empregabilidade e os rendimentos.

Os seus dados relatam as principais características pessoais e econômicas individuais das pessoas com necessidades especiais, como: características sócio-demográficas (gênero, idade, escolaridade e raça), características ocupacionais e econômicas (setor de atividade, tempo de empresa) e distribuição espacial (densidade populacional e unidades federativas).

A pesquisa realizada por Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 136), baseada no Censo do IBGE de 2000, demonstra que a incidência de homens no mercado formal de trabalho, com alguma necessidade especial,

é maior do que das mulheres, alcançando o índice de 65,76% e 34,26% respectivamente, à semelhança da participação dos trabalhadores que não têm deficiência. Neste caso, as mulheres têm maior participação, com 39% do total.

Consideram os autores que utilizando os dados do Censo 2000, a contribuição geral das mulheres na população de indivíduos com necessidades especiais é de cerca de 56%.

Quanto às características de raça, os trabalhadores formais conforme Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 136), são, em sua maioria, caracterizados como não-afros, porém, entre os indivíduos com alguma necessidade especial encontram-se cerca de 77,5% dentre 78,97% da população total, nesta categoria. Para a pesquisa, considera-se como afro os indivíduos pretos e pardos, e como não-afros os brancos, amarelos e índios.

Esta população acha-se mais representada no mercado de trabalho formal, nos setores de serviços e da indústria. Nos serviços, a população que sofre com alguma necessidade especial é semelhante à da população total, alcançando, a primeira, o índice de 48,39% e de 49,58% para a população total. Na indústria, as pessoas com necessidades especiais são de 27,33%, contra de 19,31% dos que não tem nenhuma necessidade especial.

Para Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 135), na agricultura, construção civil e setor público, a contribuição da população total é maior do que a dos indivíduos com necessidades especiais, mas no setor público, as possibilidades para estes é 76,8% maior do que no setor

privado, possivelmente devido às normas de inclusão social praticadas na administração pública.

No que diz respeito à densidade populacional, segundo o Censo de 2000 do IBGE, observa-se que os trabalhadores formais encontram-se principalmente nas capitais (45%), porém, as pessoas com deficiência são em maior número entre os residentes da periferia (16,2%) do que os não deficientes, que alcançam o índice de 11,23% da população total. Nota-se no Censo 2000, que os indivíduos com necessidades especiais residem principalmente, nas áreas urbanas (80,3%), e cerca de 19,7% têm morada nas áreas rurais.

Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 136), também analisaram os diferenciais de salários entre indivíduos que têm necessidades especiais e os que não as têm, constatando que a média de salários das pessoas com deficiência é cerca de 40% a mais do que os trabalhadores sem deficiência, resultado inesperado, para os pesquisadores. Isto porque o salário/hora dos indivíduos que apresentam alguma necessidade é superior à dos não que não apresentam e que, as pessoas com necessidades especiais têm, em média, jornada de trabalho superior.

Outro dado de importância para este trabalho, trata da questão relativa à escolaridade dos empregados formais. O Censo de 2000, apresentado pelo IBGE, demonstrou que a proporção de profissionais que não apresentam nenhuma deficiência e que têm mais de 12 anos de estudo é de 16%, e, os indivíduos que sofrem com alguma deficiência têm sua proporção um pouco maior, 17%. Em contraposição, o percentual de trabalhadores formais, não deficientes, sem nenhum ano de estudo, é de

2%, enquanto que o índice é de 3% para a população com alguma necessidade especial.

Sob o aspecto sociológico, baseando-se na análise descritiva do salário, jornada de trabalho e educação, os autores procuram explicar algumas disparidades encontradas, comparando dois trabalhadores com o mesmo nível educacional, porém utilizando um único critério que os difere: ser ou não pessoas com alguma necessidade especial. Essa observação foi feita na tentativa de identificar se existe discriminação entre os mesmos. Para Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 136), a quantificação destes atributos foi construída tendo por base a própria Lei de Quotas.

A integração das pessoas com necessidades especiais no processo produtivo é tida como um obstáculo para sua inclusão social, justificada por atitudes preconceituosas quanto à sua capacidade contributiva no contexto competitivo do mundo empresarial. Este preconceito está relacionado, principalmente, ao desconhecimento das reais possibilidades do indivíduo com necessidades especiais, de ser um agente ativo do processo de produção.

A Constituição nacional de 1988, ao definir reserva de vagas e proibir a evidência de qualquer discriminação em seu art. XXXI, afirmando a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”, procurou exatamente possibilitar a inserção das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho.

Porém, não basta apenas um conceito legal de inclusão social aprimorado para a sociedade recebê-las. As empresas, além de oferecer

trabalho, bem-estar e justiça social, precisam ter uma infra-estrutura integrada por meios de transporte e acessibilidade, além de cumprir sua pauta de assuntos prioritários, segundo determina a Lei n.8.213, de 24 de julho de 1991.

Esta lei estabelece que “empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência” (SENAC, 2002, p. 3).

Tendo foco no acesso ao mercado de trabalho, a Constituição vedou qualquer forma de discriminação nos salários e critérios de admissão do trabalhador que apresenta alguma deficiência, exigindo, não só das empresas privadas, mas também dos organismos públicos, a reserva percentual dos cargos e empregos públicos, (arts. 7º, XXXI, e 37, VIII). Nestes termos, desde então os editais de concurso trazem em seu bojo, a especificação da reserva de cargos.

No requerimento de inscrição, os candidatos devem indicar a natureza e o grau da incapacidade, bem como as condições especiais necessárias para que participem das provas, para concorrerem em igualdade de condições com os outros candidatos.

Os resultados da avaliação das provas trazem duas listas: uma geral, arrolando todos os candidatos aprovados, e outra especial, relacionando os indivíduos com alguma deficiência aprovados para empresas públicas.

Quanto às empresas privadas, conforme a Lei n. 8.213/91 cabe ao sistema da previdência social assegurar aos beneficiários reabilitados e aos indivíduos com necessidades especiais, a garantia dos seus direitos.

Vale mencionar que o sistema de reserva legal de vagas - sistema de quotas - visa a inserção e participação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, sob o contexto das ações afirmativas que buscam oferecer igualdade de oportunidade aos grupos minoritários.

O princípio de inclusão social defende o direito de todos aos serviços de educação, saúde e assistência social; ao trabalho, a acessibilidade; ao lazer, esporte, entre outros critérios, e também impõe o reconhecimento do direito de todo o cidadão, não importando a sua condição, aos serviços e recursos que melhor atenderem as suas necessidades.

Neste sentido, afirmam Neri, Carvalho e Costilla (2006, p. 137), que

(...) um programa que vise a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho não pode deixar de abordar temas como inclusão educacional, educação especial, habilitação, reabilitação, formação técnico-profissional, capacitação profissional, colocação competitiva, colocação seletiva (depende da adoção e procedimentos de apoios especiais para a sua concretização).

A política de quotas insere-se na política de ampliação de oportunidades e reconhece as desigualdades em todos os setores sociais. É uma ação afirmativa que procura alcançar a igualdade de oportunidades, oferecendo condicionantes institucionais para o acesso das pessoas que têm necessidades especiais por meio de normas legais viabilizando o gozo e o exercício de direitos fundamentais, sobretudo no que concerne ao direito que toda pessoa tem de ser tratada como igual (RESENDE e VITAL, 2008, p. 28).

São critérios primariamente dispostos na Lei 7.853/89 que estabelece a política nacional para as pessoas com necessidades

especiais. Esta ação afirmativa reflete consonância específica com os objetivos fundamentais da República de erradicar a pobreza, marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem nenhuma espécie de preconceito ou discriminação. Também está em consonância com a Lei 8.213/91, art. 93, que estatui reserva de 2% a 5% de cargos de trabalho para pessoas com deficiências habilitadas e/ou beneficiários reabilitados, em empresas com mais de 100 empregados, de forma proporcional.

Esta lei obteve ampla regulamentação no Decreto 3.298/99 prevendo a forma de contratação das pessoas que têm alguma deficiência e demais mecanismos afetos às necessidades de apoios especiais de cada deficiência; também delegou ao Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, a fiscalização das empresas no cumprimento dos percentuais de quotas.

O sistema de quotas tem sofrido críticas, as quais, em sua maioria argumentam que o indivíduo que obtiver a quota poderá obter vantagens que não se consolidam nos méritos, nas qualidades individuais ou necessidades reais; por isso, a questão do mérito, depois de recebido o benefício da quota, deve ser alvo de amplo debate e não pode ser ignorado. Ou seja, quem for agraciado pelo sistema de quotas deve mostrar mérito para sua manutenção, e evidenciar necessidade e esforço para manter este benefício conquistado. Do contrário a oportunidade será estendida a outrem.

O critério estabelecido no mérito está totalmente fora de contestação, considerando que o Estado não pode beneficiar quem não corresponde ao intuito real do sistema de quotas, que é garantir a

igualdade de oportunidades e a inserção social dos que necessitam. Sem a demonstração de mérito para alcançar oportunidade no sistema de quotas, seria, sem dúvida, um prejuízo pleno dos objetivos das ações afirmativas.

2.8 Inclusão social e educação no Brasil

Segundo a literatura, no Brasil a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente educacional vem sendo implementada há pouco tempo, embora as discussões acerca do tema sejam muito significativas e têm gerado questionamentos bastante desafiadores para os educadores.

Entende-se que o caminho ideal é a orientação familiar, desde o momento em que as relações iniciais são estabelecidas entre a criança e a família, por meio dos agentes que integram o atendimento social ofertado pelo sistema de saúde, a equipe multidisciplinar (médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais), seguidos dos agentes educacionais, e a sociedade, oferecendo cada vez maior conhecimento aos professores na sua preparação universitária. Porque, segundo Mantoan (1997, p. 39),

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Não se pode ignorar que a adequação da prática com a necessidade de ensino que a sociedade atual exige, impõe primeiramente a mudança de mentalidade social, com a consciência de que se está sempre em

construção, acompanhando as grandes transformações que ocorrem no dia-a-dia, as quais, em maior ou menor grau, estão inseridas diretamente na prática educativa.

Ao longo do século XX, a sociedade brasileira, em muitas circunstâncias teve as pessoas com deficiência como indivíduos que se posicionavam fora do âmbito social (BRASIL, 2004, p. 29). Muitas, por estarem fora de normas e padrões convencionais para todos os homens, eram discriminadas e estigmatizadas, tendo que ultrapassar barreiras e dificuldades para sua aceitação, por serem diferentes, tanto na família como no ambiente social.

A máxima da “educação para todos”, foi amplamente difundida na década de 1990, trazendo à tona a política de integração para a Educação Especial.

Neste período, muitos órgãos oficiais nacionais e agências internacionais procuraram estabelecer a participação das políticas públicas na área de educação especial tais como: Banco Mundial, CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, MEC - Ministério da Educação e do Desporto, SEESP - Secretaria de Educação Especial, CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Os múltiplos documentos elaborados e difundidos por estas entidades tem como objetivo comum para a Educação Especial, concretização da integração. Embora tenha discutido a universalização do ensino, a proposta de “educação para todos” refletiu a exclusão de um

grande número de pessoas no sistema educacional, revelando a discriminação e segregação ainda presentes de forma visível no seio da sociedade. Porém,

A Educação Especial, na atual proposta educacional, é atribuída a tarefa de integrar as pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Nesta proposição, o Estado brasileiro gera e regula políticas educacionais a serem executadas, em grande medida, pela sociedade civil organizada em instituições especializadas que, majoritariamente, pertencem a associações privado-assistenciais, de caráter filantrópico (MICHELS, 2002, p. 74).

Na década de 1990, a proposta de integração do aluno com necessidades especiais é reiterada tanto em nível internacional como nacional, afirma Michels (2002, p. 75), dando ênfase ao movimento pela sua inclusão e integração em vários espaços sociais. Também menciona-se que as questões referentes às pessoas com deficiência são conduzidas na esfera dos direitos humanos desde 1995.

Segundo informações do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre 1991 e 2000 a Europa recebeu cerca de 15 milhões de imigrantes, conforme relata Ligabue (2005, p. 6), os quais não conheciam o idioma do país que escolheram, e se sujeitaram a aceitar subempregos e não serem assistidos pelos serviços de saúde, à semelhança de milhões de pessoas do Brasil.

O continente europeu, que apresenta as melhores taxas de desenvolvimento humano do mundo, está procurando no Brasil a solução para a exclusão social. Populações de refugiados, moradores de rua e imigrantes em busca de trabalho formaram uma classe social à margem dos altos padrões europeus. Países como Itália e Finlândia, e mesmo, fora do continente, Estados Unidos e Japão, vêm encontrando na educação popular brasileira o mecanismo mais eficiente de incluir com justiça esse novo público (LIGABUE, 2005, p. 6).

Estas evidências tem levado os países mais ricos a resgatar os valores de solidariedade, cooperação e sensibilidade crítica, que são mais encontrados nos países subdesenvolvidos, destacando-se neles as práticas de educação popular e, a partir destas, alcançar os níveis de segundo grau e universitário.

Cabe às instituições de ensino superior oferecer conhecimentos científicos sobre a área de escolha e atuação do jovem, com uma sistematização clara que deve refletir, não somente no conhecimento, mas também na prática. Assim, cabe ao trabalho docente ampliar o seu espaço, e ocupar áreas educativas que possibilitem a vivência e participação na construção de novas teorias e expectativas que gerem realizações de grande influência na sociedade.

Essa medida significa a possibilidade de articulação entre a atuação do professor na sala de aula e a reflexão e atuação coletiva, o aperfeiçoamento constante das práticas educativas, voltados para a produção e concretização do saber e das competências requeridas por todos os agentes sociais.

A questão da formação de professores inclusivos tem sido alvo de inúmeras preocupações e pesquisas quanto ao delineamento dos seus pressupostos teórico-metodológicos e ainda, por postular um aprofundamento da análise de seu real significado e das suas exigências. A relevância da questão da formação profissional do educador inclusivo está atravessada por discussões complexas, incertas, singulares e desafiadoras (CASTAMAN, 2009, s. p.).

É essencial que o futuro professor encontre orientação adequada, respaldo para atuar, aprimorar seu conhecimento e ser capacitado para atuar junto a estudantes com necessidades especiais.

2.8.1 Exemplo de atividades de inclusão universitária

É evidente o fato que cabe aos educadores e profissionais das mais diversas áreas, buscarem adquirir maior conhecimento acerca das necessidades especiais em seus diferentes aspectos, estudando-as e aplicando este conhecimento segundo as políticas de Governo, na preocupação de se criar programas e serviços que possam atender as necessidades específicas dos indivíduos com deficiência, bem como, para buscar a superação dos preconceitos gerados pela falta de conhecimento de como trabalhar com as pessoas com necessidades educacionais especiais (PASTORE, 2002, p. 59 e ss).

Com este objetivo, tem sido desenvolvido um processo de maior inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, tanto nas entidades educacionais como nas organizações empresárias, pois já há movimentos sociais voltados para entender e partilhar este entendimento de que a deficiência não implica necessariamente em incapacidade, pois as pessoas com alguma deficiência podem realmente ter algumas limitações de acessar determinados locais ou uma ou outra área do conhecimento mas são bastante capazes para superarem suas limitações e serem bons estudantes e profissionais (AMARAL, 1994, p. 25).

Por outro lado, estas mesmas pessoas podem, ao mesmo tempo, se destacar por possuírem algumas habilidades diferenciadas e acima da média. Cabe assim, ressaltar que uma deficiência não torna ninguém incapaz por completo (FONSECA, 1997, p. 32).

As rápidas transformações sociais e os avanços científico-culturais estão oferecendo na atualidade, novas propostas educacionais na medida em que estão dando lugar a novos valores e estabelecendo novas necessidades a atender, a partir do ensino-aprendizagem. Os acadêmicos que possuem necessidade educacional especial precisam ser atendidos tanto em termos de estrutura física quanto em formas adequadas de desenvolver a aprendizagem, em seus aspectos didáticos, mesmo porque todos têm o direito de receber atenção como qualquer acadêmico, a partir do crédito em seu potencial.

Uma das iniciativas que estão sendo desenvolvidas neste sentido, na conquista da inclusão adequada do estudante com necessidades especiais no meio acadêmico, é representada pelas ações do Grupo de Trabalho e Apoio aos Universitários com Necessidades Especiais, o GT-AUNE (PUC-PR, 2009).

Trata-se de um grupo organizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a PUC-PR, com sede em Curitiba, cujo direcionamento é composto pelos professores das áreas de Educação, Letras, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Matemática e Ciências Biológicas e Engenharia Civil.

O objetivo do GT-AUNE é, fundamentalmente, mobilizar a comunidade acadêmica da própria instituição de ensino, para que esta participe do processo de inclusão e acessibilidade do aluno universitário com necessidades educativas especiais, procurando atender à proposta educativa das instituições de ensino superior e aos dispositivos legais

pertinentes. Sua organização e metas são apresentadas em Anexo neste trabalho.

A existência de grupo de profissionais como do GT-AUNE, torna evidente a possibilidade de maior atuação de iniciativas semelhantes vinculadas ao meio acadêmico, para promover de forma efetiva e eficaz a inserção de estudantes com necessidades especiais nas instituições universitárias. Desta forma, é possível dar contribuição efetiva para a preparação de alunos com necessidades especiais na sua inserção no mercado de trabalho.

2.9 A preparação docente e as pessoas com necessidades especiais

A concepção atual de universidade é definida pela Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em 1998, na “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”. O texto refere que a universidade dos dias atuais tem como objetivos fundamentais promover, gerar e difundir conhecimentos, intervindo como mediadora nas atividades e ações que transmitem influência.

Conta com todos os envolvidos, desde seu corpo discente até a própria sociedade onde está inserida, por meio de oferta do conhecimento, busca e concretização de pesquisas científicas e tecnológicas,

possibilitando estudos acadêmicos nas ciências sociais e humanas, além do desenvolvimento de atividades criativas inseridas nas artes.

A educação superior tem demonstrado ao longo do tempo, a sua capacidade de transformar e produzir mudanças, firmando marcos de dimensões amplas dentro da moralidade, ética e transparência, qualidades imprescindíveis no desenvolvimento da sociedade, segundo a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998, s. p.).

É um organismo de função social indispensável e por sua própria atividade e funções, alcançam as comunidades, sob a forma de assessoria, evolução científica, tecnológica, e estudos acadêmicos dentro das ciências sociais e humanas (UNESCO, 1998, s. p.).

Por isso, os projetos das instituições de ensino superior devem ser elaborados levando em consideração as necessidades do seu entorno, da sociedade que atende, dos grupos e participantes que a freqüentam, inclusive sob a ótica do respeito às culturas, a proteção às minorias e ao meio ambiente.

Deve destacar ainda, a formação dos professores, em especial dos cursos de pedagogia, pois sua preparação implica na aquisição do conhecimento, dos procedimentos didáticos e da sua aplicação no ensino, não apenas dos alunos em geral, considerando que todo o professor precisa estar adequadamente preparado para o atendimento de educandos com necessidades especiais.

Neste sentido, defende Cortelazzo (2006, p. 40), que “a educação inclusiva acontece quando há uma ampla formação de professores e os

professores aprendem sobre as deficiências, distúrbios, transtornos, dificuldades, e sabem diferenciá-los entre si.”

Rocha e Cortelazzo (2006, p. 153), por sua vez, ao refletirem sobre a imprescindível formação dos professores, declaram que, para que hajam mudanças no sistema educacional e na própria relação de trabalho decorrente da preparação dos alunos, é preciso se mudar conceitos e “ampliar as habilidades no processo de ensino e aprendizagem com alunos portadores de necessidades educativas especiais apoiando-se em tecnologias assistivas,” a partir da própria grade curricular voltada para a formação dos professores que venham a trabalhar no atendimento dos alunos e suas diferentes necessidades.

Assim, em decorrência de todo o complexo de atuação das instituições de ensino superior, na formação dos seus alunos, alcança-se toda a sociedade em seus mais diversos núcleos, tendo suas atividades extensivas às melhorias das condições que atuam na eliminação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome e de enfermidades (UNESCO, 1998, s. p.).

Diante dessas circunstâncias e para que se possa alcançar o desígnio de formar professores para uma escola de qualidade para todos, o que se almeja, é reconhecer os princípios educacionais inclusivos, os quais se pautam na colaboração e cooperação, na autonomia intelectual e social, na aprendizagem ativa, no senso de pertencer, no padrão de excelência, em novos papéis e responsabilidades, entre outros. Dessa forma, a formação vai além dos aspectos instrumentais, pois há o exercício constante de reflexão, do questionamento da própria prática em busca de caminhos pedagógicos da inclusão e, ainda, de compartilhamento de idéias, sentimentos, ações das experiências concretas que são a matéria prima para a mudança, o pensar entre os participantes desta empreitada (CASTAMAN, 2009, s. p.).

A influência da universidade, atinge diretamente os indivíduos, o mercado de trabalho, a preparação dos alunos, a difusão do conhecimento, o encaminhamento da capacitação e desenvolvimento de habilidades e a concretização das possibilidades de inserção das pessoas que apresentam necessidades especiais, que são alvo deste trabalho.

O crescente ingresso de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, porém, torna necessária a discussão acerca dos desafios da educação inclusiva no ensino superior. Para Ferrari e Sekkel (2007, p. 10 e ss.), a educação inclusiva no ensino superior apresenta três principais níveis de desafios a serem enfrentados:

A tomada de posição das instituições sobre os objetivos e a elegibilidade dos alunos para seus cursos, a necessidade de formação pedagógica dos professores do ensino superior para a educação inclusiva e, por fim, uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem (FERRARI e SEKKEL, 2007, p. 11).

Conforme relatam Nascimento e Moraes (2000, p. 62), somente entre os indivíduos com deficiência física, constatou-se uma lacuna, uma vez que, no Brasil, entre 9 milhões de pessoas com deficiência, em idade de trabalhar, apenas, 1 milhão destas (11,1%) exercem alguma atividade remunerada e 200 mil (2,2%) são empregados com registro em carteira de trabalho.

Também em se tratando de capacitação e viabilidade do exercício laboral deste segmento, no que diz respeito à iniciativa privada, a Lei no 8.213/91 - conhecida como Lei de Quotas, já citada anteriormente, veio

cuidar do sistema da previdência social, garantindo benefícios às pessoas com deficiência.

Neste contexto a universidade deve se fazer presente, em todos os sentidos, viabilizando a melhoria do conhecimento e capacitação profissional, para que todos os interessados possam alcançar a equiparação das oportunidades em todas as áreas, mesmo sendo alguém com necessidades diferenciadas.

Segundo Sasaki (2003, p. 31), o termo equiparação de oportunidades, que significa também igualdade de direitos, e é definido pela *Disabled Peoples International* (1981) como sendo

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas (SASSAKI, 1997, p. 34),.

Essa igualdade, implica no fato que as necessidades de cada um, individual e coletivamente são de igual importância e devem ser analisadas para se elaborar um planejamento voltado para a aplicação de recursos necessários para garantir que cada pessoa tenha oportunidade igual de participação na aquisição dos conhecimentos e vivência de toda a sociedade.

A igualdade de oportunidades em educação é essencial diante da importância do aprendizado e capacitação, da transmissão e aquisição de atitudes, conhecimentos e competências que a sociedade necessita, e para

os quais a cadeia educacional tem como alicerce as instituições de ensino superior, sob cujo teto, são preparados os jovens, adolescentes, crianças e adultos.

Neste sentido, enfatiza Sasaki (2003, p. 36) que:

É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 1997, p. 36).

Este critério significa também, a definição do conceito de inclusão social, que vem acompanhando movimentos e conquistas da sociedade e dos segmentos que a compõem, que vem sendo excluídos ao longo do tempo. Conseqüentemente, compete aos educadores e profissionais da educação, buscarem equacionar soluções e alternativas, para garantir a equiparação de oportunidades e de direitos.

Para tanto, todos devem preservar a oferta de diferentes tipos de serviços de forma que, sempre que possível, seja garantida a possibilidade de escolha aos interessados, mesmo que apresentem dificuldades em maior ou menor grau, proporcionando mais proximidade entre alunos com dificuldades especiais e seus colegas não deficientes. Também as empresas podem dar sua contribuição na melhoria da sociedade que a todos abriga.

Trata-se, não somente de inserir alunos da escola especial na escola regular, remodelando e modificando a escola regular para que esta possa atender mais ampla variedade de alunos, levando este conceito a ser vivido e praticado pelas próprias instituições de ensino superior.

É urgente que se tenha uma educação mais identificada com um projeto de sociedade de forma a melhor compreender os novos desafios postos ao processo educacional [...] um projeto de sociedade que deve ter, como intencionalidade básica, o homem, a sua intersubjetividade, dificuldade e valoração (FRIZZO, 2003, p. 82).

Para se alcançar este objetivo além da análise e concretização das alternativas possíveis, surge a necessidade de desenvolver um conjunto de métodos e estratégias educativas dentro da própria grade curricular, visando alcançar o sucesso da integração dos alunos com deficiências no ambiente escolar assim como a sua preparação para a cidadania e o mercado de trabalho, dentro de toda a cadeia institucional educativa, ou seja, desde o ensino fundamental até o ensino universitário.

Numa escola inclusiva o repertório de cada professor é considerado um recurso rico para trocas de experiências com o objetivo de aperfeiçoamento da prática docente de todos os envolvidos. Dessa forma, as atividades de planejamento deveriam se constituir um momento de compartilhamento de experiências docentes e reflexão sobre a prática com vistas a responder à diversidade existente nas salas de aula (CASTAMAN, 2009, s.p.).

Considera-se que alguns alunos, como por exemplo os que apresentam deficiências sensoriais e graves problemas de comunicação, requerem a disponibilização de equipamentos, de materiais específicos, levando a escola a se adaptar e modificar, para atender às necessidades e diversidade dos seus alunos. Dentro deste propósito, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), assim expõe:

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças

com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, s.p.).

Toda a sociedade precisa ser conscientizada, mas, principalmente na área pedagógica, deve-se compreender e enfatizar a importância do ser humano, independentemente de suas diferenças, possibilidades ou dificuldades. Exemplificando: assim como os estudos da ergonomia já atuam com eficiência e penetração no ambiente do trabalho, buscando concretizar a adaptação do posto de trabalho ao indivíduo segundo suas habilidades e características, a preparação dos acadêmicos que se voltam para os cursos de pedagogia precisam ser adequada para atuarem como professores, contemplando e refletindo acerca das pessoas e suas possibilidades e não suas deficiências.

A chegada dos alunos com necessidades educacionais especiais - NEE - e, entre eles, os alunos com deficiência intelectual no ensino superior, tem criado situações constrangedoras em sala de aula, que sequer chegaram às pautas das discussões institucionais. Os vestibulares não seletivos visam ao preenchimento das vagas oferecidas e abrem as portas das Instituições de Ensino Superior _ IES _ que, ainda sem preparo, recebem alunos com os mais variados percursos escolares (FERRARI e SEKKEL, 2007, p. 11).

Estudos indicam que o posicionamento e a atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o melhor resultado de qualquer medida voltada para a integração do aluno com deficiência. Nas práticas adotadas no ambiente escolar, não basta determinar por meio de normas legais que deve ocorrer a integração; para que ela aconteça é preciso o exemplo, a orientação e a participação do professor e da escola como um todo.

Conforme descreve Mantoan (1997, p. 57), a integração do educando pode ser vista como um processo, destinado a oferecer aos alunos com necessidades especiais uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, que proporcione a aos mesmos a satisfação das suas necessidades individuais.

Para tanto, é fundamental o papel do professor, o conhecimento, capacitação e estratégias no ensino-aprendizagem destes alunos, bem como a sua formação e preparação pedagógica para esta vivência. Para alcançar estes objetivos no âmbito das universidades, sugere Gil (1998, p. 21), que a efetivação da inclusão, integração e preparação do estudante que apresenta alguma necessidade especial, requer, nas universidades, as seguintes medidas:

A. Presença de uma equipe de pré-classificação. As escolas em todos os níveis, e principalmente as instituições de ensino superior, precisam ter em seu quadro uma equipe composta por uma gama ampla de profissionais. Esta equipe deve atuar como aliada dos professores responsáveis pelo ensino das disciplinas e capacitados para atender o ensino especial; uma equipe de apoio representada por sociólogo, psicólogo, profissional de segurança do trabalho, terapeuta ocupacional, e outros, que trabalhem em conjunto para elaborar, recomendar e desenvolver estratégias que facilitem o ensino-aprendizagem dos jovens com necessidades especiais.

O principal objetivo destas equipes, além de apoiar o professor para que ele assuma a responsabilidade pela educação de todos os seus

alunos, é oferecer sugestões de estratégias e procedimentos necessários e possíveis, para atender aos alunos sob seus cuidados.

B. Apoio consultivo. Este é um recurso encontrado em professores especializados ou com experiência no ensino especial que colaborem com os colegas visando descobrir e implementar estratégias que sejam eficazes para os casos de alunos especiais e diferenciados.

Dessa forma, as relações entre o professor de cátedra e o professor de apoio se firmam em princípios de união visando o benefício do aluno, compartilhando responsabilidades e sucessos na inclusão do aluno, colaborando com a direção ofertando sugestões de medidas que otimizem a integração entre pessoas que têm necessidades especiais e a própria escola, considerando que ambos têm autoridade, igualdade no acesso à informação e as mesmas oportunidades para identificação, discussão, tomada de decisão e implementação das medidas adotadas.

Para assegurar o direito à educação das pessoas com necessidades diferentes é necessário, conforme Mazzota (1998, p. 23 e ss.), assegurar oportunidades iguais. Não se trata de garantir tratamento igual para todos mas sim de oferecer meios adequados, coerentes, que atendam às características e necessidades de cada indivíduo, para que ela possa desenvolver e alcançar o melhor da sua potencialidade. Assim, o ambiente escolar deve oferecer oportunidades educacionais diversificadas, para assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação, em todos os níveis.

Nos últimos anos vem crescendo o debate em torno da questão da inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Os professores têm-se deparado com esta questão, porém, não basta debater. É preciso também que sejam preparados, que as instituições de ensino superior disponham de meios e condições para receber os indivíduos com necessidades especiais e também orientem, ensinem, formem e dêem capacitação e treinamento para seu alunos, pois a integração não ocorre apenas na escola: ela deve ser praticada e inserida em todos os ambientes sociais (YUNI, 2000, p. 59).

Este é um tema realmente complexo e merece tratamento cuidadoso, mesmo porque as instituições de ensino superior é o melhor ambiente para preparar os líderes que farão diferença na sociedade.

Porém, tem-se consciência que a formação docente não ocorre exclusivamente em cursos; essa formação se dá em múltiplas esferas.

Os conhecimentos teóricos e práticos, sob os mais diferenciados aspectos: políticos, epistemológicos, pedagógicos, curriculares, didáticos, metodológicos e outros, que envolvem o exercício docente e a vivência escolar, além da aquisição do conhecimento empírico e diversificado, servem de pilares para a construção do relacionamento social e na transmissão do conhecimento teórico adquirido no ensino universitário (MANTOAN, 1997, p. 89).

Por isso, cabe ao sistema universitário oferecer e oportunizar aos seus alunos a oportunidade de aprender e por em prática o seu aprendizado, diante da necessidade de oferecer o preparo aos indivíduos que apresentam necessidades especiais.

E, ao refletir sobre a universidade pública numa ótica de formação e de democratização, se está assumindo uma posição clara contra exclusão

enquanto relação social e uma vez que a educação é um direito real e legal de todo e qualquer cidadão (CHAUÍ, 2004, p. 47).

Assim, recomenda-se, não somente a oferta de dados teóricos, mas que eles sejam aliados à vivência prática por meio de estágios, curriculares ou extra-curriculares, palestras, contato direto com educandos com necessidades especiais, a fim de que o futuro professor possa se ambientar, participar e trabalhar na inclusão de forma coerente, natural e costumeira em sua vivência. É preciso que os acadêmicos sejam preparados para conviverem com as diferenças, para depois ensinarem seus orientandos essa convivência (LIGABUE, 2006, p. 9).

Deve-se enfatizar mais os saberes adquiridos na prática, pois o conhecimento adquirido pela experiência formam um conjunto de todos os outros, pela articulação da própria teoria e prática.

Cabe às instituições de ensino superior entenderem e atuarem com determinação, uma vez que a mudança social está também ligada à formação e transformação das práticas em sala de aula; e devem ser consideradas em todas as esferas: acadêmica, governamental, política e prática pedagógica.

A mencionada qualificação exige preparação que ultrapassa o ensino e transmissão do indispensável conhecimento científico, e também, conforme Schön, (2000, p. 43), de áreas práticas que trazem à tona incertezas e conflitos de valores que interferem no dia a dia que o universitário e também o professor precisa enfrentar.

O papel do professor no contexto do ensino superior impõe uma postura ativa, abrangente, onde a política educacional e a ética

profissional e social o conduz a ter um compromisso permanente com a vida dos alunos, assim como com seu aprendizado, sua superação de dificuldades, exercendo seu papel de educandos com liberdade e desenvolvimento de todo o seu potencial.

No que diz respeito aos aspectos legais, é relevante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDBEN 9.394/96, garante um capítulo exclusivo voltado para a Educação Especial, o capítulo V. Porém, há uma evidente distância entre a lei e a prática, considerando as ações de inclusão em todos os diferentes níveis do ensino.

A Constituição Federal, já em 1988, prescreveu no seu artigo 208, inciso III, a atribuição do Poder Público, no “atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A garantia do Estado brasileiro de educar a todos, sem qualquer discriminação ou exclusão social e o acesso ao ensino fundamental, para os educandos, em idade escolar, é um direito de todos, sejam tidos como pessoas normais ou especiais.

Mas para que esta determinação se cumpra, é indispensável que a universidades estejam prontas, seus professores preparados, de tal forma que possam realmente cumprir este objetivo, que não é somente um ideal, mas uma necessidade.

É necessário que o professor seja reconhecido e valorizado, e que seja ofertado ao mesmo a possibilidade de alcançar seu novo significado, reconhecendo os processos educativos, e ampliando sua tendência de

formação reflexiva, gerando “[...] uma estratégia para melhorar a formação de professores, uma vez que pode aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade, as incertezas e as injustiças na escola e na sociedade” (PIMENTA, 2005, p. 30)

Professores, gestores, diretores, membros das equipes de apoio acadêmico, precisam a cada tempo realizar um trabalho reflexivo voltado para a renovação permanente da educação. Isto porque só é possível mudar o meio com a evidenciação de novas práticas, modificando o olhar e a forma de vivenciar o dia-a-dia. É por meio da mudança de atitude pessoal e organizacional que se chega à transformação profissional e à aceitação e inclusão social, construídos com respeito ao próximo e à cidadania.

Ao final, ressalta-se ainda que, o ingresso das pessoas com necessidades especiais nas instituições de ensino superior, apesar de estarem vinculadas ao sistema de quotas, estão diretamente relacionadas ao mérito e ao conhecimento dos alunos que a procuram, em busca do acréscimo de seu conhecimento e da melhor preparação cultural e profissional que desejam.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos a serem utilizados para o desenvolvimento desta tese, desde a coleta de informes e dados, até a interpretação dos mesmos.

Não se discutirá, nesta tese, cada uma dessas classificações de pesquisa. Serão focalizados apenas os tipos empregados - qualitativo descritivo, quantitativo, explicativo e exploratório -, considerando que, como bem define Silva (2000, p. 22), a pesquisa científica é a “realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida”.

O delineamento da pesquisa envolve a fundamentação teórica baseada em referencial bibliográfico, a exposição das normas legais referentes ao tema e uma pesquisa junto a alunos e trabalhadores. A investigação aqui desenvolvida foi predominantemente sob o método qualitativo-quantitativo, a fim de descobrir as respostas acerca das necessidades especiais e a importância da atuação das instituições de ensino superior, para a solução de inúmeros problemas das pessoas que têm deficiências.

Os métodos foram selecionados a partir do objetivo da tese, para conhecer e sugerir ações direcionadas à adequação de alunos que apresentam necessidades especiais e que freqüentam os cursos universitários, visando destacar os subsídios necessários para que os mesmos sejam atendidos por uma instituição de ensino superior que viabilizem sua entrada no mercado de trabalho.

É importante deixar claro que a intenção deste trabalho foi buscar o conhecimento da descrição da realidade a ser estudada tal qual ela se apresenta, buscando entendê-la a partir da percepção daqueles que se envolveram e se envolvem e do significado que ela adquire para esses indivíduos (TRIVINÓS, 1997).

A opção pelas pesquisas bibliográficas e de campo, fundamenta-se no conceito de Vergara (1997, p. 45): “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

O método de pesquisa qualitativa, foi empregado por meio de entrevistas feitas com questões abertas, para se obter conhecimento em maior profundidade, como define Malhotra (2001, p. 175), “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras”, onde os entrevistados podem discernir o verdadeiro objetivo da pesquisa, e por grupo de foco constituem a técnica mais utilizada de pesquisa qualitativa. Sua análise será feita diante da conversação em entrevista pessoal.

De forma geral, a pesquisa qualitativa representa uma tentativa de conhecer com maior profundidade um problema ou fenômeno, descrevendo as suas características e definindo-o melhor perante os olhos do pesquisador.

Menciona-se ainda que foram utilizadas neste estudo as análises qualitativa e quantitativa do conteúdo. Elas representam instrumentos de pesquisa empregados para determinar a presença de conceitos que

evidenciam as relações existentes nas mensagens recebidas dos entrevistados.

Esta pesquisa também teve natureza descritiva, pois teve como principal objetivo

(...) descrever características ou funções de alguma coisa; será uma pesquisa pré-planejada e semi-estruturada. Uma concepção formal de pesquisa, e especifica os métodos para a seleção das fontes de informações e a coleta de dados das mesmas” (MALHOTRA, 2001, p. 176).

O estudo descritivo procura trazer à tona fatos e fenômenos precisos dentro de determinada realidade, sem, no entanto, restringir-se a coleta, ordenação e classificação de dados.

3.1 População e amostra da pesquisa

Para Oliveira (2001, p.160), "universo de pesquisa é conjunto de seres animados ou inanimados que apresentem pelo menos uma característica em comum”.

Nesta pesquisa, identificou-se dois universos:

- a) Estudantes que apresentam necessidades especiais;
- b) empresas públicas ou privadas, que empregam pessoas indivíduos que apresentam necessidades especiais.

Podendo o universo ser entendido como o conjunto de tudo o que há no tempo e no espaço, é necessário para um estudo, definir uma

população com precisão para se obter dados dirigidos ao problema de pesquisa.

Malhotra (2005, p. 261) define população-alvo como sendo

(...) a coleção de elementos ou objetos que possuem a informação que o pesquisador está buscando. [...] e envolve traduzir o problema da pesquisa em uma declaração exata de quem deve e de quem não deve ser incluído na amostra.

Definiu-se como população para pesquisa da situação problema colocada para este estudo:

- a) Alunos que freqüentam o terceiro ano do 2º. Grau e a faculdade, por estarem se preparando ou já estarem integrados ao mercado de trabalho.
- b) Gerentes ou administradores de recursos humanos de empresas públicas ou privadas, que tenham sob seus cuidados pessoas que apresentam necessidades especiais.

Foram realizadas entrevistas pois, diante da possibilidade de se expressar livremente, pode se conhecer as principais demandas dos entrevistados e o perfil ideal do profissional solicitado pelo mercado de trabalho, dentro do segmento estudado, tendo como fundamento a legislação existente.

A técnica de amostragem escolhida foi a não-probabilística, onde outros critérios que não a teoria da probabilidade foram utilizados para a

determinação dos sujeitos da amostra. Como diz Malhotra (2005, p. 263-264), é uma amostragem que

(...) depende do julgamento pessoal do pesquisador, em vez do acaso, na escolha dos elementos da amostra. Ele pode selecionar a amostra arbitrariamente, com base na conveniência, ou tomar uma decisão consciente sobre quais elementos incluir na amostra.

Neste trabalho a amostragem foi por julgamento, que de acordo com o citado autor Malhotra (2005, p. 264),

É uma forma de amostragem por conveniência na qual os elementos da população são escolhidos com base no julgamento do pesquisador. Este escolhe os elementos de amostragem porque acredita que representam a população de interesse.

Por acessibilidade e facilidade de controle do pesquisador, para este trabalho elegeu-se a cidade de Curitiba como campo de estudo e para:

- a) Alunos das instituições: (indicados pelas siglas dos seus nomes); quantidade: 60 pesquisados. Este número representa aproximadamente 1:10.000, dos 537.430 trabalhadores formais ativos com alguma necessidade especial, conforme Censo do IBGE no ano 2000. Foi assim definido por serem alunos que se dispuseram a responder a pesquisa e que deram acesso ao pesquisador.
- b) Gerentes ou administradores de Recursos Humanos de empresas, em um total de 5 entidades; atuando junto a

pessoas com necessidades especiais e que ao serem contatados se dispuseram a dar a entrevista.

Considera-se a importância de pesquisar os alunos que finalizam o 2º. Grau, uma vez que os mesmos em geral, tem interesse em continuar seus estudos e precisam de uma universidade apta para recebê-los.

A questão da subjetividade deste tipo de amostragem, no caso particular deste trabalho, tem viés reduzido por tratar-se de um universo de pesquisa numa situação bem caracterizada: jovem que têm necessidades especiais em instituições de ensino, visando mercado de trabalho.

3.2 Coleta de dados

Na primeira etapa deste estudo, fez-se a consulta de textos da literatura, que serviram de embasamento para a fundamentação teórica apresentada.

Na segunda etapa fez-se a coleta de dados que foi feita, tendo como base questionário semi-estruturado, elaborado com questões fechadas e abertas que foi apresentado aos estudantes. Junto aos gerentes de Recursos Humanos de cinco empresas selecionadas, fez-se uma entrevista pessoal, semi-estruturada e previamente marcada. A entrevista semi-estruturada como ferramenta de coleta de dados “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI e LAKATOS 2003, p. 92).

A pesquisa de campo para esta tese, foi aplicada durante o período compreendido entre os meses de março e agosto de 2008, quando foram contatados 60 indivíduos, estudanes, maiores de 18 anos. Neste período, também foram realizadas entrevistas com gerentes de Recursos Humanos de cinco empresas. Assim foram obtidos os dados primários para esse estudo.

Considera-se que, segundo Tachizawa e Mendes (2008, p. 141), o constructo (“conceito deliberado e conscientemente inventado ou adotado para uma finalidade científica específica”), está estabelecido nas questões inseridas nos questionários previamente organizadas (apresentados em Apêndice), entendendo-se que os dados a serem coletados correspondem aos objetivos e metas deste trabalho. Sua elaboração é conseqüência do estudo exploratório através da pesquisa bibliográfica, identificadas como dados secundários para este estudo.

Para que seja possível compreender o universo pesquisado (estudantes e empresas), as informações coletadas serão complementadas com observação participante, o que proporciona maior contato com a realidade do tema, para mostrar os pontos de vista dos entrevistados acerca do processo necessário na transformação de capital humano em estrutural, ou seja, a formação do educando com necessidades especiais e sua adequação ao mercado de trabalho (Apêndice 1).

As respostas das entrevistas junto às empresas são fundamentadas em questões pré-elaboradas, conforme roteiro do Apêndice 2. Elas serão gravadas e transcritas e, analisadas em seu conteúdo.

Os entrevistados das empresas, foram gerentes que atuam em recursos humanos, que puderam esclarecer acerca das principais dificuldades e necessidades que as organizações têm para contratarem funcionários com necessidades especiais. Nas entrevistas, os indivíduos contatados tiveram oportunidade, liberdade e espaço para manifestar-se, emitindo o seu conhecimento da realidade e também o seu próprio julgamento, os quais foram expostos no decorrer da análise e discussão dos conteúdos e resultados obtidos.

3.3 Tratamento dos dados

No tratamento dos dados foi realizada a análise documental e de conteúdo. Segundo Malhotra, (2001, p. 196), define-se análise de conteúdo,

(...) como as descrições objetivas, sistemáticas e quantitativas do conteúdo efetivo de uma comunicação. Inclui não só a observação, mas também a análise. A unidade de análise pode consistir de palavras, caracteres, temas, medidas de espaço e de tempo, ou tópicos. Elaboram-se categorias analíticas para a classificação das unidades, e a comunicação é decomposta de acordo com as regras pré-fixadas (MALHORTA, 2001, p. 196).

Os dados coletados pela aplicação dos questionários com respostas fechadas foram tabulados e expressos em análise quantitativa. Aplicou-se o *software* Excel, para o processamento e posterior análise. As análises para os resultados foram realizadas através de tabulação por freqüências absolutas e relativas.

Na utilização da entrevista, considera-se que esta proporciona uma eficaz coleta de dados, segundo Andrade (2006), e na sua aplicação utiliza-se também questões abertas, as quais apresentam como “problema básico na avaliação de resultados de qualquer mensuração é o de definir o que deve ser considerado como diferenças reais na característica medida e o que deve ser considerado como variações” (CHAGAS, 2009).

Neste contexto, as respostas das questões abertas são analisadas de acordo com possíveis variáveis, mas sua análise enfoca com maior evidência, as ponderações técnicas acerca do tema, apresentadas pelos entrevistados, dentro de sua visão subjetiva. (ANDRADE, 2006). As informações obtidas por meio de entrevistas pessoais, em profundidade, por representarem livre posicionamento e opiniões sobre o tema, foram analisadas com base na técnica de análise do discurso, como convém à pesquisa.

Menciona-se ainda que, como limitação essencial do estudo, constata-se a dificuldade na preparação dos professores para atender a demanda da população estudada, bem como a ausência de condições necessárias para que os estudantes possam freqüentar com menos impedimentos, o ambiente universitário.

E ainda, como limitação ao acesso dos estudantes com necessidades especiais às instituições de ensino superior, refere-se a dificuldade que as mesmas têm em oferecer os equipamentos, as facilidades técnicas, informacionais e operacionais para atender as necessidades especiais apresentadas pelos estudantes em sua ampla diversidade.

Para Silveira e Neves (2006, p. 83), “a formação profissional passa a ser uma questão central para a implantação da escola inclusiva.” A inclusão remete à urgência da transformação de toda a realidade social e educacional, em todos os níveis e do sistema de ensino espera-se mudanças cada vez mais relacionadas ao acolhimento dos alunos, como seres em constante aprendizagem, construção e desenvolvimento.

4 RESULTADOS

4.1 Resultados dos dados colhidos na pesquisa junto aos estudantes

A pesquisa feita para esta tese, foi aplicada durante o período compreendido entre os meses de março e agosto de 2008 e alcançou 60 indivíduos, estudantes, maiores de 18 anos; número este definido por representar aproximadamente 1:10.000, dos 537.430 trabalhadores formais ativos que são pessoas que apresentam alguma necessidade especial, conforme Censo do IBGE no ano 2000.

Utilizou-se, como instrumento de pesquisa um questionário semi-estruturado, elaborado com questões fechadas e abertas as quais foram apresentadas aos estudantes (Apêndice 1), e gerentes de Recursos Humanos (Apêndice 2), de cinco empresas. A estes, fez-se uma entrevista pessoal, semi-estruturada e previamente agendada.

Observa-se que, entre os alunos pesquisados, foram encontrados alguns que já haviam concluído um curso universitário e estavam cursando um outro, de seu interesse.

As respostas obtidas dos estudantes e responsáveis por empresas, aliadas à observação participante, proporcionaram melhor entendimento da realidade do tema, cujos resultados, em dados quantitativos, são apresentados a seguir.

As respostas das entrevistas são fundamentadas em questões pré-elaboradas, conforme roteiro do Apêndice 2. Elas foram gravadas, transcritas e, analisadas em seu conteúdo.

Dentre os estudantes pesquisados, 42 (69,94%) são homens e 18 (30,06%) de mulheres, conforme o Quadro 1. A maioria (43,34%), com idade entre 23 e 32 anos (Quadro 2), e com nível de escolaridade do 2°. E 3°. Grau (Quadro 3).

Observa-se que, entre os alunos pesquisados, foram encontrados alguns que já haviam concluído um curso universitário e estavam cursando um outro, de seu interesse.

QUADRO 1 - SEXO

SEXO	FREQUÊNCIA	%
Masculino	42	69,94%
Feminino	18	30,06%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, as mulheres com deficiências superavam em dois milhões o número de homens portadores de deficiências. De um total de 83 milhões de brasileiros, 11 milhões são deficientes (46,42%). Entre as 86 milhões de brasileiras, 13 milhões são portadoras de deficiência (49,21%). (IBGE, 2000).

Porém, nesta pesquisa, foram encontradas 30,06% de mulheres, frente a 69,94% de homens, conforme o quadro acima.

QUADRO 2 – IDADE

IDADE	FREQUÊNCIA	%
de 18 a 22 anos	10	16,67%
de 23 a 27 anos	12	20,00%
de 28 a 32 anos	14	23,34%
de 33 a 37 anos	8	13,33%
de 38 a 42 anos	4	06,66%
acima de 47 anos	3	05,00%
não declararam a idade	9	15,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Segundo Sasaki (2001), no Brasil somente cerca de 3% das pessoas com deficiências, dentro da faixa de 14 a 60 anos, estão incluídas entre aqueles que são alcançados pelos serviços formais de educação, de saúde e de reabilitação enquanto que aproximadamente 35% da população com deficiência são crianças, as quais em sua quase totalidade se encontram fora deste atendimento.

Estes dados se agravam, conforme refere Loch (2007, p. 46), ao se considerar que:

Dos que estão sendo atendidos nem todos vão para o mercado de trabalho devido a uma série de barreiras e de falhas existentes dentro dos sistemas tradicionais de educação, de saúde e de reabilitação. Frente a esta realidade, a necessidade de inclusão torna-se mais acentuada.

Quanto à escolaridade, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, de 1996, garante e reforça a matrícula, sem discriminação, a todas as pessoas que apresentam necessidades especiais nas escolas regulares, visando prepará-las com o objetivo de alcançar o melhor do seu conhecimento, em todos os níveis e graus de ensino. Quanto à escolaridade dos indivíduos pesquisados, foram encontrados os seguintes informes:

QUADRO 3 - ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
2º. Grau incompleto	18	30,01%
2º. Grau completo	28	46,66%
3º. Grau incompleto	8	13,33%
3º. Grau completo*	6	10,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários

* Frequentando um novo curso.

Dentre as pessoas contatadas (60 indivíduos), 54 (90,00%) foram entrevistados em local, dia e horário previamente marcados, segundo a escolha dos pesquisados, de acordo com sua disponibilidade, enquanto que 06 (10,00%) indivíduos responderam as questões via e-mail.

No que diz respeito à graduação, somente 14 (23,34%) dos 60 pesquisados responderam que freqüentam ou já concluíram o 3º. Grau.

Com base nos dados acolhidos, observou-se as opções de curso do Quadro 4.

QUADRO 4 - GRADUAÇÃO

TIPO DE GRADUAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Pedagogia	3	05,00%
História	3	05,00%
Serviço Social	2	03,33%
Letras Português	2	03,33%
Admin. De Empresas	1	01,67%
Ciência da Computação	1	01,67%
Direito	1	01,67%
Educação Física	1	01,67%
TOTAL	14	23,34%

FONTE: Dados primários.

Vale mencionar que a escolha dos cursos realizados se deve a critérios que envolvem: a oferta do curso, a acessibilidade do aluno ao ambiente universitário, e as melhores possibilidades que o estudante encontra diante de suas dificuldades particularizadas, incluindo as anotações dos próprios entrevistados quanto aos cursos realizados.

A opção quanto aos cursos realizados pelos entrevistados partiu das informações dos mesmos, e de suas referências. Observa-se que, conforme Vash (1998) o ajustamento à deficiência apresenta níveis psicológicos e físicos

distintos de reconhecimento. Não basta apenas o aluno querer cursar determinada disciplina mas é preciso que ele alcance facilidades para acesso e convivência nas instituições educacionais.

Por exemplo, a limitação física e ambiental, apresenta diversos aspectos, como: a métodos de ensino, a acessibilidade ao espaço físico e digital, a visita às e permanência nas bibliotecas. Santos (1998) em sua obra “Universidade e deficiência”, assim como Michels et al. (1998) em “A inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais no ensino superior”, referem estas limitações com propriedade, ao expor seu pensamento no Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, em Foz do Iguaçu no ano de 1998.

Quanto à relação de emprego, tem-se os dados do Quadro 5.

QUADRO 5 - RELAÇÃO DE EMPREGO

RELAÇÃO DE EMPREGO	FREQUÊNCIA	%
Desempregado	22	36,61%
Empregado	18	30,06%
Não declarado	12	20,00%
Profissional autônomo	08	13,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Destaca-se neste quadro que somente 18 pessoas, ou seja, 30,06% estão trabalhando efetivamente, de forma estável e gozando dos direitos trabalhistas e benefícios sociais disponibilizados aos cidadãos.

Neste sentido, deve-se considerar a existência da legislação que trata da inclusão do trabalhador com necessidades especiais, que impõe às “empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência” (SENAC, 2002, p. 3).

As determinações da Lei n.8.213, de 24 de julho de 1991 se volta especificamente para o acesso ao mercado de trabalho, conforme norma constitucional, estabelecendo veto a qualquer forma de discriminação nos salários e critérios de admissão do trabalhador que apresenta alguma deficiência. Exige, não só das empresas privadas, mas também dos organismos públicos, a reserva percentual dos cargos e empregos públicos, (arts. 7º, XXXI, e 37, VIII). Nestes termos, desde então os editais de concurso trazem a especificação da reserva de cargos.

Quanto ao fato de apresentarem necessidades especiais, ou seja, deficiente, 50 (83,35%) pessoas confirmaram enquanto que 6 (10,00%) não confirmaram e 4 (6,65%) não fizeram nenhuma declaração. Veja-se o Quadro 6.

QUADRO 6 - CONSIDERA-SE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

COM DEFICIÊNCIA	FREQUÊNCIA	%
Sim	50	83,35%
Não	6	10,00%
Não declarada	4	6,65%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Esta questão é de cunho bastante particular, considerando a própria problemática dos pesquisados, quanto a terem ou não, admitirem ou não a presença de alguma necessidade especial.

É importante destacar que a incapacidade é um termo empregado dentro da CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001), o qual refere não somente aos problemas que envolvem a parte orgânica, às necessidades físicas, mas também à atividade e à participação, como características pessoais do indivíduo. Neste sentido, Casado Perez (2001), descreve:

El lado negativo abarcado por la CIF es lo que llama 'discapacidad'. Se adopta este término como archilexema que cubre estos otros: 'deficiencia', 'limitaciones en la actividad' y 'restricciones en la participación'. Esta opción terminológica es novedad respecto a la CID-DM, en la que 'discapacidad' designaba, como hemos visto, una de las dimensiones de las consecuencias de la enfermedad. Aparte de ello, el uso técnico añadió a dicho significado el que ahora asume la CIF. (CASADO, 2001, p. 7)

Ou seja, segundo o mencionado autor,

O lado negativo é alcançado pelo IFC e é chamado de "incapacidade". Adotando este termo alcança-se outros critérios como: "deficiência", "limitações de atividade" e "restrições de participação". Esta escolha de terminologia é nova, em comparação com a CID-MS, na qual incapacidade significa deficiência", uma das dimensões das consequências da doença. Tirando isso, a utilização técnica que o significado acrescentou agora é assumido pela CIF. (Tradução livre do pesquisador).

Esta “discapacidade” alcança fatores ambientais, (que podem ser facilitadores e dificultosos), os quais exercem influência nos fatores pessoais apresentados pelo indivíduo.

Quanto à origem da deficiência, o Quadro 7 traz a sua descrição.

QUADRO 7 – ORIGEM DA DEFICIÊNCIA

ORIGEM DA DEFICIÊNCIA	FREQUÊNCIA	%
Congênita	44	73,34%
Hereditária	8	13,33%
Pós-traumática	5	08,33%
Não declarada	10	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

A origem das deficiências apresentada no quadro anterior, é relatada pelas leis n°. 7.853/90, n°. 10.048/2000, e apontadas por Castaman (2009), em seus estudos. Comprovam suas prioridades e também são melhor especificados na classificação, conforme mencionam os entrevistados, relatados do Quadro 8.

QUADRO 8 - CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Cegueira	15	25,00%
Surdez	11	18,37%
Baixa visão	09	15,00%
Física	07	11,67%
Não declarado	05	08,35%
Motora	04	06,66%
Múltipla	04	06,66%
Outras	03	05,00%
Deficiência auditiva	02	03,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Ressalta-se que, a deficiência física relatada pelos entrevistados, refere-se a uma dificuldade resultante de um problema como a mão ou o braço amputado, por exemplo, a qual se diferencia da deficiência motora, considerando que esta, traz ao indivíduo a dificuldade na sua movimentação, na locomoção e na deambulação.

No Brasil, a classificação primária das deficiências (das quais derivam as deficiências secundárias e múltiplas), é apresentada no Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 considera pessoa com deficiência como sendo aquela que se enquadra em uma das seguintes categorias: deficiência física - comprometimento da função física, sob diversos aspectos possíveis (art. 4º., I); deficiência mental - que apresenta “o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo” (Dec. n.º. 5.296, art. 5º., § 1º., d); deficiência auditiva - que se apresenta como “perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis” (Dec. 5.296, art. 5º., § 1º., b); deficiência visual - que evidencia “acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20” (Dec. 5.296, art. 5º., § 1º., c); e deficiência múltipla, com “a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com um comprometimento que acarreta conseqüências no seu desenvolvimento global” (Dec. 3.298/99, art. 4º., V).

No Quadro 8, os entrevistados apresentaram diversas classificações, segundo o seu próprio critério.

Uma questão relevante foi apresentada aos entrevistados, que é: “*Quais as ações afirmativas você considera que são voltadas à redução das desigualdade sociais para os deficientes?*”. A esta pergunta, foram dadas as respostas indicadas no Quadro 9.

QUADRO 9 - QUAIS AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO VOLTADAS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS PARA OS DEFICIENTES?

AÇÕES AFIRMATIVAS	FREQUÊNCIA	%
Qualidade de escolaridade e ensino	15	25,00%
Igualdade social	11	18,37%
Inclusão social	08	13,33%
Leis eficientes	06	10,00%
Mercado de trabalho	05	08,33%
Profissionalismo	05	08,33%
Atendimento social	04	06,66%
Não declarado	04	06,66%
Outros	02	03,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

No entendimento de Joaquim Benedito Gomes,

As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da

igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2001, p. 39).

Sob essa argumentação, observa-se que a qualidade de escolaridade (transformações culturais), e as ações do mercado de trabalho que proporcionam transformações sociais, podem ser entendidas como ações afirmativas, voltadas para a população como um todo, e de maneira diferenciada, quando direcionadas aos indivíduos com necessidades especiais.

Quanto ao fato de serem indivíduos com necessidades especiais, 15 (25,00%) das pessoas concordam que o nível da educação interfere no aproveitamento da mão-de-obra da pessoa deficiente, enquanto que 11 (18,37%) optaram pela igualdade social. Veja-se o Quadro 10.

Por outro lado, considera-se que existe um aumento crescente das expectativas da sociedade no que tange à qualidade educacional, pois há grande preocupação em desenvolver este critério, pela tomada de consciência de que a continuidade do conhecimento e das melhorias são necessárias para se alcançar melhor desempenho social, econômico, além do educacional. São critérios que acrescentam qualidade de vida de todos.

A satisfação das necessidades dos estudantes, depende de inúmeros fatores, mas está ligada diretamente à qualidade da capacitação do corpo

docente, dos currículos, dos próprios alunos, assim como da infra-estrutura proporcionada pelo meio ambiental das entidades educacionais.

No que se refere à qualidade da escolaridade (item mencionado como uma importante ação afirmativa no quadro 9), Mazzoni (2003, p. 166) refere com propriedade que: “Existem expectativas de que a educação no nível superior tenha qualidade de ensino, incluindo-se nesse conceito a capacidade de procurar soluções para os problemas que os alunos possam encontrar durante sua permanência na instituição”, ou seja: os alunos, em geral buscam o aperfeiçoamento de seu conhecimento, a inovação de sua visão e vivência, além de incentivo ao “aprender a aprender”, que lhe foi transmitido ao longo de sua vida escolar.

QUADRO 10 - A EDUCAÇÃO INTERFERE NO APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DA PESSOA DEFICIENTE

EDUCAÇÃO INTERFERE	FREQUÊNCIA	%
Sim	51	84,67%
Não	09	15,03%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Afirma Vanessa Martini (2009), que: “o trabalho no mercado formal, para a pessoa com deficiência, tem um papel determinante em sua inclusão não só econômica, mas principalmente social.” E, para que possa exercer suas atividades profissionais a contento, o indivíduo necessita ser

ensinado, informado, educado de tal forma que possa, no ambiente de trabalho, romper com estigmas e demonstrar sua capacidade e produtividade.

No que se refere a educação, perguntou-se: “*O que é preciso melhorar na educação para o deficiente?*”. Obteve-se as respostas do Quadro 11.

QUADRO 11 - O QUE É PRECISO MELHORAR NA EDUCAÇÃO PARA OS DEFICIENTES?

MELHORIA NA EDUCAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Ensino com Qualidade	12	20,00%
Mais Escolas	9	15,00%
Acessibilidade	8	13,33%
Material/mão-de-obra de apoio	7	11,68%
Docente Especializado	7	11,68%
Escolas Especiais	6	10,00%
Apoio familiar	6	10,00%
Outros	5	08,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

A educação brasileira apresenta algumas contradições em relação à educação das pessoas com limitações oriundas de deficiência. Uma dessas contradições é destacada por Caiado (2000, s.p.), quando afirma:

Há uma contradição surpreendente entre o sucesso escolar-profissional que várias pessoas deficientes visuais conseguem alcançar ao mesmo tempo que a realidade escolar exclui a maioria desses jovens da escola. A despeito dessa exclusão eles chegam à universidade.

A pesquisa realizada demonstra cabalmente que o maior interesse e preocupação dos entrevistados volta-se primordialmente para a educação, como um caminho capaz de ofertar melhores possibilidades de inclusão sob todos os aspectos.

Obteve-se ainda destaque quanto ao exercício da cidadania, e no questionário respondido constata-se que 50% dos entrevistados indicaram que ela não é respeitada (Quadro 12).

QUADRO 12 - VOCÊ ACHA QUE A SUA CIDADANIA É RESPEITADA ?

SUA CIDADANIA É RESPEITADA	FREQUÊNCIA	%
Não	30	50,00%
Sim	12	20,00%
Muito Pouco	7	11,67%
Em partes	6	10,00%
Não respondeu	5	08,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Descreve Mazzoni (2003, p. 14), que:

A evolução de conhecimentos tecnológicos tem exigido que as pessoas possuam níveis mais elevados de instrução, para que

possam utilizar adequadamente essas tecnologias, tanto em termos profissionais como pessoais, o que implica nas necessidades de acesso à educação, e as exigências das sociedades contemporâneas, especificamente a brasileira, demonstram que essas necessidades devem estender-se ao nível dos estudos superiores, sendo mister, portanto, que se aprenda a atender, nesse processo educativo, às necessidades dos universitários com limitações oriundas de deficiência.

Esta afirmativa do autor mencionado corrobora com os resultados obtidos na pesquisa, onde para os entrevistados, os fatores relevantes que oferecem maior desigualdade são: escolaridade da população e má distribuição de renda, conforme indica o Quadro 13.

QUADRO 13 - NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS?

FATORES DE DESIGUALDADE	FREQUÊNCIA	%
Escolaridade da População	14	23,32%
Má distribuição de Renda	13	21,70%
Ensino de Má Qualidade	10	16,65%
Política Brasileira	9	15,00%
Discriminação Social	7	11,67%
Ética Profissional	4	06,66%
Outros	3	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Este resultado destaca a importância da educação, e, em especial, para as pessoas que apresentam alguma necessidade especial, distingue-se a educação inclusiva. Quanto à má distribuição de renda, que é um item de alto grau de escolha dos entrevistados, constata-se que:

Além da cor, trabalhadores podem ser discriminados por várias características, tais como idade, sexo, religião etc. Apesar desta representar talvez a manifestação mais injusta da desigualdade, sua importância quantitativa é limitada, uma vez que responde por apenas 5% da desigualdade entre trabalhadores e por uma fração desprezível da desigualdade entre famílias (IPEA, 2006).

Outros dados são apresentados nos resultados do quadro a seguir.

QUADRO 14 - PARA VOCÊ, O QUE SIGNIFICA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

EDUCAÇÃO INCLUSIVA	FREQUÊNCIA	%
Igualdade de Aprendizagem	20	33,33%
Ensino de Qualidade	13	21,71%
Material adaptado para aprendizagem	10	16,67%
Acessibilidade e Gratuidade de Ensino	6	10,00%
Acesso a Escola / Universidade	4	06,65%
Direito do Deficiente ao Ensino	4	06,65%
Outros	3	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Conforme as respostas dos entrevistados, a igualdade de aprendizagem e ensino de qualidade alcançam 55,04% dos critérios

apresentados como significativos para indicar a educação inclusiva (IPEA, 2006). Embora se verifiquem esforços voltados para cumprir os objetivos definidos para os indivíduos com necessidades especiais, na opinião dos mesmos, a educação não vem alcançando de maneira satisfatória o cumprimento de suas metas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 15 - VOCÊ ACHA QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA TEM ALCANÇADO O OBJETIVO PROPOSTO PELA LEI AOS QUE TEM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?

ALCANÇANDO OBJETIVOS	FREQUÊNCIA	%
Não	49	81,80%
Em partes	04	06,65%
Não Sei	03	05,00%
Sim	02	03,32%
Não declarado	02	03,32%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Relacionando as respostas do Quadro 15, com as do Quadro 14, constata-se que, embora tenham critérios definidos, os entrevistados entendem que não encontram no ambiente educacional o cumprimento dos objetivos propostos pela lei direcionada aos indivíduos com necessidades especiais. Esta conclusão é teoricamente explicada por Mazzoni (2003, p. 61), que descreve:

Embora a educação, em particular a educação em nível superior, seja considerada um direito de todos, esse direito tem sido restringido a várias parcelas da sociedade brasileira. Distintos fatores têm contribuído para essa restrição, tais como: a desigualdade sócio-econômica, as práticas pedagógicas inadequadas, as falhas existentes nas políticas públicas de ensino, a inexistência de equilíbrio de oportunidades, e, a ausência da aplicação do conceito do Desenho para Todos à Educação.

Menciona-se que, Moura e Barbosa (2008), relatam em sua pesquisa que, segundo 67,5%) de professores entrevistados afirmam que a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular é uma possibilidade real, “desde que o processo educacional brasileiro passe por melhorias que envolvam escola, formação e capacitação dos professores.”

QUADRO 16 - QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS VALORES DA EDUCAÇÃO ?

VALORES DA EDUCAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Qualidade de Ensino / Aprendizagem	22	36,61%
Igualdade em Condições	10	16,67%
Conhecer seus Direitos	08	13,33%
Crescimento Profissional	07	11,69%
Não declarado	05	08,33%
Auto-conhecimento	04	06,67%
Aumento do Conhecimento	03	05,00%
Outros	01	01,67%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Para Moura e Barbosa, (2008), “a construção de valores não se ligam necessariamente às leis. Os professores sabem da existência das leis que beneficiam a inclusão”, mas muitas vezes não aplicam abordagens a respeito de seu conteúdo.

A continuidade da expressão dos entrevistados, resume na pesquisa que, Qualidade de Ensino e Aprendizagem e Igualdade em Condições são os qualificativos fundamentais e representam 53,28% da escolha dos indivíduos entrevistados. Veja-se Quadro 16.

QUADRO 17 - QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS PARA DIMINUIR O PRECONCEITO SOCIAL COM O DEFICIENTES?

MEDIDAS PARA DIMINUIR O PRECONCEITO SOCIAL	FREQUÊNCIA	%
Conhecer as Deficiências	24	40,00%
Esclarecer a Sociedade	13	21,70%
Inclusão Social no Ensino Regular	08	13,33%
Palestras nas Escolas	06	10,00%
Leis Específicas	04	06,65%
Conviver com o Deficiente	03	05,00%
Outros	02	03,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

A propósito dos valores e preconceitos manifestos pela sociedade, em relação aos indivíduos com necessidades especiais, Mazzoni (2003, p. 116), relata:

Os valores e as práticas sociais fundadas na dicotomia 'normal' versus 'anormal' vêm sendo substituídos pelo primado da diversidade humana, onde ser diferente é apenas uma das inúmeras probabilidades de ser humano. Historicamente, as pessoas identificadas como 'diferentes' eram, então, tratadas como 'desviantes', ou seja, colocadas fora dos parâmetros de normalidade ideologicamente estabelecidos. Hoje, percebe-se a emergência de um novo entendimento acerca da natureza humana: a diferença passa a ser reconhecida e respeitada. Todavia, persiste ainda no imaginário social uma idéia muito forte de que o deficiente é um ser humano de segunda categoria, inferior, incapaz e inválido.

Os entrevistados, ao responderem sobre medidas para reduzir o preconceito com deficientes, referem como prioridade, o conhecimento das deficiências aliado ao esclarecimento da sociedade, apresentando o índice de 61,70% das respostas. (Quadro 17).

Menciona-se que, embora hoje já se possa contar com a Lei Educacional - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) -, que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas medidas ainda estão longe, de se tornarem inclusivas, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente.

Na prática do dia-a-dia, o que se observa, em geral, são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com necessidades especiais em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, os serviços de itinerância).

Há necessidades que, principalmente as instituições de ensino superior, busquem agir contra o repouso do pensamento, do imobilismo, da paralisação e do comodismo, em benefício deste segmento populacional, que muito representativo.

Esta visão é expressa pelos entrevistados, nas respostas da questão seguinte, apresentadas no Quadro 18.

QUADRO 18 - O QUE VOCÊ MUDARIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ESTUDOU?

O QUE VOCÊ MUDARIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	FREQUÊNCIA	%
Material de Ensino	15	25,00%
Pediria Equipe de Apoio / Monitoria	12	20,00%
Professores	09	15,00%
Acessibilidade	07	11,69%
Alunos	05	08,33%
Outros	05	08,33%
Não informado	04	06,65%
Nada	03	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Relata Mazzoni (2003, p. 67), que “a educação dos alunos com necessidades especiais em uma instituição universitária deve ser vista

como uma tarefa conjunta entre professor e instituição, e que esteja entre os principais e prioritários objetivos da instituição.”

Trata-se de uma discussão que tem como ponto de partida propostas de modelo de interações a serem aplicadas pela entidade educacional, conduzindo os alunos a relacionarem-se com os professores, que estejam ministrando aulas a alunos, com características especiais, incentivando os alunos a estabelecerem vínculos e relações entre si, formando grupos de interesses comuns.

“Por outro lado, cada IES atende a vários alunos, sendo essa relação geralmente de vinculação de um aluno a uma única instituição e, embora, um professor possa estar vinculado a mais de uma instituição,” como descreve Mazzoni (2003, p. 68), é importante que essas relações também possam se estender alcançando vários alunos, e vários professores.

Para a melhoria da instituição onde os entrevistados estudaram, suas respostas dão a entender que há necessidade de se disponibilizar melhor Material de Ensino (25,00%), a presença de uma Equipe de Apoio e Monitoria (20,00%), além de maior número de professores para atendê-los (15,00%). Estes três itens agregam 60,00% das suas escolhas. Veja-se Quadro 18.

**QUADRO 19 - VOCÊ ACHA QUE A MOBILIZAÇÃO POPULAR TEM
OBTIDO RESULTADOS FAVORÁVEIS NAS DESIGUALDADES E
DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS?**

MOBILIZAÇÃO POPULAR TEM OBTIDO RESULTADOS FAVORÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
Parcialmente	34	56,66%
Não	08	13,33%
Não respondeu	07	11,69%
Sim	06	10,00%
Não Sei	05	08,32%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

É importante destacar que a resposta desta questão não alcança as contribuições de entidades públicas e referem apenas aos segmentos onde os entrevistados participam e frequentam.

Um dos entrevistados (A.B.S.), inclusive, menciona que “no Brasil dos anos 90, uma mobilização popular envolvendo diversos setores da sociedade – legislativo, judiciário e civil – se organizou em defesa da infância e adolescência, formulando o ECA em uma verdadeira luta pelos Direitos Humanos;” e esta medida poderia ser tomada em benefício das pessoas com deficiências, porém, dificilmente será realizada com o mesmo empenho, no território nacional.

Portanto, embora entendam que a mobilização popular seja importante (56,66%), os entrevistados entendem seus resultados não são

suficientes para modificar o contexto de discriminação e outras dificuldades que os mesmos enfrentam, tanto na sociedade quanto na escola. É o que expressa o Quadro 19.

QUADRO 20 - VOCÊ APOIA A AÇÃO DO MEC NA SELEÇÃO DE VAGAS POR QUOTAS COMO ATUALMENTE ESTÁ SENDO APRESENTADA?

APOIO ÀS QUOTAS DE VAGAS DO MEC	FREQUÊNCIA	%
Sim	31	51,67%
Não	16	26,67%
Não Sei	09	15,00%
Não respondeu	04	06,66%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Nas respostas do Quadro 20, constata-se que 51,67% dos entrevistados apoiam o sistema de quotas estabelecido pelo MEC para a reserva de vagas aos indivíduos com necessidades especiais e outros diferenciadores.

Neste sentido, um dos entrevistados (C. S. A), declara que, apesar de haver debates acerca da aprovação de cotas de 10% das vagas em universidades públicas para deficientes, “a realidade das que já adotam esse sistema mostra que a inclusão dessa população no ensino superior é mais complexa, do que se pode alcançar com sua inserção em lei”, isto porque existem inúmeros fatores que atingem os acadêmicos com deficiência, que são

empecilhos para que possam alcançar seu ideal de realização de um curso universitário.

QUADRO 21 - VOCÊ ACHA QUE OS PROFESSORES ESTÃO PREPARADOS PARA EDUCAR AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?

PREPARO DOS PROFESSORES	FREQUÊNCIA	%
Não	39	65,00%
Sim	08	13,33%
Muito Pouco	07	11,69%
Em partes	04	06,65%
Não declarado	02	03,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

É alto o nível percentual de entrevistados (65,00%) que declaram o fato que os professores não estão plenamente preparados para ensinarem alunos com necessidades especiais. Veja-se o Quadro 21.

Neste sentido, chama a atenção o fato que, ao se depararem com alunos com deficiência(s) em sala de aula, os professores podem assumir atitudes impróprias, como ressaltam Rocha e Cortelazzo (2006, p. 158),

... a) ele simplesmente ignora as deficiências do aluno; b) ele passa a dar muita atenção a esse aluno em detrimento do resto da classe; c) ou ele solicita a retirada do aluno da sua sala de aula porque não consegue lidar com a situação. Qualquer que seja a atitude, fica muito clara a falta de formação adequada para se lidar com a inclusão (2006).

Esta resposta traz à tona a questão básica deste trabalho, que refere ao compromisso que as instituições de ensino superior têm em melhorar o nível, a abrangência e a qualidade do ensino ministrado aos seus educandos.

QUADRO 22 - VOCÊ ACHA QUE A FAMÍLIA ESTÁ PREPARADA PARA DAR APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?

PREPARO DA FAMILIA PARA DAR APOIO	FREQUÊNCIA	%
Não	24	40,00%
Sim	14	23,34%
Em partes	11	18,34%
Não declarado	07	11,69%
Não Sei	04	06,65%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

À semelhança do corpo docente, a família também não está preparada para atender, cuidar e orientar seus familiares que têm necessidades especiais (MANTOAN, 1997).

As respostas dos entrevistados revelam um índice percentual de 40,00% que julgam necessária maior atenção e preparação dos seus familiares. (Quadro 22). “As famílias não estão preparadas para receberem em seu meio, uma criança com deficiência e muito menos atenderem esta criança, ao longo dos anos” (Entrevistado M. M. P.).

**QUADRO 23 - VOCÊ ACHA NECESSÁRIA MELHOR PREPARAÇÃO DO
CORPO DOCENTE PARA ATENDER COM EFICIÊNCIA OS
ALUNOS NA INCLUSÃO SOCIAL?**

É NECESSÁRIA MELHOR PREPARAÇÃO DE DOCENTES	FREQUÊNCIA	%
Sim	48	80,00%
Não respondeu	05	08,33%
Não	04	06,67%
Em partes	03	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Esta questão é coerente com as respostas dadas à questão do Quadro 21, pois, assim como os entrevistados declaram o fato que os professores não estão plenamente preparados para ensinarem alunos com necessidades especiais, também requerem a necessidade de melhor orientação para essa qualificação, com 80,00% da preferência dos entrevistados. (Quadro 23).

No mesmo sentido, pode-se mencionar pesquisas que dão conta que: “a questão mais grave se refere ao conhecimento, às habilidades e às atitudes que os licenciados em Pedagogia e nas demais licenciaturas têm em relação à educação de alunos não considerados “normais”. (CORTELAZZO, 2006, p. 45).

**QUADRO 24 - NA SUA OPINIÃO, EM QUE NÍVEL OS PROFESSORES
PODERIAM SER MELHOR PREPARADOS PARA TRABALHAR A
INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE?**

ONDE OS PROFESSORES PODERIAM SER MELHOR PREPARADOS	FREQUÊNCIA	%
Ensino Fundamental	19	31,66%
Ensino Médio	12	20,00%
Pré-Escola	10	16,67%
Faculdade / Universidade	09	15,00%
Sempre	07	11,69%
Não declarado	03	05,00%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

A escolha dos entrevistados quanto ao ensino fundamental, é fortalecida pelo entendimento que é na base escolar que os alunos são preparados e nela a atenção aos deficientes se inicia, ao sair do envolvimento do contexto familiar.

E, conforme descreve o entrevistado M. M. S., “a partir do momento que o ensino exige uma preparação universitária adequada, cabe às instituições de ensino superior prepará-los devidamente”.

Porém, destaca-se que para que haja melhoria da preparação dos professores, as instituições de ensino superior são as entidades responsáveis para tal fim, e, se os professores não receberem ensino com

qualidade e orientação adequada, não poderão oferecer aos alunos sob os seus cuidados, um ensino-aprendizagem eficiente (MAZZONI, 2003, p. 148).

Assim, entende-se que os professores serão melhor preparados, se tiverem também recebido um ensino fundamental com qualidade. Esta escolha dos entrevistados é indicada por um maior índice (31,66%), e válida para aqueles que estão se preparando para o magistério, já do próprio ensino fundamental, segundo a indicação dos entrevistados. É o que evidencia o Quadro 24.

QUADRO 25 - NA SUA OPINIÃO, QUEM MAIS TEM APOIADO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DEFICIENTE E NO MERCADO DE TRABALHO?

QUEM MAIS TEM APOIADO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O MERCADO DE TRABALHO	FREQUÊNCIA	%
A Família	23	38,33%
A Sociedade	11	18,37%
Os Professores	10	16,65%
O Governo	09	15,00%
Não respondeu	05	08,33%
Outros	02	03,33%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

Embora hajam inúmeras normas legais, professores com melhor preparo e apoio da sociedade, é na família (38,33%) que os indivíduos com necessidades especiais buscam e desejam encontrar maior incentivo e cuidado para a sua educação inclusiva. (Quadro 25).

Neste sentido, as pesquisas feitas por Mazzoni (2003, p. 121), comprovam que entre as pessoas com necessidades especiais, alguns “com o apoio da família, conseguiram aprender a superar as principais barreiras no primeiro ciclo de seus estudos,”

A importância das atitudes da família para uma maior integração de seus membros à sociedade é admitida por vários autores. Pantano (1987, p. 131, in: MAZZONI, 2003, p. 122) destaca a sua importância para o processo de integração das pessoas com limitações oriundas de deficiência:

Si hablamos de concientización de la comunidad, la "familia" debe ser un capítulo privilegiado, en cualquier programa que se encare, pues es en esa auténtica comunidad de vida donde se elaboran los soportes de la rehabilitación/integración.

Ou seja,

Falamos de conscientização da comunidade, da família, deve ser um capítulo privilegiado sob qualquer programa que se encare, pois é nessa autêntica comunidade de vida que se elaboram os suportes para a reabilitação/integração. (Livre tradução do pesquisador).

No dia à dia, família e comunidade, em geral caminham à frente oferecendo este apoio, porém, ambas as áreas precisam ser melhor preparadas, orientadas e também “educadas”.

QUADRO 26 - QUAL A ÁREA DE CONVIVÊNCIA QUE PODERIA MELHOR SER PREPARADA PARA ATENDER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO DEFICIENTE?

ÁREA DE CONVIVÊNCIA QUE PODERIA MELHOR PREPARADA	FREQUÊNCIA	%
Família	16	26,67%
Posto de Saúde	12	20,00%
Associações de Apoio	10	16,67%
Escola	08	13,33%
Entidades Governamentais	06	10,00%
Material Didático	05	08,33%
Não declarado	02	03,33%
Outros	01	01,67%
TOTAL	154	100,0%

FONTE: Dados primários.

Também é na família que as pessoas com necessidades especiais procuram apoio para sua convivência (26,67%) e melhoria de sua qualidade de vida, mesmo que seus familiares não estejam devidamente orientados.

Vash (1988, p. 5) afirma que existem diferentes formas da família apoiar a pessoa com limitações oriundas de deficiência, e neste sentido, chama a atenção para o fato de que as próprias entidades educacionais, assim como as organizações das áreas de saúde, podem oferecer uma contribuição inestimável.

Seus estudos fundamentam as respostas obtidas dos entrevistados, onde são destacadas as escolhas quanto às áreas de convivência próximas ao deficiente como postos de saúde (20,00%) e associações de apoio (16,67%), relatados no Quadro 26.

Neste sentido, a 13^a. Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2008), relata a preocupação da vigilância em saúde, que procura atingir áreas de atuação de amplo alcance, quer sejam epidemiológicas, sanitárias, ambientais e saúde da população, procurando contar com a participação popular nas suas necessidades essenciais, visando atuar na promoção da cultura da paz, da qualidade de vida e do desenvolvimento social.

A importância do estudo do tema é justificada ao se considerar que a educação é um dos direitos básicos dos seres humanos e, este direito é aplicado a todas as pessoas.

A falta de preparo dos docentes, as barreiras atitudinais, o desconhecimento sobre avanços tecnológicos, a inadequação dos meios e a ausência de políticas adequadas para o transporte são alguns dos elementos determinantes que impedem o exercício desse direito.” (MAZZONI, 2003, p. 19).

Porém, as limitações citadas, tanto pela literatura quanto pelos entrevistados, não impossibilita o exercício de diversas atividades no contexto social. Este fato confirma-se segundo a diversidade de sugestões indicadas no quadro 27 a seguir.

**QUADRO 27 - SUGESTÕES QUE MAIS APRESENTARAM PONTUAÇÕES
POR PARTE DOS ENTREVISTADOS**

SUGESTÕES COM MAIOR PONTUAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Apoio da Família e da Sociedade	08	13,32%
Capacitar mais os professores para dar aulas	06	10,00%
Conhecer os Tipos de Deficiências	05	08,33%
Menos discriminação aos Deficientes	05	08,33%
Mais Educação Especial Gratuita	04	06,66%
Mais Empregos aos Deficientes	04	06,66%
Melhor Acessibilidade nas Ruas e Transporte	04	06,66%
Monitores/materiais adaptados em sala de aula	03	05,00%
Conviver com os Deficientes	03	05,00%
Mais Vagas nas Universidades	03	05,00%
Perguntar ao Deficiente	03	05,00%
Elevadores Adaptados	02	03,34%
Ouvintes aprenderem a LIBRAS	02	03,34%
Salas separadas para Deficientes	02	03,34%
Fazer rampas de acesso	02	03,34%
Consertar as Ruas e Calçadas	02	03,34%
Professores aprenderem o Braille	01	01,67%
Outros	01	01,67%
TOTAL	60	100,0%

FONTE: Dados primários.

São significativas as sugestões dos entrevistados apresentados no Quadro 27, pois destacam o maior índice percentual para apoio da família e da sociedade (13,32%); também referem maior capacitação dos professores (10,00%); conhecimento maior quanto às deficiências (8,33%); redução da discriminação aos deficientes (8,33%); mais possibilidades educacionais (6,66%); e maior empregabilidade (6,66%).

A convivência maior com os deficientes, maior número de vagas nas instituições de ensino superior alcançaram o índice de 5,00% respectivamente. Em menor número também foram citados a presença de elevadores adequados, melhoria de ruas e acessos, rampas, salas separadas, conhecimento da Linguagem de Sinais, com 3,34% das escolhas para cada critério e sugestão.

4.2 Resultados dos dados colhidos na pesquisa junto aos representantes das empresas

Para a complementação desta tese, fez-se também, contatos com algumas empresas da cidade de Curitiba, e, entre estas, foram selecionadas cinco que foram visitadas e onde um de seus representantes participou de entrevista. O objetivo era o de conhecer os critérios das organizações quanto à admissão e permanência de pessoas com necessidades especiais em seu quadro funcional.

Em virtude da solicitação dos próprios entrevistados em não identificar as próprias organizações, as empresas são numeradas em

ordem seguida, de 1 a 5, e seus responsáveis são identificados pelas primeiras letras de seus nomes.

Todas as empresas estão localizadas na área urbana do município de Curitiba, e o número total de funcionários atuantes nas empresas variam entre 75 e 260 trabalhadores em cada uma. Maiores particularidades são expostas no Quadro 28.

Entre as afirmativas dos entrevistados, que são apresentadas na íntegra no Apêndice 3, destacam-se algumas, de grande importância para esta pesquisa, quais sejam:

Na questão 1 - as principais dificuldades encontradas pelos candidatos para a qualificação e contratação pelas empresas são:

A falta de confiança por parte da administração das empresas: “é importante, no mercado de trabalho, que as pessoas acreditem na pessoa com deficiência; isto porque é grande a desconfiança quanto à capacidade dos indivíduos com necessidades especiais.” (E.1)

Um segundo item em grau de importância é a qualificação, pois o trabalhador, com necessidades especiais ou não, vai concorrer em igualdade de condições. Em seguida, o entrevistado refere às dificuldades com relação à aquisição da educação, emprego e acessibilidade. Considera ainda que muitas empresas não dispõem de áreas de fácil acesso, com indicativos adequados em braile,

“A discriminação social é um caso sério.” Ela alcança todas as áreas e níveis da educação, e chega à sociedade com grande impacto. “Se não for feita uma conscientização bem profunda, no trabalho, na escola, na

universidade, com a certeza que a pessoa vai se incomodar e se ela não tiver forças, ela desiste.” (E.3)

Quanto às principais exigências da empresa para contratar funcionários com necessidades especiais os entrevistados afirmam: “A educação é fundamental” (E.1). O preparo “tem que ser feito com responsabilidade, com treinamento adequado, para pessoas qualificadas, as quais são inseridas na empresa e não podem sofrer discriminação.”

Hoje as empresas estão empregando as pessoas mas “exige a escolaridade de segundo grau e uma disponibilidade para aprender.” (E.2). Considera-se que “todo conhecimento técnico facilita o ingresso no mercado de trabalho; quanto maior o conhecimento maior será o campo de atuação.”.

É verdade que existe a lei das quotas porém, “as empresas também tem suas exigências quanto à qualificação e a escolaridade dos seus trabalhadores.” (E.3) e esta exigência é para todos os trabalhadores.

Na questão 3, verifica-se que “a empresa prepara e faz palestras e dá orientação em tele-conferências para todos os seus trabalhadores, sempre que julga necessário.” (E.1) Porém, ainda a população “a sociedade ainda não está preparada para receber o profissional deficiente.” (E.2) e esta falta de preparo reflete no interior da organização.

A cada dia as empresas procuram se adaptar melhor para atender às pessoas com deficiência. “Nós temos bastante cuidado com a acessibilidade dos funcionários, todos eles.” (E.1). “A empresa tem o cuidado de eliminar as barreiras arquitetônicas nas passagens, áreas comuns, calçadas e estacionamento de veículos.” (E.2).

A quinta questão trata especificamente do ensino universitário e o preparo para o mercado de trabalho dos educandos portadores de necessidades especiais, recebendo as seguintes sugestões:

Eu entendo que há necessidade de se instruir mais os professores quanto aos PNE- Portadores de Necessidades Especiais. Muitos professores, a maioria no ensino regular não sabem como trabalhar com a pessoa deficiente. Acho que principalmente na faculdade de Pedagogia, deveria ter uma disciplina que ensinasse pelo menos as noções básicas do braille, da linguagem dos sinais - LIBRAS.” (E.1).

E ainda: “as pessoas precisam ter uma profissão para poder desempenhar bem o seu trabalho, para adquirir o seu sustento, a sua independência.” (E.2). “Eu penso que a maior medida que se teria que tomar é a questão do conhecimento. (...) Não basta fazer as leis, não basta mudar conceitos ou a nomenclatura.” (E.3).

“Eu gostaria de acrescentar o fato que, no que diz respeito às Universidades, elas precisam de uma melhor adequação para receber as pessoas com deficiência nas salas de aula e até na questão de tratamento.” (E.5).

QUADRO 28 - IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VISITADAS

EMP	ATIV. DA EMPR.	FORMAÇÃO DO ENTREVISTADO E TEMPO DE ATUAÇÃO	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	TOTAL DE PNE(*)
E.1	Metalurgia	A. S. - Administração - 6 anos	75	07
E.2	Indústria de confecções	D. P. - Especialista em Rec. Humanos - 3 anos	83	23
E.3	Indústria automotiva	G. L. – Psicólogo - 4 anos	124	19
E.4	Super-mercado	L. A. - Administrador - 3 anos	213	27
E.5	Super-mercado	M. A. C. - Psicólogo - 2 anos	260	31

FONTE: Dados primários.

(*) PNE = Pessoas com Necessidades Especiais.

Para melhor alcançar o propósito da pesquisa, foram escolhidas empresas que participam de áreas diferenciadas, tanto na indústria quanto nos serviços, e que se empenham em colocar entre seus funcionários pessoas que apresentem necessidades especiais, conforme se vê no quadro anterior.

**QUADRO 29 - TIPOS DE DEFICIÊNCIAS E ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS**

EMPRESA	Nº. DE PNE(*)	TIPO DE DEFIC.	ÁREAS DE ATUAÇÃO	QUANT.
E.1	11	Física Auditiva Visual	Almoxarifado Ascensorista Oper. máquinas Mecânico de maq.	03 02 05 01
E.2	23	Física Auditiva Visual	Ascensorista Apontador Digitador Costureira Aux. embalagem Ajudante industrial	03 02 03 11 03 01
E.3	19	Física Auditiva Visual	Almoxarifado Aux. administrativo Aux. rec. humanos Aux. pintura Digitador Empacotadores	03 04 01 03 03 05
E.4	28	Física Auditiva	Almoxarifado Analista de sistemas Aux. administrativo Caixa Digitador Aux. da panificadora Aux. contábil Balcônista	06 02 06 03 04 03 02 02
E.5	32	Física Auditiva	Almoxarifado Ascensorista Aux. Administrativo Aux. rec. humanos Caixa Digitador Encar. depósito Aux. açougue Repositor	04 02 06 03 03 04 02 05 03

FONTE: Dados primários.

(*) PNE = Pessoas com Necessidades Especiais.

Constatou-se que todos os trabalhadores que apresentam necessidades especiais, já concluíram ou estão cursando o último ano do segundo grau.

Os digitadores da E.2, os auxiliares administrativos da E.3, e os auxiliares contábeis da E.4 estão cursando o primeiro ano da faculdade, enquanto que o analista de sistemas da E.4 já concluiu o curso universitário em sua área.

4.3 Análise dos dados obtidos

Baseados nos dados colhidos pelos questionários e pelas entrevistas, observou-se importantes critérios que serão expostos a seguir:

Pessoas com Necessidades Especiais. Com base nas entrevistas realizadas durante o período compreendido entre os meses de março e agosto de 2008, observou-se as seguintes situações:

- Há despreparo na grande maioria das Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Universitário, no cumprimento da acessibilidade de pessoas com necessidades motoras;
- É reduzido o preparo técnico de profissionais que trabalham e apóiam o ensino voltado para a educação das pessoas com necessidades especiais;
- Ainda é muito reduzido o material didático transcrito para o braille, e voltado ao ensino das pessoas cegas ou com baixa

visão nas Instituições de Ensino Fundamental, Médio e menos ainda no Ensino Universitário;

- Em geral é de condições mínimas ou, em alguns casos, não há nenhuma estrutura de acessibilidade nas Instituições de Ensino das pessoas cegas, com baixa visão e a deficientes físicos, nos três níveis.
- Os professores e o corpo docente em geral acha-se despreparado para o atendimento das pessoas com deficiência auditiva nas instituições de Ensino Fundamental, Médio e Universitário;
- É rara a utilização de monitores em sala de aula com conhecimento da LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais, voltada à transmissão da linguagem falada utilizada pelos professores e docentes no ensino, às pessoas com deficiência auditiva nas instituições de Ensino Fundamental, Médio e Universitário;
- Ainda há grande despreparo por parte dos professores de Ensino Fundamental e Médio em ministrar aulas às pessoas com deficiência mental, pessoas essas que possuem uma atuação intelectual inferior à média, nas instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Deficientes visuais. Na caracterização e/ou distinção de Deficientes Visuais, dado ao intrínseco convívio entre os mesmos,

percebe-se que se descrevem como indivíduos caracterizados da seguinte forma:

- a) Cegos
- b) Deficientes com Baixa Visão.

Nas entrevistas obtidas junto aos cegos, a grande maioria dos entrevistados, é cego de nascença dos dois olhos. Já os deficientes de baixa visão, apresentam classificações que vão desde a visualização de 05 a 40%, ou seja, há pessoas que só classificam informações visuais de claro e escuro (NASCIMENTO; BRUNO; RÍMOLI e CORDEIRO, 1987).

Por exemplo: a silhueta de uma pessoa permite o reconhecimento de sua altura, e a forma do objeto apresentado à sua frente. Para uma pessoa ser classificada como baixa visão, há todo um acompanhamento médico diagnosticando essa classificação, que em alguns casos, abrange os indivíduos com glaucoma, ou de uma anomalia genética, a qual, em alguns casos, se torna progressiva.

No que se refere à Educação Inclusiva, cita-se o exemplo de uma estudante, universitária, maior, com quadro de baixa visão, e muita dificuldade de aprendizado, motivada especialmente pela incompreensão dessa distinção, por parte dos docentes e discentes que acabam por chegar à indiferença do problema visual apresentado pela aluna.

A mesma afirmou que muitos professores não acreditavam na declaração apresentada de ter baixa visão, pelo simples fato de que a sua deficiência não era visível, mas reconhecida somente por meio de exames especializados que diagnosticou a sua condição.

Essa situação ainda lhe tem trazido transtorno e desmotivação dentro da carreira universitária, pelo fato de não darem crédito à limitação visual apresentada o que prejudica seu aprendizado e desempenho estudantil.

A segunda situação, é apresentada por uma pedagoga, maior, com vínculo empregatício, casada, cega de nascença, bem desenvolvida em seu pronunciamento, que enfatizou a discriminação que sentiu, diante da sua aprovação em concurso público. Quando compareceu na instituição onde foi chamada para tomar posse, nesse momento o setor de admissão dos funcionários públicos reconheceu que não sabia onde inseri-la, nem qual seria o seu grupo de trabalho e em que setor, tendo em vista que a Instituição não estava devidamente preparada para oferecer-lhe recursos necessários para o desempenho de sua função.

A mesma, lamentou que foi sendo *“jogada de lá pra cá, daqui pra lá”*, não exercendo a função para a qual efetuou seu concurso e foi contratada após a aprovação. Dada a situação, a mesma tomou a liberdade de conversar com a gerência de recursos humanos, dando assim sua opinião de como e onde melhor poderia contribuir para a Instituição, em qual área poderia melhor atuar e sob quais aspectos ela - como profissional Pedagoga - poderia desempenhar sua função.

Em sala de aula, a mesma afirmou que sentiu em muitos dos professores o despreparo no ensino às pessoas com necessidades especiais, como por exemplo, os deficientes visuais; seja no lidar com as limitações físicas e entender a deficiência e dificuldades, ou na necessidade de desenvolvimento de material de apoio adequados.

A mesma cita uma situação na qual o docente foi sincero em dizer à aluna, a seguinte frase: *“Não sei o que fazer com você!”*.

Este posicionamento serve de respaldo para este estudo considerando que a entrevistada, embora com curso de nível superior concluído, concurso realizado, e efetivação profissional, não conseguiu ser inserida em um contexto educacional de forma adequada, por não haver preparo por parte da direção institucional, onde deixou-se transparecer a insegurança que, em muitos casos, vem da Instituição de Ensino na qual o docente se preparou.

Atualmente há um escasso material didático em braile em relação a infinidade de materiais utilizados em sala de aula, tais como: material de estudos, textos, livros, gráficos, figuras, tabelas, desenhos, etc. Estes materiais necessitam ser adaptados para materiais tácteis voltados aos universitários e estudantes secundaristas, ocasionando assim o bom aprendizado e estudo dos mesmos.

Destaca-se ainda que os materiais utilizados como base pelo docentes não transcritos para o braile, podem ser digitados e repassados ao estudante através de disquete; hoje já existem softwares de leitura de textos em viva voz, que podem ajudá-los, através do ouvir estes textos, servindo de apoio no aprendizado do deficiente visual. Observa-se que esse equipamento ainda é utilizado raramente, demonstrando o desinteresse pelo mesmo por parte das instituições e dos docentes que atendem este público.

Ouviu-se de alguns alunos que reconhecem que na Instituição de Ensino na qual estudam, não há um maior investimento em carga horária e

de cadeira/matéria específica buscando ensinar como melhor lidar com as Pessoas com Necessidades Especiais.

Há descrições de que muitos dos docentes que já atuam no mercado, ainda não estão preparados para lidar no ensino-aprendizagem de Pessoas com Necessidades Especiais, o que prejudica o direito adquirido dos mesmos à inclusão social descrita em lei.

Alunos que cursam faculdade de Pedagogia lamentam o fato que são obrigados a investir em cursos após sua formatura para melhor conhecer as necessidades especiais descritas pela lei, estudando para menor reconhecer e atender os indivíduos que apresentam doenças consideradas especiais.

Essas dificuldades acabam por prejudicar a aquisição do conhecimento e a aprendizagem deste formando em pedagogia, tendo em vista que a lei atual descreve que a inclusão social deve ser realizada em todas as instituições de ensino existentes no Brasil.

Enfatiza-se que pessoas que apresentam problemas visuais e usam óculos, não são classificadas como deficientes visuais, tendo em vista a correção de sua ótica através do uso de óculos, lentes de contato ou pela possibilidade de correção pós-cirúrgica, e por esse motivo não foram alvos desta entrevista.

Deficientes auditivos. Para Mondelli e Bevilacqua (2009), os “distúrbios da audição podem comprometer a aquisição e desenvolvimento da linguagem, alterando o comportamento social, psíquico e educacional da criança.”, sob as mais variadas formas.

Segundo os autores, a caracterização e distinção de deficientes auditivos, reconhecido em virtude do intrínseco convívio entre os mesmos, permitiu distinções que se descrevem da seguinte forma:

- a) Surdos (portadores de deficiência profunda, da audição);
- b) Surdos oralizados (são as pessoas que conseguem ler os lábios daqueles com quem se comunicam, e entendem o sentido da fala, podendo inclusive, falarem na conversação);
- c) Surdos não oralizados (não conseguem se comunicar labialmente, mas podem utilizar a LIBRAS. (MONDELLI e BEVILACQUA, 2009).

Trata-se de um grupo para o qual a informação visual é de suma importância para a sua comunicação, assim como a regionalização e convívio familiar.

Mesmo diante da grande extensão geográfica de nosso país, há uma pequena chance de alguns poucos sinais utilizados pelas mãos em conjunção com a cultura de uma determinada região do país, possua um significado específico, sinais esses que poderão apresentar outro sentido à expressão em outra região brasileira, o que torna a linguagem de sinais - LIBRAS, uma linguagem universalizada.

Há casos de famílias que agem de forma super protetora junto ao deficiente auditivo, chegando a não encaminharem seus filhos à educação em escola particular ou privada, na tentativa de evitar uma discriminação.

Em alguns casos o motivo maior, e oculto muitas vezes, é a vergonha, já em a família, por ausência de informação adequada acredita que o deficiente auditivo não tem condições de acompanhar o crescimento e desenvolvimento estudantil de uma classe de ouvintes. Isso traz sérios problemas para muitos desses deficientes auditivos, prejudicando a socialização do mesmo e a sua oportunidade de se expressar perante a sociedade e a conquista de um direito ao conhecimento e ao trabalho.

O convívio familiar é o grande elo de aprendizado e segurança aos deficientes auditivos em seus primeiros anos de vida e que, em alguns casos, são criados sinais específicos ao bom convívio familiar.

No que se refere a educação inclusiva, enfatiza-se uma entrevista realizada junto a uma deficiente auditiva, que com facilidade de expressão enfatizou que a experiência dela em relação a educação inclusiva foi negativa, agregando pouquíssimos valores de estudo e convivência junto ao meio estudantil em que viveu.

O sentido de inclusão, no caso específico, foi meramente aparente e que com o passar dos anos só veio a acumular desmotivação ao estudo, descrédito nas leis existentes no país, distanciamento de alguns dos professores por não saberem como ensiná-los deixando claro o despreparo dos mesmos para o ensino das pessoas com deficiência auditiva, nas instituições de ensino fundamental e médio.

A entrevistada cita que em seu ensino fundamental e médio não havia o uso da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, como meio de apoio e comunicação para o deficiente auditivo ou surdo em sala de aula, nem o uso de intérpretes que pudessem fazer da LIBRAS “a ponte”, ou “o canal”

de ajuda para o ensino. Essa circunstância vital, com o passar dos anos prejudicou o real e claro conhecimento das disciplinas ensinadas em sala de aula pelo professor à aluna.

Há a necessidade de uma didática diferenciada para surdos e outra para ouvintes, tendo em vista a necessidade de facilitar o mais preciso e melhor entendimento por parte dos alunos. Porém, a mesma afirma que não há necessidade de segregação entre surdos e ouvintes, mas sim, de inserir profissionais adequados ao ensino, tanto para surdos como para ouvintes, pois para alguns surdos o aprendizado de forma visual torna-se mais evidente.

Deve-se destacar que há uma grande quantidade de surdos que não fazem leitura labial. Esses, utilizam a LIBRAS como veículo de expressão, comunicação, informação e aprendizado em seu dia-a-dia.

Faz-se necessário ainda observar e entender a dificuldade que alguns surdos têm em ser alfabetizados ou até aprender a linguagem de sinais, a LIBRAS. Nisso, tem um papel muito importante o professor ou docente, em saber expressar a matéria a ser apresentada, motivando o aluno com deficiência auditiva, ensinando com clareza para que haja um melhor aprendizado por parte dos mesmos.

Com base em algumas das entrevistas obtidas, constata-se que há a necessidade de uma reformulação do ensino fundamental e médio, buscando capacitar professores à ensinar pessoas com deficiência auditiva, seja através da linguagem de sinais ou por meio de intérprete para os surdos oralizados e alfabetizados.

Vale lembrar ainda que, de nada adiantará também esse preparo, se não houver o maior convívio desses deficientes auditivos e surdos junto à sociedade, com o objetivo de agregar conhecimentos e valores das informações visuais obtidas pelos mesmos, as quais, irão, por sua vez, gerar mais conhecimento e aprendizado aos deficientes.

Um dos pontos de relevância, é a desconsideração por parte de muitos professores que os assistem, em conhecer e aprender a linguagem de sinais para melhor ensinar aos alunos surdos em sala de aula; afinal, para muitos desses surdos esse é o meio de comunicação que usam para se expressar.

No que se refere aos surdos não oralizados, estes sofrem uma desconsideração de grande relevância, principalmente quando os mesmos se direcionam a uma empresa em busca de emprego. O fato da não oralização destes surdos acarreta dificuldades na comunicação, tendo em vista que muitos dos “ouvintes” não sabem interpretar e utilizar a linguagem de sinais como meio de comunicação.

Ressalta-se que essa dificuldade é sentida também pelos surdos oralizados, pelo fato da não utilização da linguagem de sinais em muitas empresas e setores de trabalho e este avanço somente pode ser conseguido pela orientação sistemática.

É importante conduzir as empresas e sua administração, a buscarem a linguagem de sinais como forma importante de comunicação, especialmente considerando o grande número que compõe o universo de indivíduos surdos no país.

Ao final, é relevante o fato que as pessoas que apresentam problemas auditivos mas usam aparelhos de surdez, não são classificadas como deficientes auditivos, tendo em vista a correção de sua audição através do uso de próteses externas, e por isso, os mesmos não fizeram parte da pesquisa.

Deficientes físicos. A caracterização específica para os Deficientes Físicos, com base nos dados colhidos em entrevistas feitas, apresenta-se as seguintes classificações:

- a) Deficientes Físicos;
- b) Deficientes Múltiplos.

Nas entrevistas obtidas junto aos deficientes físicos, a grande maioria dos entrevistados, são pessoas que possuem algum tipo de paralisia, limitação do aparelho locomotor, amputados ou possuidores de má formação física. Já os deficientes múltiplos, apresentam deficiências física e mental em sua maioria associadas.

Vale ressaltar que a deficiência mental é um funcionamento intelectual inferior à média, e autocuidado e habilidades limitados. Para uma pessoa ser classificada como Deficiente Física e Deficiente Mental, há todo um acompanhamento atestado por laudo médico, indicando a espécie e o grau/nível da deficiência, com referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

Nota-se que profissionais, empresários, políticos, representantes da sociedade e até do poder público não entendem a dificuldade de locomoção que os deficientes físicos sentem no deslocamento de um simples trajeto, quanto mais o direito de transpor as barreiras arquitetônicas já existentes ou criadas pelos construtores de edifícios, prédios, casas, ruas, calçadas em geral ou de parques públicos.

Mesmo em sua idade adulta, essa situação ainda tem trazido muito transtorno, desgaste físico e desmotivação no gozo de seus direitos ao lazer e aos transportes (descrito pela Constituição Federal de 1988), que hoje ainda tem sido uma forte barreira também ao deslocamento junto às escolas, faculdades, lojas em geral, sejam elas públicas ou particulares, prejudicando seu desempenho e aprendizado perante a sociedade.

Existem leis as quais obrigam a criação, implantação ou a reestruturação de rampas de acesso, banheiros adaptados, pisos antiderrapantes, elevadores e veículos adaptados, para o melhor deslocamento dos deficientes físicos aos órgãos públicos e particulares. Isso não tem sido feito conforme descreve a lei e em alguns casos pessoas e instituições não tem dado o devido crédito.

Um dado que um entrevistado enfatizou, é a altura do degrau de acesso aos ônibus não adaptados aos deficientes físicos existentes na cidade. Não sendo ele cadeirante, nem usuário de muletas, o mesmo reconhece a dificuldade e limitação no seu andar e na dificuldade em dobrar seu joelho. Tudo isso, sem falar no desgaste físico que proporciona a execução de tarefas e atividades físicas consideradas essenciais ao seu direito de locomoção e no desempenho de sua função.

Nota-se o quanto é difícil ultrapassar diariamente essas barreiras arquitetônicas mal elaboradas, e que em alguns casos, sem dar o mínimo de conforto. Já em sala de aula, em geral a acessibilidade é precária, sem piso anti-derrapante nos degraus da escada de acesso ao 2º andar, por exemplo.

Vale ressaltar que todos os critérios e dificuldades apresentados são referendados pelos autores mencionados na bibliografia deste estudo, por exemplo: Glat (1998); Sasaki (2003b); Maia (2006); Mondelli e Bevilacqua (2009).

4.4 Diretrizes para instituições de ensino superior

A análise realizada no ítem 4.3 anterior, permite sumarizar o que os entrevistados enfatizaram, e a literatura comprova amplamente. Considerando também que a evidenciação de diretrizes voltados à melhoria no atendimento e preparação de pessoas com necessidades especiais para o mercado de trabalho é o objetivo fundamental do trabalho, vincula-se também o entendimento que é indispensável que as instituições de ensino superior se prepararem cada vez mais no entendimento desta população, considerando que a sua influência chega a todo o contexto social uma vez que este é o delineamento básico e geral para se alcançar este preparo.

Em conformidade com o relatado nos Quadros 11 e também 27, pelos entrevistados, e reforçados pela fundamentação teórica, podem ser

indicadas como diretrizes a serem seguidas pelas instituições de ensino superior, fundamentadas nos fatores descritos a seguir:

- a) É necessário que a população tenha um melhor conhecimento do tipo de deficiência que a pessoa possui, e cabe ao sistema educacional proporcionar o acréscimo e disseminação deste conhecimento (BECKER, 1997).
- b) Ter um ensino com qualidade a partir do próprio ensino universitário, cuja orientação e pesquisa forneçam condições para que os professores, pedagogos, orientadores escolares, e equipe de apoio entre outros profissionais, sejam preparados para melhor atender as pessoas com necessidades especiais, desde a orientação familiar, as séries iniciais, até completar o círculo da própria universidade (ALPERSTEDT, 2000).
- c) Ofertar mais e melhor material de ensino e suporte que atenda às necessidades dos alunos. Para cada necessidade é importante que se ofereça condições, técnicas e conhecimento para reduzir seu impacto na vida do aluno e da própria sociedade (MAIA, 2006).
- d) Prover maiores condições de acessibilidade às entidades educacionais (FONSECA, 1997).
- e) Ouvir com maior empenho e disponibilizar meios de comunicação aos indivíduos com necessidades especiais, para melhor atender suas reivindicações inclusive por meio de

pesquisas em seu próprio ambiente de trabalho e educacional (MANTOAN, 1997).

- f) Disponibilizar maior oferta de cursos viáveis para os estudantes com necessidades especiais (MAZZONI, 2003);
- g) Incentivar a construção de lugares propícios que preparem deficientes e familiares para a inclusão, para que haja maior igualdade social e educacional, a exemplo do que pretende o trabalho multidisciplinar defendido no Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde (2008).
- h) Praticar a inclusão social reconhecida pela sociedade uma vez que, segundo Moura e Barbosa (2008), a sociedade inclusiva é aquela que pratica a “aceitação do diferente,” “dando oportunidade para todos,” buscando atuar como uma “sociedade sem preconceitos.”
- i) Desenvolver efetivas oportunidades de trabalho, considerando que, segundo Carreira (2009),

A deficiência profissional está muito mais voltada para o administrador do que para a pessoa portadora de deficiência. Se o administrador conhecer a capacitação profissional da pessoa portadora de deficiência e alocar esse profissional no cargo cujo perfil respeite as suas limitações, certamente terá bons resultados. Isso vale também para as pessoas não-portadoras de deficiência.

- j) Oportunizar a formação gratuita de ensino profissionalizante, pois, a baixa renda contribui para dificultar o desenvolvimento profissional de um deficiente, como relata Carreira (2009), “para que uma força de trabalho seja colocada no mercado, é necessário que esta seja apresentada com qualificações profissionais de execução, supervisão ou direção, cujo perfil seja compatível com as suas habilidades.”

- k) Capacitar professores sem os quais é praticamente impossível atender a esta população (MOURA e BARBOSA, 2008).
- l) Obter apoio da família e da sociedade, no acréscimo de escolas especiais, principalmente para aqueles alunos que não tem condições de seguir carreira profissional, mas necessitam de apoio para suas práticas educativas e inclusivas (CARREIRA, 2009).

Em se tratando de indivíduos portadores de necessidades especiais, tomando por base as entrevistas e questionários realizados, entende-se a necessidade de uma reformulação do ensino superior, buscando melhor capacitar professores e docentes a lidarem com pessoas com necessidades especiais, em benefício do estudante, possibilitando ao mesmo melhor conhecimento e também a melhoria do ensino e atendimento daqueles que precisam de cuidados educacionais diferenciados.

É indispensável que a própria entidade educacional, oriente seus alunos, quanto aos preceitos de ética e de isenção discriminativa. Deve-se considerar que somente em ambiente favorável, os alunos podem aprender e praticar as diretrizes éticas e sociais necessárias para o bom desenvolvimento de todos, independentemente de terem alguma necessidade especial ou não.

Deste modo, acredita-se que se não houver melhor preparo nos professores, bem como maior investimento em material didático, equipamentos disponíveis, literatura específica, textos, mapas, tabelas e

gráficos adaptados à leitura para o reconhecimento tátil, continuará sendo difícil alcançar bons resultados para a comunidade deficiente visual.

No que diz respeito à deficiência auditiva, observa-se que, para que haja uma melhor inclusão, é necessário o aprimoramento da metodologia de ensino, levando em consideração um ensino adequado, específico e com o objetivo de transmitir informação correta, dando plena capacidade de entender e discernir o que está sendo ensinado, pois para o surdo, a leitura e a escrita, não tem o mesmo impacto que tem para o ouvinte.

Para tanto, é de suma importância que as instituições de ensino superiores preparem seus alunos, em especial do curso de Pedagogia, para estarem habilitados para lidar com as diferenças e também para oferecer o ensino inclusivo em sala de aula, que atenda a ambos os grupos.

Sabe-se que a aprendizagem ocorre com o maior contato dos educandos com as instituições de ensino, quer seja particular ou pública, e esse contato é de suma importância. Porém, para que haja uma integração adequada do deficiente auditivo, a mesma sugere uma metodologia a ser aplicada específica, pois para muitos surdos a melhor experiência é a visual. O surdo precisa ser privilegiado e prestigiado em função do seu aspecto lingüístico.

Cabe também ressaltar que os surdos, oralizados ou não oralizados, encontram dificuldades para se comunicarem nas empresas que possibilitam sua atividade profissional.

Pode-se afirmar que há necessidade de se incentivar, por meio de estímulos informais, que as empresas e setores de trabalho, bem como seus administradores atuem, não só no cumprimento da lei no que tange à

empregabilidade, mas também se voltem para a própria comunicação e expressão junto a esse segmento.

Esta situação acaba por exigir, por parte das instituições de ensino superior, a tarefa de disseminar maiores informações, incentivando os indivíduos ouvintes a aprenderem ou reconhecerem a linguagem de sinais como forma importante de comunicação.

Entende-se que há, sim, a necessidade da difusão quanto ao ensino da Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS, junto a sociedade, empresas, escolas, faculdades, meios de transporte e comunicação, com o intuito de levar a população a compartilhar de forma participativa do desejo de expressão e da opinião dos deficientes auditivos.

São muito significativas as sugestões dos entrevistados apresentados no Quadro 27 das entrevistas, onde se destacam: apoio da família e da sociedade (13,32%); maior capacitação dos professores (10,00%); conhecimento maior quanto às deficiências (8,33%); redução da discriminação aos deficientes (8,33%); mais possibilidades educacionais (6,66%); e maior empregabilidade (6,66%). Observa-se que os critérios de acessibilidade nas ruas e transporte, além de apoio de professores e de material, além de outras facilidades são indicados como de menor importância.

Quanto à sua profissionalização e atividade laboral, destaca-se que, uma pessoa portadora de necessidades especiais é aquela capacitada para o trabalho, com um treinamento especializado, e que têm respeitadas as suas limitações físicas, visuais, auditivas ou mentais.

Assim, é preciso analisar a integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho sob a ótica das suas qualificações, e não sob a ótica das suas restrições para o trabalho, à semelhança do procedimento adotado para se contratar pessoas não-portadoras de deficiência.

Considerando os objetivos específicos definidos inicialmente nesta pesquisa, verifica-se que, tanto na pesquisa da literatura quanto na pesquisa de campo, os resultados obtidos dão ênfase à necessidade de melhoria da educação formal. As instituições de ensino superior devem ser condutoras no preparo de professores e profissionais, para a habilitação, a viabilização e inserção no mercado de trabalho de todos quer sejam pessoas com necessidades especiais, ou não.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresenta uma apreciação alcançada ao longo do estudo assim como algumas recomendações, acerca de algumas das condicionantes que uma universidade deve oferecer aos portadores de necessidades especiais em consonância com sua missão e objetivos, que é o de disseminar o conhecimento e a cultura.

Conforme descreve um dos entrevistados,

(...) é que é preciso acreditar no potencial de cada um. Esta é a primeira dificuldade que todos os trabalhadores enfrentam ao chegar na empresa para tentarem um emprego. Eu acho que as empresas têm que investir na pessoa com necessidades especiais. Tem-se que observar, e vou deixar uma coisa bem clara: não somos iguais. Nós somos diferentes. Então, cada um tem um limite de aprender; mas vai aprender. (E.5).

Sobre esta base, pode-se afirmar que, ao se acreditar no potencial dos alunos, empresa e entidade educacional pode e deve aplicar os mecanismos disponíveis, utilizando a informática, a tecnologia, o treinamento, a motivação e tantos outros fatores de apoio, para se alcançar o desenvolvimento do bom profissional.

Entre as principais diretrizes que se alcançou como resultado da pesquisa, reforça-se o fato que, sendo tais alunos os maiores interessados, é necessário perguntar se não lhes está sendo imposta alguma restrição à sua participação no meio acadêmico. São esses alunos quem mais podem contribuir para a identificação dessas restrições dentro do ambiente universitário.

O projeto de pesquisa aqui apresentado em sua fase conclusiva, considera esse fato, recomendando que haja uma análise mais aprofundada das dificuldades quanto à sua escolaridade, a partir da ótica desses alunos, tendo em vista que o conhecimento sobre a sua participação e as restrições a que se submetem, é ainda um conhecimento em construção que necessita de maiores informações, para que se possa contribuir de maneira mais eficaz na sua melhoria.

5.1 Atingimento dos objetivos

A educação especial precisa estar inserida no contexto universitário. Pessoas com necessidades educacionais especiais incluem alunos com dificuldades nos mais diversos campos da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, ou ainda, portador de características tais como: altas habilidades, superdotação e talentos particularizados.

Sua inserção abrange ações de adaptação específicas, desde instalações até métodos e habilidades de ensino. As instituições devem incluir em seu planejamento, conforme suas peculiaridades, diretrizes ajustadas a alunos especiais.

Este foi o objetivo geral do desenvolvimento deste trabalho (Item 1.4.1).

A pesquisa realizada possibilitou elencar fatores incluídos em diretrizes focalizadas em aspectos de formação de professores, conhecimento do perfil do aluno especial, qualidade de métodos de ensino,

empregabilidade, além dos conhecidos elementos de infraestrutura. (Veja-se o detalhamento no item 4.4).

Estas diretrizes devem corresponder à medidas que visem a integração do aluno especial através da implementação das políticas de inclusão e o cumprimento de normas legais. Para tanto é necessário que cada entidade educacional realize o seu próprio diagnóstico, dentro do seu contexto.

É necessário também que as autoridades conduzam o meio educacional e a própria comunidade, ao entendimento da necessidade de preparação da comunidade acadêmica para receber estes alunos, não só como educandos mas também como indivíduos a serem preparados e qualificados como profissionais. As diretrizes delineadas partiram de um diagnóstico de ações (Objetivos Específicos – item 1.4.2).

O levantamento mostra que as principais demandas do mercado de trabalho que podem ser preenchidas por portadores de necessidades especiais, estão relacionadas tanto à prestação de serviços quanto a atividades industriais e comerciais. Este foi o relato dos trabalhadores deste segmento.

Neste sentido, ressaltam-se as ações possíveis no mercado de trabalho, que estão referenciadas no Quadro 31 da pesquisa feita. É parte da orientação educacional também, auxiliar os alunos a reconhecerem, por meio dos seus talentos e habilidades, quais as áreas profissionais que podem desenvolver a contento.

5.2 Mérito dos resultados

Diante destas considerações, o estudo e análise das diretrizes necessárias à adequação das universidades voltadas para a preparação dos indivíduos portadores de necessidades especiais, não somente sob a ótica educacional, mas também para a sua inserção no mercado de trabalho, revela sua importância, podendo contribuir para o início de efetivação em instituições.

Ao se analisar sua relevância ele se torna importante, considerando o índice populacional que envolve este segmento: cerca de 15% conforme o Censo de 2000 divulgado pelo IBGE, bem como, considerando o papel que as instituições de ensino superior exercem neste contexto.

Quanto à originalidade, embora as normas legais de inserção e inclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais, estejam constitucionalmente regulamentadas desde 1988, pouco tem sido feito no sentido de cumprir a lei e atender a esta população no ambiente educacional.

A viabilidade da proposta de diretrizes aqui indicada, demanda estudos, tempo, vontade política, preparo, porém, se houver legítima preocupação pessoal e interesse profissional, e se cada universidade se conscientizar e dedicar sua atenção à integração de seus próprios alunos, tem-se uma real contribuição para a ampliação das possibilidades potenciais do portador de necessidades especiais na sua preparação

educacional, social e cultural. Assim, este trabalho contribui como um alerta.

A melhoria da qualidade do ensino universitário, da preparação dos cidadãos, dos serviços e mão de obra ofertados ao mercado de trabalho, relacionados aos portadores de necessidades especiais, serão plenamente ampliados a partir do momento em que professores e direção de instituições de ensino superiores se conscientizem e se capacitem para o desenvolvimento das metas e sugestões relacionadas neste trabalho.

Sob a ótica da Engenharia de Produção, este estudo apresenta-se relevante, considerando que cabe às instituições educacionais e empresariais atenderem a necessidade de se implementar projetos voltados para o ensino-aprendizagem e exercício profissional no atendimento das pessoas com necessidades especiais. Estes devem incluir treinamento, motivação, adequação com pessoas, máquinas e métodos que aperfeiçoem seus processos internos focados na ação social, econômica e profissional, para o desenvolvimento e aplicação de ações positivas.

O mérito deste trabalho na área de Engenharia de Produção vem da aplicação do seu conceito amplo, uma vez que não se volta somente no âmbito empresarial. Este trabalho faz uma proposta de ação num sistema organizacional com efeito social e econômico.

5.3 A questão da qualidade

Permeou frequentemente durante o desenvolvimento da pesquisa para este trabalho, a necessidade do foco na qualidade do ensino. A questão é ainda mais particular quando se trata de pessoas com necessidades especiais.

Destaca-se aqui, pela importância do assunto, uma recomendação quanto a estudos e trabalhos futuros: a inclusão de critérios da qualidade para pessoas especiais, em processos educativos. São temas que merecem ampliação e aprofundamento com aplicação das teorias clássicas da qualidade.

Sabe-se que na gerência administrativa das organizações, cada empresa tem sua missão, visão, objetivos e valores. Em relação às instituições de ensino, por suas características diversificadas, cada uma requer diretrizes específicas, estabelecimento de plano particularizado. Porém, todas podem ajustar as diretrizes adaptando-as ao seu contexto próprio.

Nestes termos, entende-se que a qualidade é um fator essencial e indispensável. Autores como: Mezomo (1997); Mazzoni (2003); Pimenta (2005); Arruda (2007), entre outros, recomendam que cada instituição educacional elabore seu próprio plano de implantação e desenvolvimento da qualidade, por meio de um roteiro individualizado e que atenda as suas principais necessidades de melhorias.

Mezomo (1997, p. 128 e ss.), sugere que se considerem como itens básicos para essa melhoria da qualidade, as seguintes etapas:

- a) Sensibilização geral para a qualidade (gerência superior e todas as pessoas da organização);
- b) Educação e treinamento para a qualidade;
- c) Criação da função qualidade (estrutura, comitês e equipes da qualidade);
- d) Diagnóstico organizacional;
- e) Planejamento da Qualidade;
- f) Acompanhamento do processo.

Estas medidas envolvem comprometimento, decisões objetivas, firmeza nos processos de mudança e, principalmente, atenção à clientela a ser atendida, como por exemplo, as pessoas com necessidades especiais, porque se trata de uma organização prestadora de serviços, cujos fatores intangíveis são de alta relevância.

Para Arruda (2007, p. 128 e ss.), implementar a gestão da qualidade total na educação difere da indústria porque cabe ao professor implementar, julgar e decidir todo o processo de ensino-aprendizagem. A implantação passa necessariamente por dois projetos: um projeto pedagógico que contemple as atividades fins e um projeto administrativo que contemple as atividades meio.

Deve-se ter em mente que, quer seja empresa industrial, quer seja de serviços, a figura central da gerência da qualidade é o ser humano, seu desenvolvimento, sua atuação profissional, e, nas instituições de ensino, seu preparo e treinamento, oferecendo o conhecimento necessário para a melhoria do desempenho de suas funções e responsabilidades profissionais.

O gerenciamento da qualidade, se manifesta como uma mudança cultural: inicia-se nos seus conceitos e definições, é gerido fundamentalmente pelo desenvolvimento educacional alcançando novos conceitos que são assimilados e aplicados, no desenvolvimento do ser humano e dos serviços prestados.

5.4 Recomendações

Ao se considerar o indivíduo com necessidades educacionais especiais, menciona-se um universo de pessoas com características diferentes. Estes para crescer e se desenvolver, necessitam de espaço adequado nas instituições de ensino, desde o nível fundamental até a universidade.

Para que estas organizações atuem com realismo e também cumpram seu papel, é necessário que não abriguem nem evidenciem nenhuma prática social segregadora, inclusive quanto ao acesso ao saber.

Este posicionamento exige orientação e preparo que deve ser implementado pela direção das organizações educacionais, a partir de seu próprio colegiado, e alcançando a população estudantil como um todo.

Assim, são cabíveis estudos que desenvolvam aspectos de cultura organizacional para a educação especial.

Hoje aceita-se o fato que a inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Porém, este fato nem sempre é traduzido por ações, quando se trata da formação de professores e a sua preparação para trabalhar com as diferentes possibilidades e necessidades especiais que podem ser encontradas em uma sala de aula.

A implantação e prática do respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades impõe uma efetiva inclusão no ambiente de ensino-aprendizagem, pois a inclusão é uma garantia que precisa ser efetivada para todos os cidadãos. Deve-se ter a certeza do acesso ao espaço comum da vida em sociedade, além da presença de uma atitude geral, organizada e orientada, onde se evidencia o respeito para com a diversidade humana, as diferenças individuais, tendo em vista alcançar o desenvolvimento de oportunidades para todos. Estudos relacionados à pedagogia associados à oportunidades de trabalho para pessoas especiais, também são indicados.

É necessário que seja incentivada a capacitação continuada do corpo docente que atua ou se prepara para atuar junto aos portadores de necessidades educativas especiais. Aprimorar a qualidade da resposta educativa do corpo docente é essencial, subsidiando-a, aperfeiçoando os procedimentos metodológicos. Deve-se analisar e acompanhar, na prática pedagógica, o processo de atendimento ao aluno com necessidades especiais.

5.5 Considerações finais

A preocupação com os indivíduos que apresentam necessidades especiais é constante. Os números levantados pelo IBGE mostram que com o crescimento populacional, também cresce esse segmento nos últimos anos. Porém o direito à educação constitucionalmente referendado não tem acompanhando a contento o atendimento dessa população, desde o

próprio ensino fundamental. Esta realidade também alcança as instituições de ensino superior quando não ofertam meios para a empregabilidade empresarial.

Todos necessitam de preparo, de cultura, de qualificação, de treinamento, de acesso aos ambientes públicos e ao trabalho. Para tanto, as organizações precisam estar preparadas e adaptadas, enquanto que a sociedade necessita reconhecer suas qualidades e oferecer oportunidades para que todos possam ter uma vida digna e com qualidade.

As instituições de ensino superior tem como função social uma atuação ampla na promoção e desenvolvimento da cultura, das ciências, da tecnologia e, conseqüentemente, do próprio homem como participante da sociedade. Sua participação é essencial para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, apoiando a própria sociedade no progresso, desenvolvimento e avanço tecnológico em todas as suas modalidades.

Logo, as universidades, por serem um espaço de construção e troca de informações, além de convívio social, são responsáveis pela promoção da cidadania e como tal têm o dever de oportunizar e incentivar uma educação para todos. No convívio em uma comunidade acadêmica, as pessoas com necessidades educacionais especiais tem a oportunidade de concretizar o seu projeto de vida, fortalecendo-se a partir do apoio mútuo.

Sob esta ótica, a educação inclusiva tem representado um desafio para a educação superior em especial porque, apesar de haver uma legislação que a direcione, há também ausência de políticas públicas que promovam a sua efetiva inclusão.

A inclusão é um processo complexo que precisa ser executado nas organizações que atuam na área da educação. Sua implementação necessita de ações transformadoras, de perspectivas realistas mas também práticas, para fazer valer o direito de todos à educação de forma ampla e coletiva - para todos os que lutam para conquistar o seu espaço de conhecimento e cidadania perante a sociedade.

Portanto, implementar ações educativas voltadas para estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior, é uma questão de democracia e cidadania. Esta constatação justificou a elaboração deste trabalho, considerando que as instituições de ensino superior em geral estão longe de atuar como organizações educacionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira NBR 9050/1994**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 ed. 31 maio 2004. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>> Acesso em: 30 abr 2008.

ALENCAR, E. S. **Psicologia e Educação do Superdotado**. São Paulo: E.P.U., 1986.

ALPERSTEDT, G. D. **Adaptação estratégica em organização universitária**: um estudo qualitativo na Universidade do Sul de Santa Catarina. 2000. 249f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença**: deficiência. Brasília: Borde, 1994.

ANDRADE, M. **Conhecimento, ciência e pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores da qualidade na educação superior**. Rio de Janeiro: Dunya / Qualitymark, 2007.

ASHLEY, P. A. [Coord.]. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Estudos sobre educação inclusiva**. realizados foram gerados documentos disponibilizados pela internet em <<http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>> Acesso em 06 jan. 2009.

BECKER, E. **Deficiência**: alternativas de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BEDONE, Dalva. **Manual didático pedagógico**. Campinas: PUCCAMPINAS, 1997

BERNDT, A. **A abordagem sistêmica na concepção, na construção e no gerenciamento da reabilitação profissional de pessoas portadoras de deficiência.** 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Programa de Pós_graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEB Nº 2, De 19 de abril de 1999.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal. Brasília: CNE, 1999b. Disponível em: www.mec.gov.br/cne. Acesso em 13 jan. 2010.

_____, CNE. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 05/2005.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Encaminhado para homologação do MEC. 13 de dezembro de 2005. Brasília: CNE, 2005.

_____, CNE. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 3/2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, homologado MEC em 21 de fevereiro de 2006. Brasília: CNE, 2006a.

BRASIL. GABINETE DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Alterado pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. DOU de 03.12.2004. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002.** Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.296 - de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais.** Brasília, 2004.

_____. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

_____. **Lei 8.213, de 24 de Julho 1991.** “Lei de Quotas”. Consolida a legislação que dispõe sobre os Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social e sobre a organização da Seguridade Social e dá outras providências..

_____. **Lei nº. 9.394 de 23 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

_____. **Lei n.º. 10.048 de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

_____. **Lei n.º. 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002.** Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

_____. **Reforma universitária.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/reforma/feito.asp>> Acesso em 17 jul. 2005.

_____. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. **Inclusão no ensino superior recebeu investimentos de R\$ 17 milhões.** Em Questão. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sesu/emquestao_393/html>. Acesso em 22 fev. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ CORDE. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: MJ/CORDE,1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de Vida: políticas de estado e desenvolvimento.** Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 246 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

CAIADO, K. R. M. Lembranças da escola: histórias de vida de alunos deficientes visuais. In: **Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23ª,** Caxambu, MG, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/1506p.htm>>. Acesso em 18 dez. 2009.

CARREIRA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. 2009. Disponível em: <www.fgv.br/academico/professores/dorival.../Omercado.doc> Acesso em 30 jan. 2010.

CASADO PEREZ, D. Propuestas de pautas para la comunicación social básica. In: **Seminario Iberoamericano Sobre Discapacidad y Comunicación Social,** 13, 2001. Madri.

CASTAMAN, A. S. **Educação inclusiva e a formação de professores.** Disponível em: <http://www.seifai.edu.br/artigos/Ana_Sara_Castamann_Educacao.pdf> Acesso em: 14 de janeiro de 2009.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica.** Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm> Acesso em 29 nov. 2009.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24. São Paulo, set-dez/2003. p. 5-15.

CIMBALISTA, S. Responsabilidade social: um novo papel das empresas. **Análise Conjuntural**. v. 23, n. 6, Curitiba, jun/2001, p. 12-18.

CORAGGIO, J. L.; TORRES, R. M. **La educación según el Banco Mundial: un análisis de sus propuestas y métodos**. Buenos Aires: Mino y Dávila, 1999.

CORDE. **Normas Internacionais do Trabalho sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: CORDE, 1997.

CORTELAZZO, I. B. C. . Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades especiais: colaboração apoiada pelas tecnologias assistivas. In: **I Fórum de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social da Pessoa Deficiente**, 2006. Belém PA. Anais - Trabalhos apresentados. UEPA, 2006. v. 1. p. 39-48.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. Trad. Carlos A. Malferrari. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. A. M. **Responsabilidade social** - a empresa hoje. Rio de Janeiro : Livros Técnicos, 1996.

ESPAÇOS DE INCLUSÃO. **Boletins**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2006/ede/ede.htm>.> Acesso em 12 abr. 2008.

EVANGELISTA, Olinda. **Curso de Pedagogia: hegemonia da docência**. Projeto PIBIC/CNPq 2006-2007. Florianópolis: EED/CED/UFSC, 2006.

FARAH, F. **Política afirmativa**. Cota étnica: política de igualdade ou de privilégio. Disponível em: <<http://www.conjur.estadao.com.br>> Acesso em 26 janeiro de 2005

FARIAS FILHO, J. R. ; ANDRADE, E. P. de ; MAINIER, F. B.; FERRAZ, F. T.; LIMA, G. B. A. de ; QUINTELLA, H. L. M. de M.; ZOTES, L. P.; QUELHAS, O. L. G. **Organizações Sustentáveis** - contribuições à excelência da gestão. 1 ed. Niterói: ABEPRO, 2005. v. 1.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 27, n. 4, Brasília, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs_psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414_98932007001200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2009.

FONSECA, M. A. Direitos da pessoa portadora de deficiência. **Revista Advocacia Pública & Sociedade**. N. 1, abr. 1997.

FOX, M. The Education of Children with Special Educational Needs: Evidence or Value Driven? **Educational and Child Psychology**, n. 3, p. 42-53, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIZZO, M. N. Políticas públicas e a formação do professor. In: BONETI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí:Unijuí, 2003.

FROES, C.; MELO NETO, F. P. de. **Responsabilidade social & cidadania empresarial**. A administração do terceiro setor. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GAUDERER, E. C. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento - uma atualização para os que atuam na área**: do especialista aos pais. Brasília: CORDE., 1993.

GIANESI, I. G. N. & CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços**. 3 ed. São Paulo : Atlas, 2004.

GIL, M. Espaços de inclusão. **Cadernos da TV Escola**. Educação Especial. Deficiência mental. Brasília: SEF/MEC, 1998.

GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOMES, J. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p.39.

GONZALEZ, B. T. **El Banco Mundial frente al problema educativo**: un análisis de sus documentos de política sectorial. México, DF: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 1992.

GRAJEW, O. **Responsabilidade Social das Empresas**. Percepção do Consumidor Brasileiro. Disponível em <[http://www.ethos.org.br/docs/empresas/ htm.](http://www.ethos.org.br/docs/empresas/htm)> Acesso em 18 nov 2002.

HANNA, A. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Fonseca, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/censo.html.](http://www.ibge.gov.br/censo.html)> Acesso em 13 fev. 2006.

IPEA (2006). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Nota Técnica. Brasília, IPEA. 2006. Disponível em: <http://www.gcaplac.org/documentos,,,407.html>>

LAFLAMME, C.; BABY, A. Integration of youth into labor market: some theoretical consideration on a structural_conjectural issue. **The Alberta Journal of Education Research**, Alberta, v. 39, n. 1, 1993.

LIGABUE, L. Brasil exporta educação popular para mais de cem países. **Educação**. Especial Educação Popular. 06 set. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br>> Acesso em: 07 jan. 2009.

LOCH, M. do V. P. **Convergência entre acessibilidade espacial escolar, pedagogia construtivista e escola inclusiva**. Florianópolis, 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/13004.pdf>> Acesso em 18 junho 2008.

MAIA, F. E. da S. **Programa de Inclusão**. Caminhos para a Inclusão Social: Múltiplas Leituras no Olhar da Diferença. Centro de Atenção à Inclusão Social - CAIS. Diadema, São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.diadema.sp.gov.br>> Acesso em 13 maio 2008.

MALHOTRA, N. K.. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

_____. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. Contribuições para um reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A. S. Ética e desenvolvimento . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2096, 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12539>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

MARTINI, V. **A pessoa com deficiência e sua inclusão no mercado formal de trabalho**. Disponível em <<http://www.iuspedia.com.br>> Acesso em 15 dez. 2009.

MARTINS, I. G. da S. (Coord.). **Ótica constitucional – A igualdade e as ações afirmativas**. As vertentes do direito constitucional contemporâneo. Estudos em homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 39-44.

MAZZONI, A. A. **Deficiência x Participação: Um desafio para as Universidades**. Florianópolis, 2003. 245 p. Tese (DSc – Engenharia de Produção). Pós-graduação, Programa de Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MENEZES, P. L. de. Ação afirmativa: os modelos jurídicos internacionais e a experiência brasileira. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 92, n. 816, p. 39-61, out. 2003.

MEZOMO, J. C. **Educação e qualidade total**. A escola volta às aulas. Petrópolis: Vozes, 1997.

MICHELS, M. H. Caminhos da exclusão: a política para a educação e a educação especial nos anos de 1990. **Ponto de Vista**. Florianópolis, n. 3/4, p. 73_86, 2002

MICHELS L. F. et al. A Inclusão dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior. In: Congresso Íbero-Americano de Educação Especial, 3, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais ...** Foz do Iguaçu, 1998, v. 3, p. 66-68.

MONDELLI, M. F. C. G.; BEVILACQUA, M. C. **Estudo da deficiência auditiva das crianças do HRAC-USP, Bauru-SP:** subsídios para uma política de intervenção. Disponível em: <<http://www.surdo.org.br/informacao.php?lg=pt&info=Surdez>> Acesso em 01 fev. 2010.

MOURA, Francisco; BARBOSA, Catarina. **Educar na diversidade:** implicações das Leis de diretrizes e Bases no processo de inclusão do aluno deficiente. 2008. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu0503.htm>> Acesso em 02 fev. 2010.

NASCIMENTO, A. M. R.; BRUNO, M. M. G.; RÍMOLI, O. B.; E CORDEIRO, Y. M. C.. **O Deficiente Visual na Classe Comum,** Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 1987.

NASCIMENTO, N. M.; MORAES, R. A. S. **Fisioterapia nas empresas.** Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2000.

NERI, M. C.; CARBALHO, K. C.; COSTILLA, H. G. Trabalho. In: IBGE. (Org.). **Brasil em números.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006, v. 12, p. 135-137

NOVAES, M. H. **Desenvolvimento psicológico do superdotado.** São Paulo: Atlas, 1999.

NUNES, S. da S.; LOMÔNACO, J. F. B. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. **Psicologia Escolar Educacional.** v. 12, n. 1, Campinas jun. 20, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100009&lng=pt&nrm=>> Acesso em: 26 dez. 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Cengage Learning, 2002.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH).** Geneva: OMS, 1980.

____. **CID 10.** Trad. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 9 ed. Rev. São Paulo: EDUSP, 2003.

OMS. **CIF - Clasificación Internacional del Funcionamiento, de la Discapacidad y de La Salud.** Genebra: OMS, 2001. Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acesso em 13 dez. 2009.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (a ser adotado simultaneamente com a Convenção).** Aprovada pela Resolução A/61/611 em 06 dez. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/convencao.php>> Acesso em 10 jan. 2009.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTR, 2002.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. In: PIMENTA S. G. (Org.). **Formação de Professores: identidade e saberes da docência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POLETTI, R. R. de B. **Ações Afirmativas.** Brasília: UnB. Disponível em: <http://www.unb.br/fd/colunas_Prof/ronaldo_poletti/poletti_15.htm>. Acesso em: 29 mar. 2008.

PROUNI. **Informações gerais.** Disponível em: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>. Acesso em 24 fev. 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. PUC-PR. **GT-AUNE. Grupo de Trabalho – Apoio ao Universitário com Necessidades Especiais.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/ensino/gtaune/recursos.php>> Acesso em 24 out. 2009.

PORTER, M.; KRAMER, M. Estratégia e sociedade: o elo entre a vantagem competitiva e a responsabilidade social empresarial. **Harvard Business Review.** Elsevier, v. 84, n.12, p. 78-92, 2006.

RESENDE, A. P. C. de; VITAL, F. M. de P. (Orgs.). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 2008. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/ConvComentada.pdf>> Acesso em 13 jan. 2009.

RESENDE, J. L.; CREMONSEI, A. **Direitos Humanos: ONU conclui tratado sobre portadores de necessidades especiais**. 31 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=2091>> Acesso em: 08 jan. 2009.

ROCHA, C. A. ; CORTELAZZO, I. B. C.. Necessidades Especiais, Docência e Tecnologias. In: **I Fórum de Tecnologia e inclusão social da pessoa deficiente**, 2006, Belém PA. Anais - Trabalhos apresentados. UEPA, 2006. v. 1. p. 151-160.

RONCA, A. C. C. Universidade pública e particular: pensar e pensar e agir para o futuro. **Revista Agitação**. Ano VI, nº. 32, mar-abr/2000. CIEE Nacional.

SABATELLA, M. L. P. **Talento e superdotação: problema ou solução?** Curitiba: IBPEX, 2005.

SANDS, D., KOZLESKI, E. E.; FRENCH, N. **Inclusive education for the 21st century**. USA: Wadsworth, 2000.

SANT'ANNA, M. M. M. Educação inclusiva e inclusão social: a clinica da terapia ocupacional. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 11, n. 61, p.10_5, mar/abr, 2002.

SANTANA, O. **Ações afirmativas: limites e possibilidades**. Salvador: UFBA: FACED. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/destaques/olivia_santana/olivia_santana_acoes_afirmativas.htm>. Acesso em: 29 ago. 2007.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5 ed. Rio de Janeiro: D. P. & A. Editora, 2002.

SANTOS, C. S. Universidade e Deficiência. In: Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, 3, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais ... Foz do Iguaçu**, 1998, v. 3, p. 303-306.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003a.

_____. **Mídia e deficiência.** Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação do Banco do Brasil, 2003b.

SCHON, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design** para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SCHUGURENSKY, D. Autonomía, heteronomía, y los dilemas de la educación superior en la transición al siglo XXI: el caso de Canadá. In: RODRIGUEZ GÓMEZ, R. (Org.). **Reformas en los Sistemas Nacionales de Educación Superior.** La Coruña, Es: Netbiblo, 2002, p. 109-148.

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO. Sem Limite: Inclusão de Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho. IBDD, 2002.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina.** 16 ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SILVA, E. L. da. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa científica e elaboração de dissertação.** 3 ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, M. O. E. da. **Necessidades educativas especiais: da identificação à intervenção.** Disponível em: <<http://santos.jaml.googlepages.com/>> Acesso em: 12 dez. 2009.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** v. 22, n. 1, jan-abr/2006, p. 79-88.

SILVEIRA, R. R. **Programa de Educação para América Latina e Caribe.** Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>> Acesso em 10 jan. 2009.

SLACK, N.; et al. **Administração da produção.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática.** 12 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008.

TAVARES, A. A. **O sistema de quotas para negros em universidades.** Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/799>> Acesso em 12 de janeiro de 2009.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 10 de junho de 1994. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/salamanca/pdf>> Acesso em: 03 jan. 2007.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação**. Paris, 9 de outubro de 1998 Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo.html> Acesso em: 21 dez. 2006.

_____. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

VASH, Carolyn L. *Enfrentando a deficiência*. São Paulo, Pioneira, 1988.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YUNI, J. Educación, cultura y política. In: MOLINA, F; YUNI, J. (Coord.) **Reforma educativa, cultura y política**. El proyecto “inacabado” de la modernidad. Buenos Aires: Temas, 2000. p. 51-72.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO A SER APLICADO
JUNTO AOS ESTUDANTES

QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa tem por objetivo obter informações junto a estudantes de 2º. Grau e universitários que sejam portadores de necessidades especiais, visando conhecer as ações educacionais e empresariais quanto à adequação do estudante portador de necessidades especiais, a fim de elaborar um diagnóstico sobre a situação dos mesmos quanto à sua inclusão no mercado de trabalho.

Sua participação oferecendo informações é muito importante.

Agradeço a sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO

Idade: ___ anos

Sexo: ____

Escolaridade:

() 2º. Grau incompleto

() 2º. Grau incompleto

() 3º. Grau incompleto

() 3º. Grau completo

Curso _____

() Pós-graduação em: _____

() Especialização em: _____

() Mestrado em: _____

() completo

() incompleto

RELAÇÃO DE EMPREGO:

() Empregado

() Desempregado

SE DESEMPREGADO:

Há quanto tempo?: _____

Quais as razões de sua não inclusão? _____

SE EMPREGADO:

Há quanto tempo?: _____

Como conseguiu o emprego? _____

Encontrou dificuldades para conseguir esse trabalho?

() sim () não

Quais? _____

Caso positivo, como se adaptou? _____

Sente alguma necessidade ainda não atendida no seu emprego?

() sim () não

Descreva-a: _____

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES ESPECIAIS: ASSINALE QUAL O TIPO DE DEFICIÊNCIA:

	CONGÊNITA		AUDITIVA
	HEREDITÁRIA		AUDITIVA LEVE
	PÓS-TRAUMÁTICA		FÍSICA
	OUTROS:		FÍSICA LEVE
			VISUAL
			VISUAL PARCIAL
			MOTORA
			MÚLTIPLA
			OUTROS:

1 ASSINALE QUAIS AS AÇÕES AFIRMATIVAS VOCÊ CONSIDERA QUE SÃO VOLTADAS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADE SOCIAIS PARA OS DEFICIENTES?

Qualidade na escolaridade Igualdade social

Inclusão social Leis eficientes

Mercado de trabalho Profissionalismo

Atendimento social

Outra. Qual? _____

2 VOCÊ ACREDITA QUE O NÍVEL DE EDUCAÇÃO INTERFERE NO APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DA PESSOA DEFICIENTE?

SIM NÃO

Caso negativo, justifique: _____

3 O QUE É PRECISO MELHORAR NA EDUCAÇÃO PARA OS DEFICIENTES?

Ensino com Qualidade Acessibilidade

Mais Escolas Escolas especiais

Material e Mão-de-Obra de Apoio Apoio familiar

Docentes Especializados

Outros. Qual? _____

4 VOCÊ ACHA QUE A SUA CIDADANIA É RESPEITADA?

SIM NÃO

Caso negativo, qual a razão? _____

5 NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS FATORES QUE MAIS CONTRIBUEM PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS?

- Ensino de qualidade Má distribuição de Renda
 Ensino de Má Qualidade Política Brasileira
 Discriminação Social Ética Profissional
 Outros. Qual? _____

6 PARA VOCÊ, O QUE SIGNIFICA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

- Igualdade de Aprendizagem
 Ensino de Qualidade
 Material adaptado para aprendizagem
 Acessibilidade e Gratuidade de Ensino
 Acesso a Escola / Universidade
 Direito do Deficiente ao Ensino
 Não sabe
 Outros

7 VOCÊ ACHA QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA TEM ALCANÇADO O OBJETIVO PROPOSTO PELA LEI AOS QUE TEM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?

8 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS VALORES DA EDUCAÇÃO ?

- Qualidade de Ensino / Aprendizagem
 Igualdade em Condições
 Conhecer seus Direitos
 Crescimento Profissional
 Não declarado
 Auto-conhecimento
 Aumento do Conhecimento

- 9 QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS PARA DIMINUIR O PRECONCEITO SOCIAL COM O DEFICIENTES?
- Conhecer as Deficiências
 - Esclarecer a Sociedade
 - Inclusão Social no Ensino Regular
 - Palestras nas Escolas
 - Leis Específicas
 - Conviver com o Deficiente
 - Outros
- 10 O QUE VOCÊ MUDARIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ESTUDOU?
- Pediria Equipe de Apoio / Monitoria
 - Material de Ensino
 - Acessibilidade
 - Outros
 - Nada
 - Professores
 - Alunos
 - Não informado
- 11 VOCÊ ACHA QUE A MOBILIZAÇÃO POPULAR TEM OBTIDO RESULTADOS FAVORÁVEIS NAS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS?
- Não Totalmente
 - Não
 - Sim
 - Parcialmente
 - Não respondeu
 - Não Sei
- 12 VOCÊ APOIA A AÇÃO DO MEC NA SELEÇÃO DE VAGAS POR QUOTAS COMO ATUALMENTE ESTÁ SENDO APRESENTADA?
- Sim
 - Não Sei
 - Não
 - Não respondeu

- 13 VOCÊ ACHA QUE OS PROFESSORES ESTÃO PREPARADOS PARA EDUCAR PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL?
- Sim Não
 Muito Pouco Em partes
 Não declarado
- 14 VOCÊ ACHA QUE A FAMÍLIA ESTÁ PREPARADA PARA DAR APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?
- Sim Não
 Em partes Não declarado
 Não Sei
- 15 VOCÊ ACHA NECESSÁRIA MELHOR PREPARAÇÃO DO CORPO DOCENTE PARA ATENDER COM EFICIÊNCIA OS ALUNOS NA INCLUSÃO SOCIAL?
- Sim Não
 Em partes Não respondeu
- 16 NA SUA OPINIÃO, EM QUE NÍVEL OS PROFESSORES PODERIAM SER MELHOR PREPARADOS PARA TRABALHAR A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE?
- Ensino Fundamental Ensino Médio
 Pré-Escola Faculdade / Universidade
 Sempre Não declarado
- 17 NA SUA OPINIÃO, QUEM MAIS TEM APOIADO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DEFICIENTE E NO MERCADO DE TRABALHO?
- A Família A Sociedade
 Os Professores O Governo
 Não respondeu Outros

18 QUAL A ÁREA DE CONVIVÊNCIA QUE PODERIA MELHOR SER PREPARADA PARA ATENDER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO DEFICIENTE?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Família | <input type="checkbox"/> Posto de Saúde |
| <input type="checkbox"/> Associações de Apoio | <input type="checkbox"/> Escola |
| <input type="checkbox"/> Entidades Governamentais | <input type="checkbox"/> Material Didático |
| <input type="checkbox"/> Não declarado | <input type="checkbox"/> Outros |

19 SUGESTÕES QUE MAIS APRESENTARAM PONTUAÇÕES POR PARTE DOS ENTREVISTADOS

- Apoio da Família e da Sociedade
- Capacitar mais os professores para dar aulas
- Conhecer os Tipos de Deficiências
- Menos discriminação aos Deficientes
- Mais Educação Especial Gratuita
- Mais Empregos aos Deficientes
- Melhor Acessibilidade nas Ruas e nos Transportes
- Monitores e Materiais Adaptados em Sala de Aula
- Conviver com os Deficientes
- Mais Vagas nas Universidades
- Perguntar ao Deficiente
- Elevadores Adaptados
- Ouvintes aprenderem a LIBRAS
- Salas separadas para Deficientes
- Fazer rampas de acesso
- Consertar as Ruas e Calçadas
- Professores aprenderem o Braille
- Outros

APÊNDICE 2
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS
COM REPRESENTANTES DE EMPRESAS

**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES
DE EMPRESAS**

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS: _____

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: _____

Tipos de necessidades: _____

Área da empresa que mais emprega portadores de necessidades especiais:

Atividades exercidas pelos portadores de necessidades especiais::

Quantidade e nível de escolaridade dos mesmos:

_____ 1º. Grau _____ 2º. Grau _____ Universitário

RESPONSÁVEL ENTREVISTADO: _____

Função exercida: _____

Há quanto tempo: _____

- 1 DE ACORDO COM A SUA OBSERVAÇÃO, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS CANDIDATOS PARA A QUALIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO NOS CARGOS OFERTADOS PELA EMPRESA?

- 2 QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS DA EMPRESA PARA CONTRATAR FUNCIONÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS?

- 3 OS OUTROS FUNCIONÁRIOS SÃO PREPARADOS PELA EMPRESA PARA RECEBER ESSA POPULAÇÃO DIFERENCIADA?
- 4 QUAIS AS ADAPTAÇÕES QUE FORAM FEITAS PARA REDUZIR AS DIFICULDADES APRESENTADAS NO AMBIENTE INTERNO DA EMPRESA, PARA ESSA CONTRATAÇÃO?
- 5 À RESPEITO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO E PREPARO PARA O MERCADO DE TRABALHO, QUAIS SERIAM AS SUAS SUGESTÕES PARA SUA MELHORIA?

APÊNDICE 3
TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS OBTIDAS
DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS

RESPOSTAS DADAS PELOS ENTREVISTADOS

QUESTÃO 1 - De acordo com a sua observação, quais são as principais dificuldades encontradas pelos candidatos para a qualificação e contratação nos cargos ofertados pela empresa?

RESPOSTAS:

- E.1 “Falta de confiança. Acho que é importante, no mercado de trabalho, que as pessoas acreditem na pessoa com deficiência, porque ela tem potencialidade. Mas para saber se ela tem potencialidade tem que deixar ela mostrar o potencial que tem. Os motivos para a não contratação dos PNEs – Portadores de Necessidades Especiais são diversos. Podem ser citados desde a área econômica, a política empresarial até a política de transportes urbanos. Mas, sem dúvida, o principal motivo é a falta de conhecimento, por parte dos empresários e, dos administradores de recursos humanos, da capacidade de trabalho, da forma de recrutamento, seleção e treinamento, da legislação em vigor, e também da reação dos funcionários não-portadores de deficiência.”
- E.2 “Qualificação. É claro, a pessoa tem que ser qualificada, porque não é apenas arrumar o emprego e a pessoa não se qualificar. As dificuldades são as mesmas de qualquer pessoa “normal” para

competir. O PNE – Portador de Necessidades Especiais vai competir em igualdade de condições como qualquer um.”

E.3 “Eu colocaria como principais dificuldades educação, emprego e acessibilidade. Porque a acessibilidade é algo amplo. Não é apenas as pessoas colocarem uma rampa para o deficiente físico subir, ou por uma placa escrito em braile como indicativo para o deficiente visual ler com as mãos. Não é só isso. A acessibilidade é de um modo geral voltada para a educação, o trabalho, o mercado de trabalho, o transporte, a tudo. Ao próprio lazer.”

E.4 “Discriminação. A discriminação social é um caso sério. Até eu já passei até não só na questão universitária mas também no ensino de nível médio, no nível fundamental... Se não for feito uma conscientização bem profunda, no trabalho, na escola, na universidade, com a certeza que a pessoa vai se incomodar e se ela não tiver forças, ela desiste. Isso é, com certeza, um grande impedimento, tanto para estudar quanto para trabalhar. Por outro lado, um administrador, ao decidir contratar um profissional, deverá saber quais são as suas aptidões nesta especialização profissional, assim como suas outras aptidões, pois, além de ser um profissional de determinada área, poderá possuir características de liderança importantes para a empresa.”

E.5 “O que eu gostaria de acrescentar é que é preciso acreditar no potencial de cada um. Esta é a primeira dificuldade que todos os trabalhadores enfrentam ao chegar na empresa para tentarem um emprego. Eu acho que as empresas têm que investir no PNE –

Portador de Necessidades Especiais. Tem-se que observar, e vou deixar uma coisa bem clara: não somos iguais. Nós somos diferentes. Então, cada um tem um limite de aprender; mas vai aprender. Pode ter certeza, que com certeza vai aprender. Então, a questão é acreditar no seu potencial, e que o trabalhador tem potencial. Então é preciso utilizar os mecanismos que a empresa e os trabalhadores tem, utilizar a informática, a tecnologia está ali, e acreditar que todos, com certeza, vão ter um bom aprendizado.”

QUESTÃO 2 - Quais são as principais exigências da empresa para contratar funcionários com necessidades especiais?

RESPOSTAS:

E.1 “Escolaridade é a exigência fundamental. A pessoa precisa estar capacitada, mesmo que não tenha ainda o treinamento necessário para exercer a função que pretende ocupar. Bem, eu penso que os PNEs – Portadores de Necessidades Especiais têm algumas dificuldades a mais que as pessoas consideradas “normais”. Mas eles estão lutando para superar as dificuldades pessoais e, a principal delas é o conhecimento. A falta de preparo interfere, na contratação funcional. E também tem que ser uma ação responsável... Tem que ser feita com responsabilidade, com treinamento adequado, para pessoas qualificadas, as quais são inseridas na empresa e não podem sofrer discriminação.”

- E.2 “Hoje as empresas estão abrindo mais as portas. Mas para estar empregando as pessoas, exige a escolaridade de segundo grau e uma disponibilidade para aprender. Assim, é preciso que os deficientes tenham mais abertura na parte educacional, recebam mais informações ou que consigam um acesso mais rápido as informações. Porque a sua escolaridade ou a falta de escolaridade é um empecilho. Têm sido empecilho para seu crescimento e para redução das desigualdades sociais existentes em nosso país.”
- E.3 “Todo conhecimento técnico facilita o ingresso no mercado de trabalho; quanto maior o conhecimento maior será o campo de atuação. Na verdade o mercado está pedindo cada vez mais profissionais mais qualificados, e nisso os profissionais precisam estar mais qualificados e comprometidos. Independentemente de serem portadores de deficiência ou não. Acho que conforme o indivíduo vai atrasando na escolaridade vai também dificultando o seu ingresso no mercado de trabalho.”
- E.4 “A lei das quotas... Não basta so exigir que se dê emprego aos deficientes. Elas vieram para forçar o empresário a estar colocando na organização pessoas PNEs – Portadores de Necessidades Especiais. Mas as empresas também tem suas exigências quanto à qualificação e a escolaridade dos seus trabalhadores. Acho que impor não é o melhor caminho. A conscientização e o esclarecimento são melhores arma que as empresas tem para dar mais importância ao fato do deficiente estar no mercado de

trabalho e a preparação profissional é o caminho para que eles sejam admitidos.”

- E.5 “A empresa faz as mesmas exigências para todos os trabalhadores. Escolaridade mínima - estar cursando ou concluindo o segundo grau; ter qualificação adequada para a função pretendida; poder estar disponível para fazer o treinamento de adequação necessário para suas atividades.

QUESTÃO 3 - Os outros funcionários são preparados pela empresa para receber essa população diferenciada?

RESPOSTAS:

- E.1 “Sim. a empresa prepara e faz palestras e dá orientação em teleconferências para todos os seus trabalhadores, sempre que julta necessário. Para mim, um dos objetivos da empresa é esse: fazer com que a pessoa seja um cidadão, ou cidadã, que possa lutar pelos direitos, cumprir seus deveres, e que possa ter voz na sociedade, sendo um trabalhador que consegue sobreviver e se manter e ser útil. Eu penso que, na questão do mercado de trabalho, a influência da presença de PNEs – Portadores de Necessidades Especiais na empresa é positiva, mesmo diante das dificuldades que os candidatos enfrentam, a começar pela própria seleção para preenchimento das vagas.”
- E.2 “Eu vejo assim: a sociedade ainda não está preparada para receber o profissional deficiente. Muitas vezes, ela faz isso porque

a lei obriga, a exemplo das empresas, a inclusão do PNEs – Portadores de Necessidades Especiais nas escolas, Mas uma empresa, quando por livre e espontânea vontade contrata pessoas deficientes, também procura preparar seus outros colaboradores para que haja melhor entrosamento. Na nossa empresa esta preparação é feita por meio de palestras, de reuniões com dinâmica de grupo, mas principalmente com a presença do próprio PNE - Portador de Necessidades Especiais, que ao se entrosar nas equipes é estimulado a fornecer informações quanto às suas qualificações, capacidades e também dificuldades.”

- E.3 “A principal orientação para todos é agir com naturalidade. Não se deve esconder nem evitar de falar acerca dos PNEs – Portadores de Necessidades Especiais. Esconder não dá certo. Tem é que agir com naturalidade; acho que não tem grandes problemas. Eles não podem ser ignorados e nem tratados como “coitadinhos”. Isso assim não é bom...”
- E.4 “Sim. Cabe aos recursos humanos oferecer o conhecimento necessários a todos os colaboradores da empresa, para que saibam e tenham condições de trabalhar junto aos portadores de necessidades especiais que são admitidos na organização”.
- E.5 “A empresa oferece a todos os trabalhadores, de tempos em tempos, cursos de treinamento e reciclagem, onde são abordados temas referentes aos PNEs – Portadores de Necessidades Especiais, e as suas principais dificuldades.”

QUESTÃO 4 - Quais as adaptações que foram feitas para reduzir as dificuldades apresentadas no ambiente interno da empresa, para essa contratação?

RESPOSTAS:

- E.1 “Nós temos bastante cuidado com a acessibilidade dos funcionários, todos eles. Mas, em se tratando de PNE – Portadores de Necessidades Especiais, posso mencionar um exemplo específico: as empresas, ao verem um cego ou um indivíduo com baixa visão, muitas vezes fecham as portas porque precisam de adaptação especial, principalmente para o computador. O cego não precisa muito de adaptação, com respeito a parte arquitetônica mas sim, no que diz respeito a parte tecnológica e estas adaptações e ajudas técnicas são muito caras, às vezes, como por exemplo, o sintetizador de voz.”
- E.2 “A empresa tem o cuidado de eliminar as barreiras arquitetônicas nas passagens, áreas comuns, principalmente no que se refere a calçadas e estacionamento de veículos. Procuramos atuar de maneira a oferecer as melhores condições de locomoção e principalmente ergonômicas (cadeiras, escadas, banheiros), para o conforto dos colaboradores”.
- E.3 “As empresas estão desenvolvendo produtos, equipamentos que auxiliam os deficientes. Na acessibilidade da área física, em nossa empresa, existe rampas de acesso; não existem degraus. Os

banheiros têm áreas adaptadas para cadeirantes e usuários de próteses.”

E.4 “Temos PNE – Portadores de Necessidades Especiais com deficiências físicas e auditivas (baixa audição). A maior preocupação é com os espaços físicos, escadas, degraus, pisos anti-derrapantes, para que não venham a escorregar.”

E.5 “A área de trabalho é térrea e a empresa eliminou os degraus, colocou piso adequado, máquinas e cadeiras em condições ergonômicas que facilitem o conforto dos trabalhadores, segundo sua área de atuação.”

QUESTÃO 5 - À respeito do ensino universitário e o preparo para o mercado de trabalho dos educandos portadores de necessidades especiais, quais seriam as suas sugestões para sua melhoria?

RESPOSTAS:

E.1 “Eu entendo que há necessidade de se instruir mais os professores quanto aos PNE– Portadores de Necessidades Especiais. Muitos professores, a maioria no ensino regular não sabem como trabalhar com a pessoa deficiente. Acho que principalmente na faculdade de Pedagogia, deveria ter uma disciplina que ensinasse pelo menos as noções básicas do braille, da linguagem dos sinais - LIBRAS, enfim, eu acho que deveria ser já incluída esta orientação para que quando o professor se deparar com uma situação

dessas, ele tenha pelo menos uma noção de como trabalhar com o aluno com necessidades especiais.”

- E.2 “As pessoas precisam ter uma profissão para poder desempenhar bem o seu trabalho, para adquirir o seu sustento, a sua independência. Todos precisam se sentirem capazes, conseguir se sentir útil, saber que está prestando um trabalho para alguém, está recebendo o seu salário dignamente, com o seu esforço. Isso é uma coisa muito importante. Acho que a profissionalização de cada um junto com a escolaridade, é fundamental.”
- E.3 “Sempre, por mais que tenha o discurso de inclusão bem afinado, os alunos têm que correr atrás do seu próprio desenvolvimento. Se o aluno tem iniciativa, tem autonomia, ele caminha bem. Quanto aos PNE– Portadores de Necessidades Especiais, porém, eu acho que o maior ponto de discriminação que se observa, é que precisa ser corrigido hoje é a própria formação do professor. Ele tem que ter contato com alunos e com deficientes no dia a dia, ele precisa saber quem é esse aluno com quem ele vai trabalhar, ensinar... Porque eles estão indo para as escolas e eles não podem cair de para-quedas na sala de aula, sem que o próprio professor esteja preparado para recebê-lo. E isto não é só na universidade, mas em todas as fases da escolaridade.”
- E.4 “Eu penso que a maior medida que se teria que tomar é a questão do conhecimento. Eu tenho que informar, eu tenho que mostrar que essa pessoa que está ai e está indo para o mercado de trabalho. Não basta fazer as leis, não basta mudar conceitos ou a

nomenclatura. Eu tenho que mostrar quem é essa pessoa e o porque que ela tem condições de ir para o mercado de trabalho. Qual é o trabalho anterior que é feito com ela, o que é o atendimento especializado, o tipo de educação que ele teve, enfim. Eu preciso mostrar e parametrizar essas medidas para então saber o que cobrar, como cobrar, o que ensinar e a forma de como será esse ensino.”

- E.5 “Eu gostaria de acrescentar o fato que, no que diz respeito às Universidades, elas precisam de uma melhor adequação para receber as pessoas com deficiência nas salas de aula e até na questão de tratamento. Tem pessoas que estão sofrendo por não terem sua acessibilidade, materiais e adaptações que não são respeitadas. Tem pessoas que não estão nem conseguindo para custear uma faculdade particular, em razão de muitos entraves, ou até mesmo a discriminação. Às vezes, a universidade não está dando valor a esta pessoa, nem confiando no potencial que ela tem dentro de si, que ela pode mostrar, embora ela só precise de alguém que a auxilie a colocar em prática tudo o que sabe; afinal ela também está aberta a aprender dentro da universidade. O aprendizado será dos dois lados, assim como a prática.”

ANEXO
INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO GT-AUNE
GRUPO DE TRABALHO
APOIO AO UNIVERSITÁRIO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

GT-AUNE
GRUPO DE TRABALHO
APOIO AO UNIVERSITÁRIO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1 QUEM SOMOS

Constituído na PUCPR, junto à Pró-Reitoria de Graduação em 2004, como um grupo de apoio ao universitário com necessidades educativas especiais.

É composto por professores de diferentes áreas, dentre elas Educação, Letras, Matemática, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Engenharia Civil.

O Grupo procura viabilizar e operacionalizar ações, fornecendo suporte ao universitário com necessidades especiais para que ele tenha possibilidade de acesso pleno e continuado à educação superior em condições de igualdade com os demais alunos da comunidade acadêmica.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Mobilizar a comunidade acadêmica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná para o processo de inclusão e acessibilidade do aluno

universitário com necessidades educativas especiais, procurando atender à proposta educativa da PUCPR e aos dispositivos legais pertinentes.

2.2 Objetivos Específicos

- Atender a Legislação em vigor sobre os alunos com NEE em uma abordagem inclusiva.
- Estimular o comprometimento de toda a comunidade acadêmica que convive com o universitário com necessidades educativas especiais.
- Incentivar a capacitação continuada do corpo docente sobre os portadores de necessidades educativas especiais.
- Aprimorar a qualidade da resposta educativa do corpo docente, subsidiando-a com referencial teórico-prático.
- Oferecer condições de acesso ao aluno com NEE na vida universitária da PUCPR.
- Aperfeiçoar procedimentos metodológicos para ação em turmas que tenham universitários com NEE.
- Investigar procedimentos de avaliação que auxiliem no processo ensino- aprendizagem dos universitários com NEE.
- Oportunizar aos alunos com NEE condições para o seu desenvolvimento pessoal, profissional, social, entre outros.
- Analisar e acompanhar, na prática pedagógica, o processo de atendimento ao aluno com NEE.

3 LEGISLAÇÃO

- A Política Nacional de Educação Especial de 1984 estabelece ações para garantir o atendimento educacional ao alunado com necessidades especiais. Reconhecer a urgência e a necessidade de um atendimento de qualidade para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais e que, por meio de estratégias orientadas às limitações individuais, poderão ser superadas.

- A Carta de Salamanca (1994), elaborada com a participação de 88 países e 25 ONGs, postula a concretização do: "... direito à educação para todos, independente das diferenças particulares". Essa carta proclama princípios, políticas e linhas de ação para uma escola inclusiva, que abrigue a todos, reconheça as diferenças, promova a aprendizagem e atenda às necessidades de cada pessoa. Aquele documento indica ainda : "Cabe às universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos". (Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade).

- Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica de 1999 estabelecem estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a partir de 2001, entre outros temas, tratam dos princípios e

aspectos da organização curricular dos Cursos de Graduação. Também é oportuno mencionar:

- a Portaria Ministerial n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- b Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – DOU de 3/12/2004 que regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- c Decreto n.º 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

4 RECURSOS

4.1 Laboratório de acessibilidade

O Laboratório está localizado na Biblioteca Central, Câmpus Curitiba, térreo. Conta com uma equipe de profissionais especializados no tratamento das informações, capacitados para atender a qualquer

necessidade educativa especial. O acesso é público e gratuito, inclusive para portadores de deficiência visual.

Recursos disponíveis:

- Computadores conectados à internet;
- Impressora em Braille;
- Scanner;
- Acervo de livros e revistas em Braille;
- Acervo de livros falados em CD.

Softwares instalados nos computadores:

- DosVox: possibilita ao deficiente visual a leitura de documentos, bem como a navegação na internet, criação e edição de textos, dentre outros.
- Jaws: leitor de tela que também possibilita ao deficiente visual o acesso à internet, criação e edição de textos e documentos.

Horário de funcionamento:

2.^a a 6.^a, das 8h às 23h.

Sábado: das 8h às 18h

Telefone: (41) 3271-1519

Email: bib.referencia@pucpr.br

4.2 Intérprete de LIBRAS

A Universidade tem em seu quadro funcional duas intérpretes de Libras para atendimento aos alunos com deficiência auditiva. Para mais informações entre em contato com o GT-AUNE.

Coordenação: Prof.^a Sirley Terezinha Filipak

Secretária: Rosane Castilho

Tel.: (41) 3271-2254

Rua Imaculada Conceição, 1155 – Prado Velho

Prédio da Administração – 3.º andar

Diretoria de Graduação e Cursos Seqüenciais

Informações disponíveis em:

<<http://www.pucpr.br/ensino/gtaune/recursos.php>>

Acesso em 24 out. 2009.